



As civilizações da Antiguidade

Capítulo 3

O Egito: evolução política e organização econômica

O problema da água sempre foi vital para os povos do Oriente Médio, onde predominam planaltos e montanhas, o clima é seco e, em algumas partes, desértico.

Nas férteis planícies do Egito e da Mesopotâmia, desenvolveram-se civilizações agrícolas. Nas faixas costeiras do Mediterrâneo, predominaram civilizações marítimo-mercantis. A vida era mais difícil para os habitantes dos planaltos e das depressões que, entre Síria e Palestina, ligavam a Mesopotâmia ao Egito.

Os povos do Oriente Médio pertenciam a várias origens. Havia dois grupos principais: os *arianos*, ou *indo-europeus*, e os *semitas*.

Os arianos, provavelmente, habitavam as planícies da Rússia. Dispersaram-se entre o segundo milênio e cerca de 1500 a.C. Os *aqueus* instalaram-se na Península Balcânica; os *hititas*, na Ásia Menor e no curso médio do Rio Eufrates; os *medos* e os *persas*, no Planalto do Irã.

Os semitas deslocaram-se da Arábia e da Síria a partir do IV milênio a.C. Desse grupo faziam parte *assírios*, *hebreus* e *fenícios*.

1. O Egito antigo

A civilização egípcia desenvolveu-se no nordeste da África, numa região caracterizada pela

existência de desertos e pela vasta planície banhada pelo Rio Nilo. As nascentes do rio ficam onde hoje se encontram os limites da Etiópia, Sudão e Uganda. Na região, caem abundantes chuvas de junho a setembro, provocando enchentes. Quando voltam ao normal, as águas deixam nas terras um limo, ou húmus, muito fértil.

A vida girava em torno do ciclo de cheias e vazantes do Nilo, que os egípcios consideravam um deus: a ele dirigiam preces e cânticos. O rio divide o país em duas partes distintas: o Alto e o Baixo Egito.

O homem

A população misturava diferentes povos, com predominância do povo *hamítico*. Mais tarde chegaram outros, de origem *semítica* e *núbia*. Os primeiros povoadores apareceram no Período Paleolítico, quando o clima era muito úmido. Os primeiros núcleos populacionais formaram-se com a estabilização do clima, no Neolítico.

A história do povo egípcio era pouco conhecida até o início do século XIX, porque ainda não tinham sido decifrados os caracteres de sua escrita, os *hieróglifos*. Em 1798, um oficial de Napoleão encontrou a *pedra de Roseta*, na cidade egípcia de mesmo nome. Era um fragmento de basalto com inscrições em hieróglifos, grego e outras duas linguagens egípcias mais conhecidas. Comparando os sinais, o arqueólogo francês Jean-François Champollion decifrou os hieróglifos em 1822.

Uma das características da civilização egípcia foi seu isolamento, graças à localização do território, cercado de desertos. O isolamento permitiu o desenvolvimento de traços culturais razoavelmente homogêneos.

2. O Antigo Império (3200 - 2200 a.C.)

A história do Egito começa quando as populações que viviam às margens do Nilo tornam-se sedentárias, formando comunidades dedicadas mais à agricultura que à caça ou à pesca. No IV milênio a.C., esses aglomerados evoluem para pequenas unidades políticas, chamadas *nomos*.

Da unificação dos 22 nomos existentes, formaram-se dois reinos, um no norte e outro no sul. Por volta de 3200 a.C., o faraó Menés (ou Narmer) unificou os dois reinos, com capital em Tínis, daí o período chamar-se *tínita*. Durou até 2800 a.C.

Os sucessores de Menés organizaram uma monarquia poderosa, atribuindo-lhe origem divina. O soberano governava com poder absoluto, auxiliado por altos funcionários que administravam os nomos, agora em número de 42. Havia um funcionário responsável pelo controle das inundações do Nilo e um arquiteto real. Foi a fase de maior prosperidade do Antigo Império. Entre 2700 e 2600 a.C., foram construídas as célebres pirâmides de Gizé, atribuídas aos faraós Quéops, Quéfren e Miquerinos, da terceira dinastia, fundada por Djoser em cerca de 2850 a.C. A nova capital era Mênfis.

3. O Médio Império (2000 - 1750 a.C.)

Depois de uma crise de autoridade, com a ascensão dos nomarcas, apoiados pela nobreza, os faraós reconquistaram o poder. Permitiram o ingresso de elementos das camadas inferiores no exército e, com isso, submeteram a Palestina, onde descobriram minas de cobre, e a Núbia, onde encontraram ouro. Os metais fortaleceram o Estado.

Entre 1800 e 1700 a.C., chegam os hebreus, mas são os *hicsos*, vindos da Ásia, que vão criar as maiores dificuldades. Usam o cavalo e carros de combate, que os egípcios desconhecem. Dominaram o país e instalaram-se no delta de 1750 a 1580 a.C.

4. O Novo Império (1580 - 1085 a.C.)

A expulsão dos hicsos marca nova fase, de enorme desenvolvimento militar, a ponto de transformar o Egito em potência imperialista.

O período começou sob o reinado de Amósis I e continuou com Tutmés I e Hatshepsut, regente durante a menoridade de Tutmés III. Hatshepsut foi a primeira egípcia a atribuir-se poderes de faraó. Mas foi Tutmés III que estendeu a dominação até o Rio Eufrates.

No apogeu, Amenófis IV, casado com a rainha Nefertiti, empreendeu uma revolução. Substituiu o deus tradicional Amon-Rá por Áton, simbolizado pelo disco solar. A medida tinha também caráter político, pois Amenófis queria livrar-se dos sacerdotes. Amenófis os expulsou, construiu um templo em Hermópolis e passou a chamar-se Akenátôn: supremo sacerdote do novo deus.

O sucessor, Tutancátôn, restaurou o deus Amon e pôs fim à revolução. Mudou, inclusive, o próprio nome para Tutancámon.

Os faraós da dinastia de Ramsés II (1320-1232 a.C.) enfrentaram novos obstáculos, como a invasão dos hititas, vindos da Ásia Menor. O Império entrava em declínio. Inimigos ameaçavam as fronteiras. Internamente, a resistência enfraquecia com a rivalidade entre o faraó e grandes senhores enriquecidos pela guerra.

Por volta do século VII a.C., os assírios invadem o país. Em 525 a.C., o rei persa Cambises bate o faraó Psamético III. A independência acabou. Nos séculos seguintes, os povos do Nilo seriam dominados pelos gregos e, finalmente, cairiam nas mãos do imperialismo romano, em 30 a.C.

5. Economia e produção agrícola

O Nilo movia a economia. Alimentava milhares de pessoas numa área de 3 000 quilômetros de comprimento por 15 quilômetros de largura. Garantia unidade à civilização egípcia. Mas dava trabalho, como a construção de diques e canais de irrigação, o que exigia um poder forte e centralizado. Assim, o Egito pode ser visto mais como país agrícola que mercantil.

Funcionários mediam e demarcavam as propriedades. Impostos eram cobrados de acordo com o tamanho delas. Havia descontos se a colheita fosse prejudicada por enchente excessiva. Trigo, cevada, legumes, papiro e uvas eram as principais culturas. Também havia pomares. A pesca, a caça e a criação de animais complementavam os trabalhos da terra.

6. Indústria e comércio

As pirâmides permitem concluir que os egípcios dispunham de pedreiras bem organizadas. Jazidas de ouro entre o Nilo e o Mar Vermelho deram origem a uma diversificada indústria de ourivesaria. Fabricavam móveis, sarcófagos e carros de guerra de madeira. Armas de bronze.

O comércio conheceu certo dinamismo, apesar da rígida hierarquia da sociedade, que dificultava a formação de uma classe mercantil. Do Mar Negro, da Núbia e da Síria vinham pedras preciosas, marfim, perfumes e madeira. Pagavam exportando cereais, vinho, óleos vegetais e papiro. Internamente, era possível realizar trocas. Por exemplo, pagar uma casa com móveis e estofos; mas ouro e prata também funcionavam como moeda.

7. O sistema econômico

Podemos dizer que o sistema econômico era do tipo *dirigido*. O faraó encarregava-se de fornecer alimentos a todos. Os agricultores consideravam a terra como propriedade do faraó e a si mesmos como funcionários do Estado. Ficavam com uma parte muito pequena da produção.

O trabalho em minas, pedreiras, fabricação de móveis e objetos de ouro também era dirigido por funcionários do faraó. Os trabalhadores, como os do campo, recebiam um pequeno pagamento, sob a forma de produtos.

O dirigismo era consequência natural da geografia; o Estado precisava intervir para regularizar o uso das águas do Nilo. O coletivismo na agricultura estendeu-se aos demais setores. Em tal sistema, a iniciativa privada ficava prejudicada, dificultando o progresso técnico. O trabalho humano era usado até o máximo de sua capacidade.

Pode-se enquadrar a economia egípcia no *modo de produção asiático*, em que coexistiam comunidades caracterizadas pela propriedade coletiva do solo, e organizadas sobre as relações de parentesco, e um poder estatal que representava a unidade verdadeira ou aparente dessas comunidades.

Uma característica marcante era a ausência de propriedade privada do solo. A produção mais desenvolvida, no entanto, permitia que houvesse um excedente, o que implicava maior divisão do trabalho e separação entre agricultura e artesanato. A produção não era orientada para o mercado, o uso de moeda era limitado; noutras palavras, predominava a *economia natural*.

O Estado, enquanto coordenava os trabalhos para o aproveitamento dos recursos naturais, tomava posse das terras. O proprietário delas era o faraó; as comunidades ficavam apenas com a posse e o direito de usufruto.

Questões propostas

1. Descreva o quadro geográfico em que se desenvolveu a civilização egípcia, destacando o porquê de seu isolamento e da sua dependência do Rio Nilo.
2. Qual a origem e composição principal do povo egípcio?
3. Quando se intensificou o estudo da história egípcia nos tempos modernos e que fato contribuiu decisivamente para isto?
4. A evolução política do Egito antigo apresenta três períodos bem definidos: Antigo, Médio e Novo Império. Resuma os principais fatos de cada período.
5. Estabeleça a relação que havia entre o Rio Nilo, o poder centralizado e o sistema econômico dirigido.
6. Relacione as atividades industriais e comerciais que completavam a economia dos egípcios; o que eles trocavam com o exterior?
7. Havia propriedade privada no Egito? De quem eram as terras?

Capítulo 4

O Egito: organização social, religiosa e cultural

Isolados geograficamente, os egípcios criaram uma civilização original. A sociedade, intensamente marcada pela religião, era hierarquizada em camadas. No campo das ciências, eles se destacaram na Matemática, Astronomia e Medicina.

1. A hierarquia social

O faraó era considerado filho de *Amon-Rá*, o deus-sol, e encarnação de *Hórus*, o deus-falcão. Por isso, o governo do Egito antigo é chamado *teocrático*. Os egípcios julgavam que toda felicidade dependia do faraó, diante de quem se prostravam em freqüentes cerimônias. Ele comandava o exército, distribuía justiça e organizava as atividades econômicas. Usava dupla coroa, símbolo do Alto e Baixo Egito, e um cetro. Tinha várias mulheres, mas só a primeira podia usar o título de rainha.

Parentes do faraó, altos funcionários do palácio, oficiais do exército, chefes administrativos e sacerdotes formavam a *nobreza*. Os altos funcionários possuíam extensos domínios e levavam vida luxuosa. Em tempo de guerra, combatiam em carros especiais.

A dignidade sacerdotal passava de pai para filho. Os *sacerdotes*, membros da mais elevada camada social, administravam os bens oferecidos aos deuses. Recebiam do Estado grandes propriedades. O mais importante de todos era o *Profeta de Amon*.

Os sacerdotes exerciam considerável influência política e, no período do Novo Império, muitos deles tentaram tomar o poder.

Os *escribas* formavam-se nas escolas do palácio e aprendiam a traçar os complicados caracteres da escrita, os hieróglifos. Graças à sua cultura, transformavam-se em magistrados, inspetores, fiscais e coletores de impostos. Eram considerados os olhos e ouvidos do faraó.

Os *soldados* não eram muito estimados pela população. Viviam dos produtos recebidos como

pagamento e dos saques realizados durante as conquistas. Havia estrangeiros, como os líbios. Antes da invasão dos hicsos, em 1750 a.C., não havia cavalaria e os soldados combatiam a pé.

A camada inferior da sociedade era composta de *camponeses* e *artesãos*. Deles dependia a prosperidade do país. Recebiam míseros pagamentos em forma de produtos, moravam em cabanas, vestiam-se pobremente e comiam pouco. Aquilo que poupavam, guardavam para o funeral, para garantir uma vida melhor após a morte.

Os *escravos* eram, em geral, bem tratados. Mais tolerantes que outros povos da mesma época, os egípcios ofereciam certa segurança a seus escravos, numerosos em tempo de guerra.

2. Crenças e deuses

Os egípcios eram politeístas, isto é, adoravam vários deuses. E os deuses eram antropozoomórficos: apresentavam forma de homem e animal. A dependência das cheias do Rio Nilo explica a deificação da natureza.

Para explicar a origem de seus deuses, os egípcios contavam que, nos primeiros tempos do Egito, *Set* (o vento quente do deserto) assassinou *Osíris* (o sol poente, o Nilo, deus da vegetação e das sementes) e lançou o corpo ao rio. *Ísis* (deusa da vegetação) conseguiu encontrar o corpo. Mas Set voltou a atacar Osíris e dividiu-lhe o corpo em 14 pedaços, que espalhou pelo Egito. Ísis, pronunciando palavras mágicas, uniu os pedaços com a ajuda de Hórus (deus-falcão, o sol levante).

A explicação está de acordo com os altos e baixos da vida dos egípcios, dependentes do Rio Nilo. Todos os anos, viam as sementes morrer e ressuscitar: na natureza, aprenderam a noção de imortalidade. Tais crenças foram substituídas por outras, introduzidas pelas classes mais cultas. Os sacerdotes de Heliópolis impuseram o culto de *Rá* (o sol, criador de todos os deuses, que navegava pelos céus em sua barca sagrada). Os faraós de Tebas, para livrar-se da hegemonia dos sacerdotes, adotaram *Amon* como deus supremo. No fim, predominou uma combinação dos dois deuses: *Amon-Rá*, protetor dos faraós. Outros deuses eram *Ptah*, protetor dos artesãos; *Thot*, deus da ciência e protetor dos escribas; *Anúbis*, deus-chacal, protetor dos embalsamadores; e *Maat*, deusa da justiça.

Em Tebas, os crocodilos mereciam culto espe-

cial. *Sobeque*, o deus-crocodilo, recebia até recém-nascidos como oferendas. Em Mênfis, adoravam *Ápis*, o touro: sua morte era motivo de luto em todo o país.

Os egípcios construíam templos grandiosos. Dentre os mais famosos estão o de Karnak, erguido perto de Tebas em homenagem a Amon, e o de Luxor, erigido no reinado de Amenófis IV. Também merecem destaque os templos de Hórus, em Edfu, e de Abu-Simbel, cavado na rocha e em cuja entrada se encontra a estátua de Ramsés II.

Todas as manhãs, os sacerdotes faziam o trabalho de purificação e ofereciam alimentos aos deuses. Em algumas ocasiões, levavam um dos deuses para passear pelo santuário ou para visitar outros deuses, numa embarcação que percorria o Nilo. Os sacerdotes tinham a cabeça raspada. Uma de suas atividades principais era transmitir as respostas dos deuses às perguntas dos fiéis. Podiam casar e ter filhos.

A crença na imortalidade

Para os egípcios, a morte apenas separava o corpo da alma. A vida poderia durar eternamente, desde que a alma encontrasse no túmulo o corpo destinado a servir-lhe de moradia. Por isso, era preciso conservar o corpo. Com esta finalidade, os egípcios desenvolveram a técnica da mumificação. Os especialistas nesse trabalho eram muito bem pagos. Eles extraíam as vísceras e imergiam o corpo numa mistura de água e carbonato de sódio. Dentro do corpo, punham substâncias aromáticas, que evitavam a deterioração, como mirra e canela. Envolviam o corpo em faixas de pano, sobre as quais passavam uma cola especial para impedir o contato com o ar, e o colocavam num sarcófago, para levá-lo a um túmulo.

Segundo acreditavam os egípcios, agora Anúbis conduziria o morto até Osíris. Ele seria julgado na presença de 42 deuses. Seu coração, posto numa balança, deveria pesar menos que uma pena. Se fosse condenado, sua alma seria devorada por uma deusa com cabeça de crocodilo.

Os túmulos variavam de simples covas a imensas pirâmides. Nobres e sacerdotes importantes eram sepultados nas *mastabas*, construções com câmaras subterrâneas. Os faraós tinham lugar reservado numa câmara secreta dentro das pirâmides.

3. Artes e ciências

As grandes manifestações da arquitetura egípcia foram os templos, as pirâmides, as mastabas e os *hipogeus*, túmulos subterrâneos cavados nas barrancas do Nilo, como no *Vale dos Reis*.

A escultura também era predominantemente religiosa e atingiu o auge com os sarcófagos, de pedra ou madeira. Os artistas procuravam reproduzir as feições dos mortos, para ajudar a alma a encontrar o corpo. Chegavam a incrustar, nos olhos, pupilas de cristal ou esmalte branco. A pintura tinha função decorativa e retratava cenas do dia-a-dia, o que permite reconstituir o gênero de vida dos egípcios.

Os estudos de Matemática e Geometria tinham finalidade prática: a construção civil. Os egípcios conheciam a raiz quadrada e as frações e chegaram a calcular a área do círculo e a do trapézio.

A preocupação com as cheias e vazantes do Nilo e com a natureza estimulou-os a estudar Astronomia. Localizaram alguns planetas e constelações. Construíram um relógio de água e organizaram um calendário solar. Dividiram o dia em 24 horas e a hora em minutos, segundos e terços de segundo. Tinham semana de dez dias e mês de três semanas. O ano, de 365 dias, dividia-se em estações agrárias: Cheia, Inverno e Verão.

Na Medicina, os egípcios realizaram progressos razoáveis. Os médicos faziam operações até no crânio. Conheciam a circulação do sangue e as infecções dos olhos e dentes.

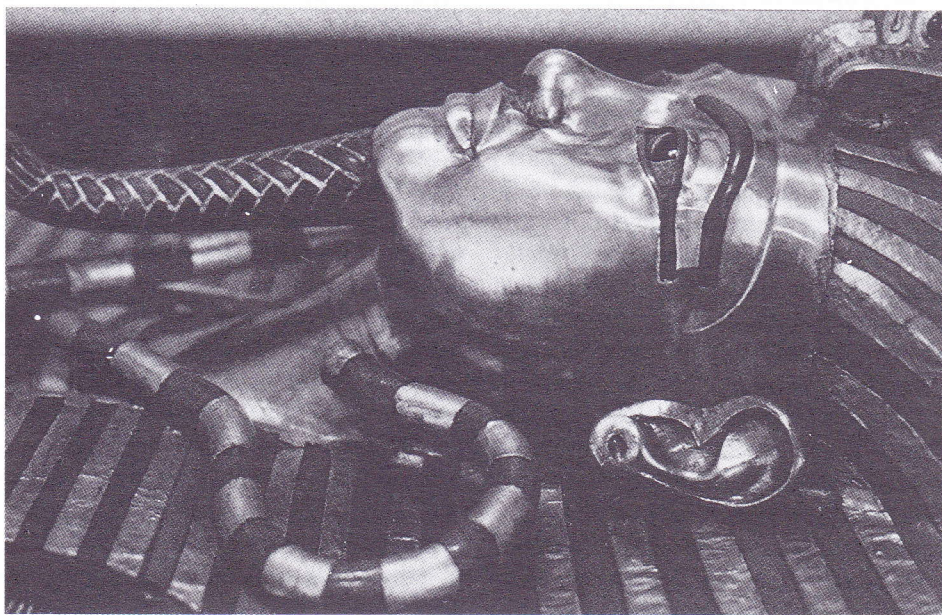
Tantos conhecimentos chegaram a nós por meio da escrita egípcia. Havia três modalidades básicas: *hieroglífica*, a escrita sagrada dos túmulos e templos; *hierática*, uma simplificação da anterior; e *demótica*, a escrita popular, usada nos contratos redigidos pelos escribas.

Em geral, os escritos se inspiravam em temas morais, poéticos ou religiosos, como o *Texto das Pirâmides* e o *Livro dos Mortos*. Conhecem-se também alguns contos e uma literatura maliciosa, como *A Sátira das Profissões*, que mostra os inconvenientes de cada profissão.

A cultura egípcia pouco tomou emprestado, mas pouco contribuiu para a evolução de outras. Condição pela singular situação geográfica em que se desenvolveu, a civilização do Nilo não podia ajustar-se ao meio ambiente de outras regiões. Foi uma cultura profundamente original.

Questões propostas

1. Como se organizava a sociedade egípcia? Detalhe as várias camadas sociais.
2. Que papel desempenhava a religião entre os egípcios, que influências exercia e de que tipo era ela?
3. Quais eram os principais deuses? Os egípcios adoravam apenas deuses?
4. Cite os principais templos construídos pelos egípcios e resuma numa frase que funções exerciam neles os sacerdotes.
5. Como os egípcios se relacionavam com a morte?
6. Quais as principais manifestações da arte egípcia e o que os artistas pintores mais retratavam?
7. Quais eram as formas da escrita egípcia?
8. Em que campos do conhecimento os egípcios mais se desenvolveram e por quê?
9. Destaque os principais textos deixados pela literatura egípcia.
10. Aponte a principal característica da cultura egípcia. Ela poderia ajustar-se a outras regiões? Por quê?



O rosto do faraó Tutankamon foi coberto com sua máscara mortuária, feita de puro ouro e decorada com pedras preciosas e vidro colorido.

Capítulo 5

Sumérios, acádios, assírios e persas

A Mesopotâmia, onde viveram sumérios, acádios e assírios, ficava entre os rios Tigre e Eufrates, tendo ao norte as montanhas da Armênia; ao sul, os desertos da Arábia; a leste, o Planalto Persa; e a oeste, os desertos da Síria. Apresentava duas regiões distintas: a Caldéia, ao sul; e a Assíria, ao norte.

A Assíria, quente e seca, tinha vegetação escassa. Na Caldéia, à medida que o território se aproximava do mar, surgiam pântanos e terrenos alagados pelas cheias dos rios.

A Pérsia situava-se entre o Mar Cáspio e o golfo Pérsico. Possuía solo árido e clima seco.

Diversos povos chegaram à Mesopotâmia em fins do IV milênio a.C., vindos provavelmente das montanhas da Armênia ou do Turquestão. Por volta de 3000 a.C., povos semitas entraram na região.

1. Sumérios e acádios (2800 - 2000 a.C.)

Segundo a tradição suméria, Quish foi a primeira cidade da primeira civilização mesopotâmica; depois, surgiram Ur, Uruk, Lagash, Eridu e Nipur. Eram cidades-estados, com autonomia religiosa, política e econômica. Cada cidade era governada por um sacerdote, ajudado por um conselho de anciãos, forma que evoluiu para uma espécie de *autocracia*, isto é, um governo pessoal, despótico. O chefe político, representante do deus principal, chamava-se *patesi*. Com o tempo, o *patesi* instituiu o direito à hereditariedade, fundando as dinastias, por volta de 2850 a.C. A mais famosa foi a de Lagash, que anexou Ur.

As atividades agropastoris ganharam impulso com a irrigação.

Enquanto Lagash e Ur se combatiam, os semitas instalaram-se na Mesopotâmia. Sua cidade mais famosa foi Acad, que deu origem ao termo *acádios*. O rei semita Sargão unificou as cidades sumérias por volta de 2330 a.C., criando o Primeiro Império Mesopotâmico.

Os acádios estabeleceram uma organização

centralizada em seu Império, afastando a influência dos sacerdotes. Em 2180 a.C., o Império Acádio foi devastado pelos *gutis*, povo asiático vindo das montanhas da Armênia. Ur reconquistou a hegemonia sobre a Suméria, mas em 2000 a.C. os *elamitas* puseram fim à independência política dos sumérios.

2. O Primeiro Império Babilônico (1800 - 1600 a.C.)

O enfraquecimento sumério criou condições para a ascensão dos semitas, concentrados em torno da Babilônia. Um dos primeiros reis babilônicos foi Hamurabi (1728-1686 a.C.). Ele ampliou o Império, mas foi sobretudo um legislador, responsável pelo primeiro código de leis que se conhece: o *Código de Hamurabi*. Transformou a língua acádia em língua oficial e Marduck, deus babilônico, em primeiro deus supremo da Mesopotâmia. O reino foi arruinado provavelmente no século XVI a.C., com as invasões de *hititas* e *cassitas*.

3. O Império Assírio (1875 - 612 a.C.)

Ainda é pouco conhecida a história do Império Assírio. Sua grande expansão ocorreu entre 883 e 612 a.C. Procurando saída para o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo, os assírios partiram de Nínive e Assur e conquistaram a Mesopotâmia, a Síria e o Egito, graças ao primeiro exército organizado do mundo. A infantaria compunha-se de lanceiros e arqueiros. Havia carros de combate e armas como o *ariete*, trave arrematada por uma peça de bronze que vários homens impulsionavam para derrubar muralhas e portas, e a *catapulta*, máquina capaz de arremessar pedras, lanças e outros objetos. Sapadores construíam pontes, e a cavalaria era muito eficiente. Guerreiros ferozes, os assírios impunham a dominação pelo terror. Saqueavam e destruíam, massacravam os vencidos. Os revoltosos sofriam terríveis torturas.

O apogeu assírio ocorreu nos reinados de Sargão II, Senaqueribe e Assurbanipal (668-626 a.C.), que tomou Tebas. A crise começou quando os egípcios se libertaram. Seguiram-se rebeliões na Fenícia, na Babilônia e em Elam, a leste da Baixa Mesopotâmia. Em 612 a.C., os medos,

povo oriundo das margens do Mar Cáspio, tomaram Assur Nínive, pondo fim ao Império Assírio.

quando Alexandre Magno derrotou Dario III na Batalha de Arbela.

4. O Segundo Império Babilônico (612 - 539 a.C.)

O domínio babilônico voltou a impor-se com os caldeus, um dos povos que se haviam aliado aos medos para combater os assírios.

Nabupalassar fundou a nova dinastia, que teve como principal soberano seu filho Nabucodonosor (605 a 563 a.C.). Tomou Jerusalém em 587 a.C. e levou numerosos israelitas cativos para Babilônia. Construiu grandiosas obras, como os jardins suspensos e a Torre de Babel, com 215 metros de altura. Não deixou sucessores capazes, e o Segundo Império Babilônico foi tomado pelos persas.

5. O Império Persa (539 - 331 a.C.)

Em 539 a.C., o chefe persa Ciro tornou-se rei de dois povos, os medos e os persas. Governou até 529 a.C. e fundou a Dinastia Aquemênida (de Aquemenes, antepassado de Ciro). Cambises II, sucessor de Ciro, estendeu a conquista até o Egito e anexou a Líbia.

Com a morte de Cambises, em 522 a.C., os chefes das grandes famílias reconheceram como novo soberano Dario, provavelmente aparentado com Ciro. Dario eliminou nove rivais antes de reorganizar a administração do Império e centralizar o poder em suas mãos. Novas conquistas abrangeram as planícies do Rio Indo e a Trácia, ao norte do Mar Egeu. Mas fracassou contra os gregos, com a derrota na Batalha de Maratona em 490 a.C.

O rei persa considerava-se representante de deus. O Império dividia-se em 20 *satrapias*, unidades administrativas geridas por *sátrapas*, auxiliados por um comandante militar e um secretário-geral.

Boas estradas permitiam o rápido deslocamento de tropas e mercadores. Impostos eram cobrados em moedas e produtos, ou mesmo sob forma de tropas, fornecidas por povos dominados.

As maiores dificuldades para a administração estavam na extensão do Império. O exército tinha de deslocar-se numa área de 8 milhões de quilômetros quadrados para sufocar constantes rebeliões. O Império Persa chegou ao fim em 331 a.C.,

6. Organização econômica

A base da economia mesopotâmica era a agricultura e, assim como no Egito, dependia das cheias do Tigre e do Eufrates. Mas, além de irregulares, estas cheias eram mais violentas e davam mais trabalho. A inexistência de um Estado único exigia maiores esforços individuais.

Havia ainda os contrastes: ao norte, as ásperas montanhas da Assíria; ao sul, planícies férteis. Os pastores assírios assaltavam as terras do sul, em busca de cereais e de palmeiras, que usavam como madeira ou para fabricar uma espécie de vinho.

O Estado atuava mais de perto na próspera região da Caldéia, onde havia numerosos pequenos proprietários. O Código de Hamurabi comportava rígidas prescrições sobre a construção e manutenção dos canais e diques. Os principais produtos eram trigo, cevada e centeio.

As técnicas de cultivo eram desenvolvidas. Além da irrigação, os agricultores da Mesopotâmia espaçavam as plantações para obter maior rendimento; usavam animais, como boi e cavalo, para a tração; e ainda criavam carneiros para obter lã e fabricar tecidos. Artesãos faziam móveis, objetos esmaltados, de metal, e bijuterias.

O comércio

O desenvolvimento do comércio mesopotâmico explica-se tanto pela escassez de certos produtos na região quanto pela facilidade de comunicação com outros povos. Havia troca de produtos com regiões tão distantes quanto o Cáucaso e a Ásia Menor. Caravanas partiam à procura de estanho, cobre, marfim, pedrarias. A metalurgia alcançou razoável desenvolvimento.

As atividades artesanais criaram condições para o estabelecimento de uma organização financeira de apoio às exportações e até mesmo de bancos, que recebiam depósitos e emprestavam dinheiro.

A economia persa

As trocas ficaram mais fáceis dentro do Impé-

rio com a unificação política e a construção de estradas, principalmente a da Estrada Real, que ligava Éfeso, no Mar Egeu, a Susa, uma das capitais. Os persas dispunham de bons portos e da frota fenícia, mas não aproveitaram as possibilidades proporcionadas pelas ligações marítimas.

Mais com finalidades políticas e militares, os persas restauraram o canal que ligava o Mar Vermelho ao Nilo. Para o Extremo Oriente só havia uma rota: a que atravessava o Irã. O que mais faltou ao Império Persa foi o desenvolvimento da economia monetária. Os reis preferiam acumular tesouros. A partir de Dario I, começaram a cunhar moedas de ouro, mas em quantidade reduzida. A prata só foi cunhada tardiamente.

O sistema econômico global

A economia mesopotâmica era mais liberal que a egípcia, isto é, havia menos intervenção do Estado. Mas o sistema global era semelhante, pois se tratava de *modo de produção asiático*. O aparecimento do Estado não modificou a forma geral das relações de propriedade, pois a posse da terra permanecia comunitária. O indivíduo possuía a terra só enquanto permanecesse na comunidade. O Estado era o proprietário geral. Por isso, recebia uma parte da renda da terra, sob a forma de impostos. Os excedentes acumulados nas mãos do Estado permitiram o desenvolvimento das cidades e do comércio exterior.

Surgiu uma classe social que personificava o Estado, formada por nobres, funcionários e sacerdotes. A instituição que concentrava as riquezas cobradas aos camponeses e artesãos era o Templo, administrado pelos sacerdotes.

A escravidão aparecia durante as guerras e o escravo pertencia ao grupo comunitário de seu senhor. A inexistência de propriedade privada impedia a exploração do trabalho escravo. Essa mão-de-obra era reservada a trabalhos mais duros, como o das minas.

7. Sociedade e religião

A sociedade mesopotâmica era complexa, pela diversidade dos povos da região. O rei impunha-se pelo caráter divino de sua missão, mas não era considerado um deus, como entre os egípcios.

Acumulavam riquezas fabulosas, tinham palácios e uma corte.

Havia *homens livres* (comerciantes e proprietários agrícolas) e *escravos*. Escribas, médicos, funcionários e artífices completavam o rígido quadro social. Mulheres gozavam de certa independência. Os escravos, de cabeça sempre raspada e testa marcada a ferro quente, eram vendidos como animais. Muitos eram antigos homens livres que se tinham vendido como escravos, para sobreviver à pobreza.

A organização social era tribal. As tribos se dividiam em clãs e famílias. Resultava disso uma enorme quantidade de chefes hereditários que formavam uma nobreza hierarquizada.

Os deuses, apresentados sob forma humana, eram numerosos na Mesopotâmia. Alguns eram objeto de culto geral, como *Anu*, deus do céu; *Shamash*, deus do sol e da justiça; *Sin*, deusa da lua; *Ea*, deus das águas. Cada povo cultuava com mais intensidade um deus: *Marduck*, dos babilônios; *Assur*, dos assírios. *Ishtar*, cultuada por todos, era a deusa maior: concedia a vitória e ajudava no amor. As práticas da magia e da adivinhação eram comuns, bem como a da astrologia, por leitura dos astros e observação de eclipses e variações atmosféricas.

Os mesopotâmicos construíram grandes templos, que serviam também de armazéns, arquivos, bibliotecas, estrebrias. Sepultavam os mortos em túmulos, para que não viessem perturbar os vivos. Acreditavam que os mortos habitavam um mundo subterrâneo onde comiam pó para sempre. Isso explica a importância que davam à vida, que devia ser aproveitada.

A religião persa

Os persas adoravam vários deuses, no início, mas as pregações do profeta *Zoroastro*, ou *Zaratustra*, provocaram uma revolução. Sua doutrina, exposta no livro *Avesta*, ou *Zend-Avesta*, baseava-se no dualismo entre o bem e o mal. *Aura-Mazda* era o deus do bem; e *Ahriman*, o deus do mal. Princípios de tudo, bem e mal lutavam entre si. Quem seguisse *Aura-Mazda*, seria recompensado; quem seguisse *Ahriman*, seria castigado para sempre.

Essa religião tinha uma preocupação *escatológica*, isto é, com o fim do mundo, quando os

mortos ressuscitariam e haveria o juízo final, com o julgamento de todos e a vitória de Aura-Mazda sobre Ahriman.

Na Pérsia não havia templos nem cultos, pois Aura-Mazda era homenageado com fogo perpétuo, aceso em torres nos altos montes. Nenhuma outra religião do Oriente Médio oferecia grau tão elevado de liberdade.

8. Ciência, literatura e arte

A escrita mesopotâmica baseava-se em caracteres cuneiformes, gravados a estilete em placas de barro. Consistia em sinais que representavam uma idéia ou um som, através dos quais o leitor chegava ao objeto representado. As obras mais importantes foram *O Poema da Criação*, o *Dilúvio* (poemas religiosos) e a *Epopéia de Gilgamesh*, sobre as façanhas desse herói.

Foi notável a contribuição científica desses povos. Criaram a álgebra e um sistema de pesos e medidas; distinguiram planetas de estrelas; organizaram um calendário lunar, dividindo o ano em 12 meses, a semana em 7 dias e o dia em 12 partes; previram eclipses. Os doentes recorriam a um exorcista que afastava os maus espíritos e ministrava um tratamento com remédios feitos de plantas e minerais.

Os palácios eram grandiosos. Um traço característico da arquitetura persa era o *zigurate*, torre de vários andares, sobre o qual havia uma capela para observação do céu.

Os escultores representavam o corpo humano de forma rígida, sem detalhes anatômicos, sempre em postura estática ante a grandiosidade dos deuses. Os pintores usavam cores claras e reproduziam caçadas, batalhas e cenas da vida dos reis e dos deuses. A produção de cerâmica alcançou notável desenvolvimento.

Questões propostas

1. Onde ficava a Mesopotâmia?
2. Aponte a diferença que havia entre o regime de cheias e vazantes do Nilo e o dos rios mesopotâmicos. Qual a consequência prática acarretada?
3. Quando chegaram os primeiros povoadores da Mesopotâmia? Quando chegaram os semitas?
4. Qual foi a primeira civilização mesopotâmica e como começou a sua organização?
5. O que aconteceu enquanto as cidades-estados sumérias brigavam entre si?
6. Que império sucedeu a sumérios e acádios, que rei o fundou e quais os seus principais feitos? Como caiu esse império?
7. Que características de dominador tinha o povo assírio? Cite alguns de seus soberanos. Quando e como caiu o império assírio?
8. O que aconteceu com o fim do Império Assírio? Resuma os principais feitos do Império que o sucedeu.
9. Quais foram os três maiores chefes do Império Persa? Cite seus principais feitos políticos e administrativos.
10. Qual era a base da economia mesopotâmica? Que técnicas comerciais os mesopotâmicos desenvolveram? Que produtos trocavam com outros povos?
11. Levando em conta o nível de intervenção do Estado e o modo de produção dominante, estabeleça uma comparação entre a economia mesopotâmica e a egípcia.
12. Relacione as principais características da sociedade mesopotâmica, atendendo aos seguintes tópicos: a) papel desempenhado pelo rei; b) constituição geral da sociedade; c) distinção entre homens livres e escravos.
13. Como eram em geral as religiões mesopotâmicas?
14. O que havia de especial na religião persa?
15. Que herança cultural deixaram os mesopotâmicos nos campos da literatura, arquitetura, ciências e artes plásticas?

Capítulo 6

Os hebreus

Hoje temos razoável conhecimento sobre os hebreus graças à *Bíblia*. A primeira parte do livro, o Antigo Testamento, traz um relato dos principais acontecimentos políticos e religiosos desse povo. É necessário tomar cuidado, porém, ao interpretar as informações bíblicas. Os acontecimentos eram transmitidos oralmente de uma a outra geração e, muitas vezes, em linguagem simbólica.

Escavações feitas na Palestina confirmaram muitas informações da Bíblia. E, depois de 1947, arqueólogos descobriram pergaminhos em cavernas situadas às margens do Mar Morto, deixados por uma comunidade que vivia ali por volta do século I a.C. Esses documentos trouxeram novas informações sobre os hebreus.

1. Condições geográficas

A Palestina compunha-se de uma faixa junto do Mar Mediterrâneo, com planícies férteis e litoral pouco favorável à navegação; uma zona montanhosa árida; a depressão onde corre o Rio Jordão e se forma o Mar Morto; e dois planaltos semi-áridos. Às margens do Jordão, ao contrário da maior parte da região, havia vegetação e terras férteis. Era ainda local de passagem obrigatória entre a África e a Ásia e entre o Egito e a Mesopotâmia. Por isso, era um lugar cobiçado por outros povos.

2. O povoamento

Vários povos habitaram a Palestina antes dos hebreus. *Cananeus* e *filisteus* viviam no litoral; nômades semitas, como os *amalecitas*, no sul; *edomitas*, *moabitas* e *araméus*, a leste e norte. A língua dos arameus, o aramaico, era falada por todos os comerciantes do Oriente Médio e tornou-se a língua oficial do Eufrates ao Egito, na época dos persas.

Hebreu significa *povo do outro lado do rio*. Esse povo de origem semita iniciou seus deslocamentos por volta do II milênio a.C. No Primei-

ro Império Babilônico, vivia perto de Ur. A Bíblia conta que os descendentes de Noé, sobreviventes do Dilúvio, foram os primeiros patriarcas. Um deles, Abraão, conduziu seu povo à terra prometida por Deus, Canaã, ou Palestina. Historicamente, consta que os hebreus chegaram ali no século XVIII a.C. O sucessor de Abraão foi Isaac; e o de Isaac, seu filho Jacó, posteriormente chamado Israel, *forte contra Deus*, porque, segundo a Bíblia, lutou contra um anjo enviado pelo Senhor.

Cerca de 1800 a.C., as secas obrigaram os hebreus a emigrar para o Egito. Talvez tenham sido afugentados pelos hicsos. A Bíblia conta que José, um dos doze filhos de Israel (Jacó), foi vendido pelos irmãos a um mercador egípcio. No Egito, José chegou a ministro do faraó e chamou os irmãos. Esta é a origem das doze tribos em que se dividiu o povo israelita.

Depois da expulsão dos hicsos (1580 a.C.), a vida tornou-se difícil e os hebreus, perseguidos, deixaram o Egito por volta de 1250 a.C. Foi o *Êxodo*, ou fuga, sob a liderança de Moisés. Ele tinha sido criado pela filha de um faraó, que o encontrou boiando em uma cesta no rio. Segundo a Bíblia, os israelitas atravessaram o Mar Vermelho, atingiram a Península do Sinai e vagaram quarenta anos pelo deserto antes de chegar à Palestina.

No deserto, Deus se revelou através de Moisés. No alto do Monte Sinai, ele recebeu as *Tábuas da Lei*, que apresentou ao povo. Apesar da crença no único Deus, *Iavé* (Aquele que é), os hebreus se desviaram do monoteísmo várias vezes, como quando adoraram um bezerro de ouro.

Moisés morreu antes de ver seu povo entrar na Terra Prometida.

Saul e Davi

Os israelitas lutaram dois séculos para se instalar na Palestina. A sedentarização fez renascer práticas idólatras, sob influência das antigas populações locais. Mas a resistência dos cananeus e filisteus, com seus carros de guerra e armas de ferro, tornava indispensável a união das doze tribos e a restauração da fidelidade a Iavé.

Surgiram, assim, os *juízes*, escolhidos pelas tribos. Os mais famosos foram: Gedeão, Jefté e Sansão (que liderou a vitória contra os filisteus).

Samuel, o último juiz, escolheu Saul como primeiro rei, em 1010 a.C. Os filisteus voltaram a atacar e derrotaram os hebreus na Batalha de Gilboé, levando Saul a suicidar-se para não cair nas mãos do inimigo.

Depois de derrotar o gigante filisteu Golias, Davi tornou-se o novo rei. Sob seu comando, os israelitas venceram os cananeus e tomaram Jerusalém, que transformaram em sua capital. O rei reforçou o exército e organizou uma guarda de mercenários. Vitórias contra moabitas e arameus asseguraram a independência do Reino de Israel. Os últimos anos do reinado de Davi foram perturbados pela revolta de seu filho Absalão.

Salomão, o justo

Salomão, sucessor de Davi, governou de 966 a 933 a.C. Foi um dos maiores reis de Israel. Desenvolveu o comércio, fez acordo com os fenícios para trocar trigo e óleo pela madeira deles, transportava cavalos da Ásia Menor para o Egito com enormes lucros. No Golfo de Ácaba, no Mar Vermelho, construiu uma fundição de cobre, um porto e uma frota equipada por fenícios. Em busca de madeira, pedras preciosas e ouro, seus navios chegavam a reinos longínquos, como Ofir (talvez hoje a costa da Somália, na África) e Sabá, cuja rainha visitou Salomão em Jerusalém.

Os outrora pobres israelitas agora podiam construir um luxuoso templo, projetado por arquitetos fenícios segundo o modelo dos mesopotâmicos e egípcios. Lá ficavam guardadas as Tábuas da Lei e o candelabro de sete braços. O culto a Iavé estava a cargo de sacerdotes (*rabinos*) tirados da tribo de Levi. Deus era louvado com sacrifícios, preces e oferendas.

Instituíram-se festas religiosas: *Sabbat*, comemorativo do sétimo dia da criação; *Páscoa*, a saída do Egito; *Pentecostes*, o recebimento das Tábuas da Lei; *Tabernáculos* (tendas), os templos do deserto.

Salomão tornou-se célebre por sua justiça e fino humor das decisões. Foi um rei pacífico e deu a Israel uma sólida organização. Mas tempos difíceis viriam. Israel, a ponto de transformar-se em país mercantil, não tinha mais chefes de clãs que protegiam os mais pobres, agora atingidos com mais vigor pelos impostos.

Com a morte de Salomão em 933 a.C., deu-se uma divisão (*cisma*) entre as tribos. Duas, de Benjamin e Judá, apoiaram o sucessor legítimo, Roboão, e constituíram o *Reino de Judá*, com capital em Jerusalém. As outras se agruparam em torno do usurpador Jeroboão e fundaram o *Reino de Israel*, com capital em Samaria. A causa da divisão foram as diferenças entre as regiões: o norte do Reino de Israel, mais urbanizado e mercantil, e o sul do Reino de Judá, mais agrícola e pastoril. O norte desviou-se do culto de Iavé, permitindo a entrada de cultos estrangeiros, enquanto o sul permaneceu fiel à religião tradicional.

Israel e Judá

Jeroboão, filho de uma das 700 esposas e 300 concubinas de Salomão, aderiu ao paganismo. Tentou até implantar o culto de Baal, deus fenício. Profetas, como Elias, levantaram-se contra os desvios. *Israel* acabou anexado por Sargão II ao Império Assírio, por volta de 722 a.C.

Enquanto isso, *Judá* levava vida calma, graças à neutralidade em relação aos vizinhos. Em alguns momentos, o povo também adorou ídolos e realizou cerimônias em lugares altos, a exemplo dos persas, quando eram oferecidos sacrifícios de crianças.

Com a queda do Império Assírio, seus territórios passaram a ser disputados por Egito e Babilônia. Judá aliou-se à Babilônia contra o Egito e perdeu a guerra. Então, nem mesmo o Profeta Jeremias conseguiu desviar o povo da infidelidade a Iavé. Depois, vieram os babilônios, comandados por Nabucodonosor, em 587 a.C. Muitos israelitas foram deportados: foi o *Cativeiro da Babilônia*, que durou cinquenta anos. Outros se espalharam pelo mundo, na *Diáspora* (dispersão).

Ciro toma a Babilônia em 539 a.C., e os hebreus podem voltar à Palestina, formando um Estado vassalo do Império Persa no território que correspondia à antiga tribo de Judá: seus habitantes passam a ser chamados de judeus. Subjugados por vários povos, os judeus promoveram muitas rebeliões, a última delas em 135 d.C., depois que o general romano Tito, em 70 d.C., destruiu Jerusalém, inclusive o templo. Foram então obrigados a se dispersar pelo mundo.

3. Um só Deus

Os hebreus seguiam a única religião monoteísta da Antiguidade. Seu Deus não podia ser representado por estátuas, e seu nome não devia ser pronunciado. Segundo essa religião, Deus fez uma aliança com o povo de Israel, pela qual receberia proteção em troca da obediência aos *Dez Mandamentos* (Decálogo).

Após 538 a.C., a vida religiosa foi organizada de acordo com a *Tora* (Lei), formada pelo Pentateuco, conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia, atribuídos a Moisés. Graças aos profetas, o povo hebreu manteve viva a chama da redenção, através do anúncio da vinda do *Messias* (o escolhido), que deveria restaurar o poder real de Davi e reunir o povo eleito de Deus.

Questões propostas

1. Qual o principal documento para o estudo do povo hebreu? Por quê?
2. Quem eram os hebreus? O que conta a Bíblia

sobre a ida deles para a Palestina e o que consta historicamente?

3. Explique por que os hebreus também foram chamados israelitas.
4. Por que o povo hebreu emigrou para o Egito? Em que condições tomaram o caminho de volta e finalmente se instalaram na Palestina?
5. Qual foi o primeiro rei de Israel e qual seu principal feito?
6. Israel atingiu o apogeu em qual reinado? Cite os principais fatos políticos, econômicos e religiosos dessa época.
7. Em que condições terminou o Reino de Israel? O que aconteceu aos hebreus?
8. Por que os hebreus, além de israelitas, são também chamados de judeus?
9. O que torna única a religião dos hebreus em toda a Antiguidade?



Davi é sagrado
pelo profeta Samuel.

Capítulo 7

Cretenses, fenícios e hititas

1. Os cretenses

Na ilha de Creta, existiu uma das mais brilhantes civilizações da Antiguidade. É difícil reconstituir sua história, porque faltam documentos escritos. Restaram vestígios de palácios, túmulos, estátuas, vasos e outros objetos. Arqueólogos encontraram placas que, decifradas, continham apenas nomes de sacerdotes e funcionários.

Os gregos transmitiram relatos sobre a fascinante história de Creta. É o caso da lenda do *Minotauro*, monstro que habitava um labirinto em Cnossos e foi morto pelo ateniense Teseu. Interpretando-se a lenda, conclui-se que Cnossos, principal cidade de Creta, foi destruída pelos aqueus vindos da Grécia, por volta de 1400 a.C., quando a civilização cretense estava no máximo esplendor, com o rei Minos.

Os povoadores de Creta eram provavelmente arianos procedentes da Ásia Menor. Outros levantam a hipótese de que fossem mediterrâneos, por serem baixos e morenos, nada parecidos com arianos ou semitas. Uma reconstituição permite relacionar essas etapas e acontecimentos:

1. **3000 a 2000 a.C.** — Surgem vilarejos; os habitantes trabalham metais e comerciam com Egito e Ilhas Cíclades, no Mar Egeu.
2. **2000 a 1750 a.C.** — Cnossos e Faístos destacam-se e constroem grandes palácios. Uma catástrofe (grande terremoto, invasão ou mesmo revolução) ocorreu em 1750.
3. **1700 a.C.** — A reconstrução. O rei de Cnossos impõe-se sobre a ilha. Os cretenses fundam entrepostos comerciais em todo o Egeu.
4. **1400 a.C.** — Cnossos foi destruída, talvez por uma invasão dos aqueus, vindos da Grécia.

Atividades econômicas

Os cretenses cultivavam cereais, vinhas e oli-

veiras. Tinham grande habilidade no trabalho com metais e cerâmica. Seus vasos, de cerâmica ou bronze, eram vendidos em todo o Mediterrâneo oriental.

Apontados como fundadores do primeiro império marítimo, construíam navios de até 20 metros de comprimento. Seus mercadores vendiam vasos com azeite e vinho, artigos de bronze e estofos. Compravam minérios, marfim e perfume. Tinham o monopólio do comércio no Egeu. Os faraós lhes deram exclusividade no transporte do cedro do Líbano para o Egito. Trocavam produtos ou pagavam com grossos discos ou placas de bronze de até 30 quilos.

Religião da Grande Mãe

A principal divindade cretense era a *Grande Mãe*, protetora da terra e da fertilidade, representada por uma pomba e uma serpente. Não havia templos. Celebravam cultos em lugares elevados, cavernas e capelas dos palácios. Havia festas religiosas com danças e torneios, em que se destacavam acrobatas que se exibiam sobre touros (tauromaquia).

2. Os fenícios

Os fenícios habitavam a região do Líbano atual, numa faixa de 200 quilômetros de comprimento, entre mar e montanhas. Para a agricultura, dispunham de terraços nas encostas. De origem semita, provinham das costas setentrionais do Mar Vermelho. Ao longo dos séculos, misturaram-se com povos de várias raças. A situação geográfica levou-os a atividades predominantemente marítimas.

No estreito litoral da Fenícia, surgiram várias cidades: Ugarit, Arad, Biblos, Sidon, Tiro. Eram verdadeiras cidades-estados, independentes. Um rei exercia o poder, assistido por um conselho escolhido entre os grandes comerciantes e proprietários agrícolas. Assim, a oligarquia de comerciantes e proprietários controlava o governo.

Os poderes locais impediram a Fenícia de formar um Estado unificado. As cidades preferiam aliar-se a Estados mais fortes, como o Egito. Por volta de 1500 a.C., após a destruição de Cnossos, os fenícios substituíram o comércio

cretense. Os gregos controlavam o norte do Mediterrâneo oriental e os fenícios, o sul.

Ugarit e Biblos, atacadas pelos hititas, a partir de 1400 a.C., perderam a supremacia para Sídön, que, por sua vez, atacada pelos filisteus, passou a hegemonia a Tiro por volta de 1100 a.C. Instalada em ilhotas perto da costa, Tiro podia defender-se facilmente. No século X a.C., a cidade aliou-se aos hebreus, mas em seguida foi excluída do comércio do Mediterrâneo oriental pelos gregos. Os comerciantes de Tiro lançaram-se então à conquista do Mediterrâneo ocidental e do norte da África. Fundaram Gades, atual Cádiz, na Espanha.

Tiro evitou a dominação assíria no século VIII a.C. e a dos persas, a quem se aliou. Submeteu-se afinal a Alexandre Magno em 332 a.C.

Atividades econômicas dos fenícios

Habilidosos nos negócios, os fenícios transformavam as matérias-primas trazidas do estrangeiro em produtos manufaturados e os reexportavam. Produziam armas de ferro e bronze, vasos de cerâmica e vidro, jóias e tecidos de lã cor púrpura, de grande aceitação, tingidos com resina extraída do múrice, um caracol.

Seus pequenos navios a remo e a vela seguiam por caminhos que mantinham em segredo. Orientavam-se por constelações, como a Ursa Maior. Chegaram à Bretanha. E sabe-se que, contratados pelo faraó Necau II, deram a volta à África, numa viagem de três anos: partiram do Mar Vermelho e voltaram pelo Estreito de Gibraltar.

Para os fenícios, comércio e pirataria eram a mesma coisa. Aprisionavam fregueses; vendiam mulheres e crianças como escravos.

Religião e cultura dos fenícios

Cada cidade tinha seu deus protetor, *Baal*, ou deusa, *Baalit*. Baal simbolizava chuva e tempestade. Seu filho *Aliyan* era o deus das fontes. *Astarte*, deusa da fecundidade. *Adôn*, como Osíris no Egito, representava o renascimento da vegetação, o triunfo da vida sobre a morte. *Melkart* era o deus de Tiro. Sacrifícios sangrentos, inclusive humanos, perduraram mesmo depois de desaparecer em outras regiões.

A principal contribuição dos fenícios para a

História da civilização foi a invenção do *alfabeto*. Por necessidade prática, criaram 22 sinais para representar os sons das palavras, alfabeto adotado por arameus e judeus. Completado pelas vogais, tornou-se o alfabeto grego.

3. Os hititas

A civilização hitita desenvolveu-se no Planalto da Ásia Menor, no centro da atual Turquia. Nessa região de clima rude e poucos rios, havia alguns principados quando, no II milênio a.C., chegou um grupo de cavaleiros arianos vindos dos Bálcãs, que ali seriam chamados hititas.

Os recém-chegados dominaram o norte da Mesopotâmia e enfrentaram os egípcios, mas estes vizinhos eram fortes e eles se contentaram com a área de ocupação inicial. Mais tarde os hititas foram atacados por inimigos chegados dos Bálcãs e do Mar Egeu e começaram a desaparecer. Havia copiado elementos culturais dos vizinhos e, de original, deixaram a organização política: o poder real era limitado pela classe dos grandes proprietários rurais, que comandavam as forças militares.

Os frígios, que contribuíram para a destruição do Império Hitita, evoluíram até se transformar em Estado famoso pela riqueza em ouro, extraído do Rio Pactolo: a Lídia. O comércio expandiu-se na região, e a Lídia teve seu apogeu no século VI a.C., durante o reinado de Creso.

4. Herança cultural do Oriente Médio

Na época em que floresceram as civilizações do Oriente Médio, os homens aprenderam a depender menos da natureza e a usar melhor os *instrumentos* e a *técnica* para dominá-la. Introduziram o *arado*, canais de *irrigação*, domesticação de animais para *tração* e construção de *silos* para armazenar produtos. A indústria evoluiu com a *técnica artesanal*. Passou-se a fabricar *tijolos* e a usar *planos inclinados* para elevar blocos de pedra ao alto das construções. Os homens tornaram-se sedentários e aprimoraram as *técnicas de construção*, com o uso de *arcos*, *colunas* e *cúpulas*. Desenvolveram-se a *metalurgia*, a *cerâmica* e o preparo dos *papiros* e

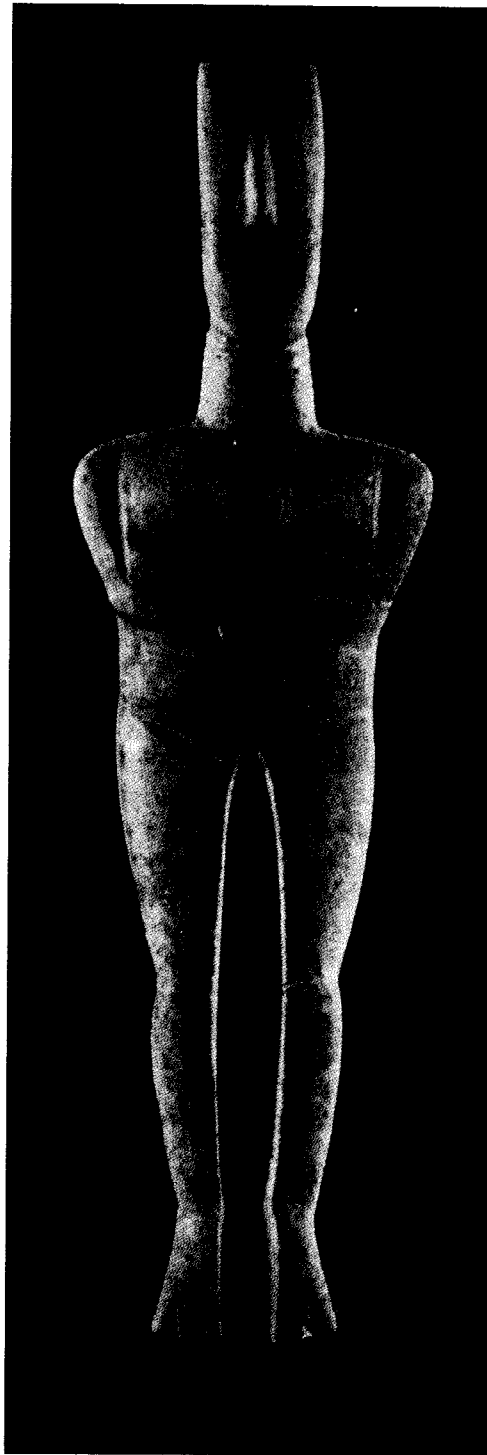
placas de barro para a escrita. Os frígios inventaram a moeda.

No campo da cultura, uma das maiores contribuições foi a invenção da *escrita*, assinalando a passagem da Pré-história para a História. Os fenícios criaram o *alfabeto*. Surgiram o *cálculo matemático*, a *geometria*, as unidades de *peso e medida*, o *calendário* lunar e o solar, os estudos de *Astronomia*, *Medicina* e *Farmácia*. Apareceram as primeiras obras de literatura, como a epopéia de *Gilgamesh*. Os grandes códigos religiosos e morais, como os de Moisés e Hamurabi. As idéias de *organização burocrática* do Estado. Houve notáveis progressos na *arte da guerra*, em que se destacaram os assírios.

No domínio moral e religioso, é preciso destacar a *tolerância religiosa* dos persas e a idéia de um *único deus* dos hebreus.

Questões propostas

1. Qual é a dificuldade que os pesquisadores encontram para reconstituir a história de Creta?
2. Quais são as duas hipóteses mais prováveis para a origem dos cretenses?
3. Resuma o nascimento, a ascensão e a queda da ilha de Creta.
4. O que sabemos da economia e da religião cretenses?
5. Quem foram os fenícios?
6. Que cidade fenícia mais se destacou?
7. Qual era o forte da economia fenícia?
8. Que grande contribuição deixaram os fenícios no campo da cultura?
9. Quem foram os hititas? Que herança original deixaram?
10. Quais as principais contribuições deixadas pelas civilizações do Oriente Médio?



Ídolo de mármore da civilização cretense.

Capítulo 8

China, Índia e Japão

Aproximadamente no mesmo período em que importantes civilizações se desenvolveram no Oriente Médio, também surgiram no Extremo Oriente alguns povos criadores de grandes culturas, como os chineses, os indianos e os japoneses.

Os povos do Extremo Oriente e do Oriente Médio foram contemporâneos, mas não tiveram muito contato. A distância e as dificuldades de comunicação fizeram com que se desenvolvessem isoladamente.

1. O Império do Meio

A China foi uma das primeiras civilizações da humanidade. Segundo lendas e tradições chinesas, o vale do Rio Amarelo era habitado por agricultores e artesãos desde 3000 a.C. Cultivavam milho e criavam animais, como cães, porcos e cabras. Sabiam fundir o bronze para fabricar armas e outros utensílios.

Para controlar o regime das águas do rio, desenvolveram técnicas de construção de diques e canais. Essas obras exigiam o trabalho de muitas pessoas, por isso as comunidades agrícolas se uniram sob uma mesma autoridade política. Pertenciam à família Chang os primeiros governantes com existência histórica comprovada por achados arqueológicos (ossos com desenhos de uma escrita primitiva). Essa dinastia reinou sobre a China entre 1500 e 1027 a.C.

A família Chang foi subjugada por guerreiros da dinastia Tcheu, que governou até o século III a.C. e estendeu os domínios chineses até o vale do Rio Azul.

As constantes disputas entre famílias nobres dividiram o país, que se tornou vulnerável a invasores de origem mongólica, vindos do norte. Mas em 221 a.C. o soberano Che Huang-Ti, de Quin (ou Tsin), submeteu os rivais e proclamou-se imperador da China.

Che Huang-Ti impôs um mesmo sistema de escrita para todos os chineses, pois cada região se servia de um dialeto e isto favorecia a desunião entre os diversos povos. Impôs um sistema único de pesos e medidas. Abriu estradas. As medidas

impulsionaram o comércio e as cidades progrediram. Um eficiente sistema de arrecadação de impostos garantiu ao imperador recursos para manter um exército profissional.

Para afastar a ameaça de invasões ao norte, construiu a *Grande Muralha*, entre 215 e 210 a.C.

Uma variante do nome Quin deu origem à palavra China. Mas os chineses chamavam sua terra de *Império do Meio*, pois a consideravam o centro do mundo. Tal sentimento tinha razão de ser, pois os sucessores do soberano de Quin transformaram a China num império tão vasto e poderoso quanto os domínios de Roma, que, na mesma época, se estendia da Península Ibérica à Ásia Menor.

As classes sociais

Os imperadores eram considerados *Filhos do Céu*; intermediários entre a divindade e o povo. Eram eles que oficiavam as cerimônias religiosas públicas. Mas, na prática, a autoridade política dos ministros e outros funcionários letrados era maior que a dos imperadores.

Os administradores, chamados *mandarins*, organizavam o trabalho da população, fixavam preços, coletavam impostos e estabeleciam o calendário de atividades e festas. Escreviam tratados comerciais e poesia; e aprimoraram a caligrafia, sobre tábuas de bambu e rolos de seda.

Menos prestígio tinham outras duas classes, a dos *militares* e a dos *comerciantes* e membros do *clero*.

Na base da pirâmide social, estava a massa de *camponeses* e *artesãos* urbanos.

Os camponeses trabalhavam nas terras do Estado, na construção de diques e estradas e nas minas de ferro e sal. Quando havia seca ou enchentes, suas condições de vida eram miseráveis.

Artesãos e mercadores aglomeravam-se em bairros pobres das cidades muradas, em casas de bambu e madeira.

A economia e as invenções

Desde 700 a.C., os artesãos chineses dominavam a arte de fundir o ferro para fabricar armas e ferramentas. Faziam vasos e objetos de marfim, jade e porcelana. A produção artesanal tomou

grande impulso na dinastia de Han (206 a.C. a 221 d.C.). Em cerca de 120 a.C., os chineses aprenderam a tecer com os fios do bicho-da-seda, criado em plantações de amora.

No século II d.C., inventaram o papel. Passaram a usá-lo para imprimir livros, dinheiro em notas, fazer leques e até janelas. Também foram os chineses que inventaram a bússola e a pólvora, sob a dinastia Sung (906 a 1279 d.C.); e criaram a primeira forma de impressão, a arte de entalhar figuras e letras sobre uma superfície de madeira que, recoberta de tinta, permite reproduzir as imagens em folhas de papel ou outro material: era a xilogravura, precursora da imprensa.

As mercadorias chinesas eram cobiçadas pelos ricos do Império Romano. Os chineses cobiçavam os cavalos da Ásia Central. Os mercadores árabes monopolizavam essas trocas comerciais. Em caravanas de camelos, levavam os produtos chineses até Damasco e Antioquia, na Síria, e Tiro, na Fenícia: cidades dominadas pelos romanos. A extensa via comercial tinha o nome de *Rota da Seda*. Por ela, em 57 d.C., o budismo, religião de origem hindu, entrou na China; e por ela, o pensamento chinês saiu para influenciar as demais civilizações do continente asiático.

A cultura e Confúcio

Enquanto a sociedade evoluía, aumentava a diferença entre pobres e ricos. No século VI a.C., o pensador Lao-tsé condenou a situação. Disse que o desejo de adquirir, e não de cooperar, afastava o indivíduo do caminho da harmonia consigo mesmo e com os outros. Caminho é *tao* em chinês, daí o nome *taoísmo* para o ensinamento filosófico-religioso de Lao-tsé. Para ele, a harmonia se encontra no equilíbrio entre dois princípios que se completam: o *yin*, elemento feminino passivo, representado pela lua e pelo céu; e o *yang*, energia masculina ativa, simbolizada pelo sol. A partir dessas idéias, os chineses desenvolveram um conjunto de teorias na Medicina, com o uso da acupuntura.

Confúcio, mandarim que viveu entre 551 e 479 a.C., criou outra doutrina, segundo a qual se consegue a sabedoria seguindo a experiência e os ensinamentos dos antepassados e dos grandes monarcas. O *confucionismo* instruíu os poderosos a governar com moderação, amor ao próximo e culto aos antepassados.

Já para os seguidores do *legismo* ou Escola das Leis (século IV a.C.), guerra e disciplina eram formas de fortalecer o poder imperial. O confucionismo influenciou os soberanos da dinastia Han; o legismo se popularizou nos períodos mais tensos.

O Império se manteve por mais de 2 000 anos, até a proclamação da República em 1912.

2. Índia, uma civilização singular

Em 2500 a.C., os dravidianos, um povo de pele morena que habitava a Península Indiana, já dominavam a técnica do cultivo do arroz, alimento que rapidamente se difundiu para o resto da Ásia.

Em cerca de 2000 a.C., vindos do interior do continente, os arianos, de pele mais clara, invadiram o norte e dominaram a península. Eram bons cavaleiros e dispunham de armas de ferro. Do confronto das culturas dravidiana e ariana nasceu a *civilização hindu*.

A língua era o *sânscrito*. A religião, o *vedismo*. De acordo com os textos sagrados, cada um nasce predestinado a pertencer a uma das seguintes *castas sociais*:

1. **Brâmanes**, líderes espirituais, que exerciam também atividades médicas ou administrativas. Eram venerados como a casta mais pura.
2. **Guerreiros**, ocupavam altos cargos, militares ou civis.
3. **Artesãos**, formavam, ao lado dos mercadores e dos camponeses, o grupo dos trabalhadores braçais. Alguns artesãos enriqueciam como exportadores de jóias, metais, tecidos e especiarias.
4. **Servidores**, trabalhadores menos qualificados.
5. **Intocáveis**, considerados "impuros" pela religião: eram aqueles que lidavam com restos de animais mortos, dejetos humanos (curtidores, sapateiros, coveiros e limpa-fossas).

Não havia possibilidade de ascensão social. Mas os humildes não se revoltavam. Acreditavam que, levando uma vida piedosa, de preces e peregrinações, reencarnariam numa existência superior após a morte.

A religião de Buda, o Iluminado

No século VI a.C., enquanto Confúcio começava a pregar na China, o príncipe Siddharta Gautama abandonou seu reino no norte da Índia e virou monge. Incentivando a prática da meditação e o desprendimento das coisas materiais e proibindo o consumo de carne, tornou-se o *Buda*: o Iluminado. E passou a liderar uma seita que buscava a paz espiritual.

Adotado como religião oficial no século III a.C., o budismo difundiu-se para China, Japão e Sudeste Asiático.

Na Índia, havia outra antiga tradição popular: as narrativas orais sobre a origem da civilização hindu, em que o confronto dos povos dravidiano e ariano se misturava a feitos de deuses e demônios. Entre os séculos IV e III a.C., essas histórias foram reunidas em dois grandes livros: o *Mahabharata* e o *Ramayana*.

A religião inspirou muitos artistas. Pintores e escultores decoravam os templos dos deuses *Krishna*, *Brahma*, *Vishnou* e *Shiva*. Os bailarinos desenvolveram coreografias complexas, ao som de cítaras, flautas e tambores. A posição das mãos e outras partes do corpo despertava as mais diversas emoções no público, ao representar animais ou deuses.

3. O povo do Sol Nascente

Dentre as civilizações da Antiguidade no Extremo Oriente, uma das menos conhecidas é a do Japão. Essa sociedade sofreu influência de outras sociedades orientais ainda mais antigas.

O Japão é um arquipélago vulcânico, sujeito a terremotos e furacões. Três quartos do país são recobertos de montanhas e florestas. Natureza hostil e pouca terra para a agricultura: essa combinação parece que ajudou a moldar o caráter do povo japonês, guerreiro e persistente.

A China exerceu grande influência sobre os pescadores e agricultores do pequeno arquipélago, transmitindo-lhes sua forma de governo imperial, baseada na autoridade religiosa. A influência foi tal que o próprio nome *Japão* é de origem chinesa; significa *Sol Nascente*.

Os primitivos habitantes do arquipélago japonês se organizavam em *clãs* — famílias unidas por um antepassado comum e pelo culto do mesmo deus protetor. Os clãs também assimilaram a

escrita e a arte de trabalhar o ferro originárias da China, bem como a religião budista e o cultivo do arroz praticados na Índia.

Os clãs viviam em guerra permanente, cada qual buscando controlar o poder político. Por isso, entre os japoneses, era muito prestigiada a casta dos guerreiros, ou *samurais*, que significa “aqueles que servem”. Eles tinham alguns valores supremos, como a fidelidade aos superiores e a disciplina física e mental. Seguiam um código de honra, ou *bushido*, que os obrigava a um grande sentido de dignidade pessoal. Se faltasse com o dever diante do *daimio* (nobre proprietário), o samurai chegava ao ponto de praticar suicídio — o ritual de *seppuku*.

Questões propostas

1. Por que os chineses chamavam sua terra de Império do Meio?
2. Em 221 a.C., Che Huang-Ti, soberano de Quin, proclamou-se imperador. Relacione seus feitos e a glória colhida por seus sucessores.
3. Na sociedade da antiga China, que classes havia e quais as suas características principais?
4. O que é Rota da Seda e o que ela provocou, indiretamente?
5. Cite algumas invenções chinesas.
6. Relacione e detalhe as três principais linhas do pensamento chinês antigo.
7. As rebeliões camponesas eram mais frequentes na China que na Índia. A que você atribui a resignação do povo hindu?
8. O que prescreviam os textos sagrados hindus sobre a posição de cada indivíduo na sociedade? Como estava dividida essa sociedade? Detalhe cada uma das divisões.
9. O que era o budismo?
10. Estabeleça uma relação entre os aspectos naturais do Japão e o caráter de seu povo.

Capítulo 9

Grécia: meio ambiente e povoamento

A Grécia antiga começava no sul do Monte Olimpo, ao sul dos Balcãs. O golfo de Corinto corta ao meio o território, que se assemelha a uma mão aberta no Mar Mediterrâneo. Ao norte do golfo, fica a *Grécia Continental*; ao sul, a *Grécia Peninsular*. Existe ainda a *Grécia Insular*, formada pelas ilhas do Mar Egeu.

A Grécia Continental é montanhosa, com planícies férteis isoladas. O relevo explica o surgimento de Estados locais, pois as comunicações eram difíceis. Já na Grécia Peninsular, de litoral recortado por golfos e baías, navegava-se facilmente de um ponto a outro da costa. Na Grécia Insular, as numerosas ilhas permitiam a navegação com terra sempre à vista, o que era fundamental numa época de técnica naval precária.

Esses condicionamentos geográficos explicam a tendência grega de integração com o exterior, mais do que com o interior.

O povoamento

Os gregos ou helenos (de Hélade, primitivo nome da Grécia) são de origem indo-européia. Os indo-europeus, ou arianos, começaram a chegar à Grécia em cerca de 2000 a.C.

Primeiro chegaram os *aqueus*, com seus rebanhos, e ocuparam as melhores terras. Tornaram-se sedentários e assimilaram povos mais antigos, os *pelégios*, ou pelasgos, provavelmente de origem mediterrânea, que se encontravam no estágio neolítico.

Os aqueus formaram núcleos urbanos, como Micenas, Tirinto e Argos. Os habitantes de Micenas entraram em contato com a Ilha de Creta, onde havia uma civilização avançada. As duas culturas se integraram e desenvolveram a civilização *creto-micênica*.

Por volta de 1700 a.C., os núcleos arianos na Grécia foram fortalecidos com a chegada de novos grupos arianos: os *jônios* e os *eólios*. Estes se

integraram pacificamente com os habitantes que encontraram na Grécia. A civilização creto-micênica chegava ao auge.

Os cretenses dominavam o Mar Egeu. Os aqueus aprenderam deles técnicas agrícolas, navais, valores religiosos. Acabaram superando os mestres e destruíram a civilização cretense, por volta de 1400 a.C. Os aqueus estenderam então suas atividades comerciais e piratas até as costas da Ásia Menor, na rota do peixe seco e do trigo, na entrada do Mar Negro (Ponto Euxino).

No início do século XII a.C., os gregos destruíram Tróia (*Ilion*, em grego), cidade que ocupava posição estratégica nos estreitos, entre o Egeu e o Negro. Isto lhes deu o controle do tráfico marítimo na região.

Exatamente quando a civilização micênica se expandia em direção à Ásia, chegaram os *dórios*, último grupo de povos arianos a penetrar na Grécia. Mais aguerridos, nômades ainda, conhecedores de armas de ferro, os dórios arrasaram as cidades gregas. A população fugiu para o interior ou para o exterior. Numerosas colônias gregas surgiram nas costas da Ásia Menor e em outros lugares do Mediterrâneo. Foi a Primeira Diáspora (dispersão) Grega.

Começaria novo período na história da Grécia. A vida urbana desapareceu. A população regrediu para uma vida mais primitiva, de pequenas comunidades em que a célula básica era a grande família, ou *genos*. Muitos historiadores chamam a este período de *Idade Média Grega*.

Questões propostas

1. Associe os aspectos geográficos ao surgimento de Estados locais e à tendência à integração com o exterior dos povos da antiga Grécia.
2. Quais os primeiros povos arianos a chegar à Grécia e que civilização desenvolveram em contato com os cretenses?
3. Como foi que os aqueus substituíram a supremacia dos cretenses?
4. Que fim teve a civilização micênica?

Capítulo 10

Grécia: o período Homérico

O período se chama Homérico porque seu estudo se baseia em duas obras atribuídas a Homero: a *Iliada* e a *Odisséia*.

A *Iliada* narra a tomada de Tróia pelos gregos. O autor concentra-se na figura do herói Aquiles, descrevendo sua cólera contra Agamemnon, que lhe roubou a escrava Briseida. Inicialmente Aquiles nega-se a participar dos combates, mas a morte de seu amigo Patroclo o faz voltar atrás. Uma parte importante da *Iliada* descreve o cavalo de madeira com o qual os gregos “presenteiam” os troianos para tomar sua cidade.

A maior parte da *Odisséia* descreve o retorno do guerreiro Ulisses ao Reino de Ítaca. Mas a obra ocupa-se de três temas fundamentais: a viagem de Telêmaco, as viagens de Ulisses e o massacre dos pretendentes de sua mulher, Penélope.

Apesar de atribuídas a Homero, *Iliada* e *Odisséia* são diferentes no vocabulário e no estilo. Na *Iliada* o autor não menciona o uso do ferro; na *Odisséia* há referências constantes ao metal. Provavelmente, as obras foram criadas com intervalo de cinquenta anos entre uma e outra: a *Iliada* no fim do século IX a.C.; a *Odisséia* em meados do século VIII a.C. A *Iliada* seria talvez obra de um poeta jônio da costa da Ásia Menor. A *Odisséia* poderia ser de um poeta das ilhas. Além disso, as obras sofreram alterações dos *aedos*, poetas que transmitiam os poemas oralmente, através das gerações. A *Iliada* e a *Odisséia* só ganharam forma escrita no século VI a.C., em Atenas, durante o governo do tirano Psistrato.

1. O sistema gentílico

A célula básica da sociedade grega após o século XII a.C. era o *genos*, uma grande família. Todos os descendentes de um mesmo antepassado viviam no mesmo lar. Cada membro (*gens*) dependia da unidade da família. Esse grupo tinha seu chefe, o *pater-famílias*, que passava o poder ao filho mais velho; tinha seu culto aos antepassados; sua própria justiça, baseada no costume. A inde-

pendência política apoiava-se na independência econômica. A economia consistia na administração da casa, conforme indica a própria origem da palavra: *oeconomia*, arte de administrar uma casa. A família era como que uma autarquia, isto é, uma organização fechada, auto-suficiente.

Terras, sementes, gado, instrumentos — a propriedade era coletiva: não podia ser vendida, transferida, dividida. Também o trabalho era coletivo. A família expulsava quem se recusasse a trabalhar. Por isso mesmo, todas as tarefas eram valorizadas e nenhuma considerada humilhante. A produção era distribuída igualitariamente, o que impedia a diferenciação econômica entre os membros do *genos*.

Se a família usava o trabalho de escravos ou artesãos, era por ser pouco numerosa ou por não ter habilidade para certas atividades.

A economia era quase toda agropastoril. Família com terra fértil era família rica. Tinha para seu sustento e armazenava produtos para tempos difíceis. Com o que sobrava, contratava artesãos, comprava escravos e mercadorias de valor, que formariam o tesouro do *genos*. Havia ainda os lucros das guerras, da pirataria, dos espólios e dos saques.

Coletivista economicamente e socialmente igualitário, o *genos* não deixava de apresentar diferenciações individuais, pois a posição da pessoa na família dependia de seu parentesco com o *pater-famílias*. No plano político, o poder — patriarcal — se baseava no monopólio de fórmulas secretas, que permitiam ao chefe o contato com os deuses protetores da família.

2. O *genos* se desintegra

O regime de economia gentílica não podia durar. O *genos* começou a enfrentar dificuldades. Além de mão-de-obra suplementar, precisou buscar produtos que só podiam ser cultivados em certos tipos de solo.

A transformação devia-se a dois fatores:

a) a produção não crescia no ritmo do crescimento da população, pois as técnicas eram rudimentares; caiu a renda familiar, provocando descontentamento; b) o *genos* passou a dividir-se em famílias menores, enfraquecendo-se; filhos mais novos e bastardos protestavam contra a vida difícil, e os aventureiros, contra o trabalho monótono; cada um trabalhava com menos estímulo e mais exi-

gência na divisão dos produtos. Desenvolveu-se o gosto por luxo e conforto. Fortaleceu-se assim o individualismo, que trouxe a necessidade de dividir a propriedade coletiva.

O chefe da comunidade repartia os bens, beneficiando os filhos mais próximos e prejudicando parentes mais afastados. Primeiro, dividiam-se os bens móveis: gado, escravos, metais, vasos, armas e vestuário. Viria então a casa; mas como não podia ser repartida, cada família passou a viver na sua. Por fim, repartiram o bem principal, a própria terra.

Em muitas famílias, os lotes foram divididos por sorteio e, mais tarde, em razão de herança, poderiam ser novamente divididos. Começava a luta, cada vez mais violenta, pela posse da terra. Marcos, fossos, sebes, paliçadas, primeiros sinais de separação, mostravam a substituição da propriedade coletiva pela propriedade privada.

Mas o novo regime ainda não era completo. Havia exceções: nas reservas coletivas, particulares só podiam possuir as terras mais férteis; em muitas propriedades, conservava-se o sistema de rodízio do lote entre os antigos membros do genos; em certas regiões, os lotes podiam ser divididos, mas não repassados para quem não tivesse pertencido ao antigo genos.

Conseqüências da desintegração

As conseqüências da desintegração do sistema gentílico foram complexas.

No *plano social*, aumentaram as diferenças. Havia grandes proprietários de terras férteis; pequenos proprietários de terras pouco férteis; e grande número de indivíduos que perderam a propriedade, inclusive descendentes de proprietários que, depois de muitas divisões por causa de heranças, ficaram com lotes insignificantes. Estes últimos formaram uma camada marginal, errante, que vivia de míseros salários por trabalhos agrícolas ou de esmolas.

Alguns desfavorecidos seguiram outras atividades profissionais, como os *demiurgos* (artesãos). Outros se lançaram à aventura da pirataria: foram os precursores do comércio marítimo. Poucos tiveram sucesso nesta última atividade; eles em geral se integraram com a aristocracia proprietária de terra através do casamento.

Os bens móveis, como acontece numa sociedade em que predomina a economia natural, con-

centravam-se nas mãos das famílias proprietárias de terras. Coexistiam grupos de tipo patriarcal, famílias pequenas e indivíduos isolados. A propriedade coletiva subsistia ao lado da privada e até da co-propriedade.

No *plano político*, a desintegração gerou a passagem do poder do *pater-famílias* para os parentes mais próximos, os *eupátridas* (filhos do pai). Eles monopolizavam os equipamentos de guerra, a justiça, o poder religioso, todo o poder político enfim. Esta camada deu origem à aristocracia grega, cujo poder resultava da posse da riqueza fundamental: a terra.

3. O desenvolvimento urbano

Os aristocratas se uniram em *fratrias* (irmandades); as fratrias, em tribos. Da reunião de várias tribos e da aglutinação de seus vilarejos (fenômeno de *cinesismo*), surgiu a organização política típica da antiga Grécia: a *cidade-estado* (*polis*).

Para isso, foi fundamental o rompimento da unidade do genos. As cidades não tinham passado de associações políticas temporárias, até então. Com a *polis*, passaram a constituir a base da sociedade e seu elemento de união. Apresentavam características próprias: a *acrópole*, templo construído sobre uma elevação; a *ágora*, praça central; e o *asti*, mercado de trocas. Ocorria a passagem da economia gentílica para a urbana, ainda impregnada de elementos da economia familiar, mas já trazendo os sinais da futura economia internacional grega.

4. A colonização e seus fatores

Na metade do século VIII a.C., os gregos iniciaram uma expansão que se prolongaria por dois séculos, chamada Segunda Diáspora Grega. Os fenômenos sociais que transformaram o regime antes do final do século VIII a.C. agiram com intensidade nos séculos seguintes.

O genos se desintegrou, a família menos numerosa predominou e acentuou-se o individualismo. Filhos mais novos ou desfavorecidos deixavam a pátria e iam buscar uma vida mais lucrativa. Do mesmo modo, os marginalizados do poder político na *polis* foram lutar por maior participação em outras *polis* fora da Grécia.

A guerra chegava a ser considerada um benefício, pois aliviava a pressão demográfica sobre a terra. Numerosos pequenos proprietários não conseguiam sustentar-se com o próprio trabalho. Muitos vendiam a terra ou a perdiam por causa de dívidas. Ao mesmo tempo, surgiam os latifúndios, formados pela reunião de lotes pequenos.

Os colonos estabelecidos em novas terras passaram a produzir gêneros que as *polis* não eram capazes de prover. E consumiam os produtos excedentes na Grécia, como vinho e azeite.

O progresso técnico também estimulou a busca do exterior: o uso da âncora, o aperfeiçoamento dos barcos e o *trirreme*, com capacidade para duzentos homens, criado em fins do século VIII a.C. Ao mesmo tempo, o declínio do poderio fenício na Ásia facilitava a travessia dos mares.

Áreas e mecanismos de colonização

Em direção ao Oriente, uma das primeiras áreas colonizadas foi a Trácia, nas costas da Macedônia e ao norte do Mar Egeu, região atraente pelos campos de cereais e vinhas, e pelas montanhas com florestas e minas de ouro e prata.

Abidos, no atual Estreito de Dardanelos, e Bizâncio (hoje Istambul) tornaram-se cidades mercantis. Foi uma grande aventura penetrar no Mar Negro, sem ilhas e açoitado por tempestades. Em sua costa logo surgiram Odessa, Tanais, Queroneso e outras colônias — palavra que significa *da casa*, ou seja, a colônia indicava que os membros de uma mesma cidade grega estavam ali estabelecidos, em terras estranhas. Do Negro, os gregos exportavam cereais, madeira, peixes, frutas.

Ao sul do Mediterrâneo, com o consentimento dos faraós, os gregos fundaram Naucratis, no delta do Nilo. A oeste do Egito, surgiu Cirene.

Em direção ao Ocidente, os gregos plantaram um colar de cidades na Itália, a partir de 750 a.C. Os núcleos mais importantes foram Sívaris, Crotona e Tarento, no Golfo de Tarento; Messina e Siracusa, na Sicília; Posidônia, Nápoles e Cumas, na costa do Mar Tirreno. Era a Magna Grécia. Mais a oeste, os gregos se estabeleceram no sul da Gália, onde fundaram Marselha, Nice, Antibes, Mônaco. A concorrência dos fenícios, firmemente plantados em Cartago, dificultou a colonização das costas espanholas.

Chegou um momento em que as cidades-estados passaram a organizar a colonização, inicialmente feita ao acaso. Elas não queriam perder seus filhos. Os colonos passaram a partir sob o comando do *oikiste*, acompanhado de sacerdotes e adivinhos. Escolhiam baías profundas ou penínsulas recortadas, para favorecer a navegação e a defesa. Desembarcavam, ofereciam um sacrifício; dividiam a terra em lotes, distribuídos entre os participantes da expedição. Mantinham laços mais culturais que políticos com a metrópole, relacionamento completado pelo intercâmbio econômico: forneciam gado e cereais e recebiam produtos manufaturados.

Quando as expedições encontravam nativos na região escolhida, os gregos empregavam a força ou a simples diplomacia, para se instalarem. A colonização grega teve um caráter marcadamente agrário, mas não impediu o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Agora, o mundo grego apresentava dimensões quase mediterrâneas.

Questões propostas

1. Quem escreveu a *Ilíada* e a *Odisséia*, obras fundamentais para o estudo do período Homérico?
2. De que tratam a *Ilíada* e a *Odisséia*?
3. Como funcionava o sistema gentílico?
4. Por que se desintegrou o genos e qual a consequência direta dessa desintegração?
5. O desaparecimento da grande unidade familiar ocasionou a formação de uma nova unidade política: qual? e quais os seus três elementos característicos?
6. Que fatores levaram à Segunda Diáspora Grega?
7. Para onde partiram os colonos gregos? Cite as principais colônias que fundaram.
8. Como passaram a ser as expedições colonizadoras depois que as cidades-estados começaram a organizá-las?

Capítulo 11

Grécia: o período Arcaico (Esparta)

Esparta, uma das primeiras cidades-estados a surgir na Grécia, foi fundada no século IX a.C. pelos invasores dórios, na fértil Planície da Lacônia, às margens do Rio Eurotas. Os aqueus que ali viviam ou se aliaram aos invasores, ou foram escravizados, ou fugiram. O nome da cidade veio de uma planta da Lacônia.

1. Organização primitiva (séculos IX-VII a.C.)

Os dórios dividiram entre os guerreiros as terras conquistadas e constituíram o genos típico do período Homérico: propriedade coletiva e regime patriarcal.

Dois reis (Diarquia), um Conselho e uma Assembléia exerciam o governo, segundo a constituição de Esparta — *Grande Retra* (lei). A *Diarquia* exercia o poder executivo em tempo de guerra e oficiava as cerimônias religiosas que precediam os combates. O Conselho formado pelos mais velhos (*Gerúsia*) tinha caráter consultivo. O órgão mais importante era a Assembléia (*Ápela*), formada por todos os cidadãos dórios: dava a palavra final em assuntos políticos e administrativos.

2. As transformações do século VII a.C.

Em 650 a.C., os messênios se revoltaram contra a dominação de Esparta, concluída em fins do século VIII a.C. Após uma guerra de cerca de trinta anos, Esparta reduziu à condição de escravos os habitantes da Planície da Messênia, perto da Lacônia.

O grande número de escravos para reprimir explica por que, a partir do século VII a.C., Esparta interrompe as conquistas externas e limita-se a intervir nos governos das cidades próximas, a fim de manter sua amizade e garantir a hegemonia no Peloponeso (Grécia Peninsular; o nome vem de Pelops, tido como primeiro ocupante da região).

A economia se transformou. Em lugar das propriedades coletivas, surgiu uma vasta pro-

priedade estatal, dividida em, provavelmente, 8 000 a 9 000 lotes (*cleros*), distribuídos entre os guerreiros dórios da antiga aristocracia. Não podiam ser cedidos nem divididos. Era a *terra cívica*. O Estado detinha a posse legal, e o cidadão dório, o usufruto.

Os escravos, aqueus e messênios, foram empregados pelo Estado, à razão aproximada de seis por lote. Os dórios não podiam matá-los nem mutilá-los, a não ser por ordem do Estado. Os escravos tinham situação razoável. Moravam em quintas isoladas e davam ao dono do lote uma renda, inicialmente fixada em frutas, vinho e azeite, em quantidade proporcional ao produto básico que deviam pagar, a cevada: para o senhor, 70 medimnos; para a senhora, 12 (*medimno*: medida de capacidade para sólidos, equivalente a cerca de 52 litros). Mais tarde, os escravos seriam obrigados a entregar metade da produção do lote.

Os aqueus eram os *periecos*, isto é, habitantes das terras periféricas (*perioikis*). Quase quatro vezes mais numerosos que os dórios, eles se dedicavam à agricultura e, em menor escala, à criação de carneiros e porcos, ao artesanato, à mineração de ferro e ao comércio. Entre eles, predominava o regime da propriedade privada: as terras podiam ser divididas e vendidas.

3. Transformações sociais e políticas

Esparta apresentava nesse período três camadas básicas: os dórios, os aqueus e os escravos. Os dórios, guerreiros, recebiam educação militar especial e eram chamados *espartíatas*. Os aqueus gozavam de boas condições materiais, mas não de direitos políticos. Os escravos eram os *hilotas*: habitantes de Helos, cidade do Peloponeso, que os dórios escravizaram, daí o nome. Não tinham proteção da lei e sua condição humana era das mais miseráveis do mundo antigo. Hilotas e periecos serviam no exército, formando um regimento levemente armado.

O regime político sofreu transformações proporcionais às mudanças na estrutura econômica e social. Economia e sociedade caminharam para o imobilismo. Isto explica o governo mais conservador, menos progressista.

O poder supremo passou a ser monopolizado pelo Conselho de Anciãos (*Gerúsia*), composto por 28 *gerontes* (cidadãos acima de 60 anos), e dois reis. Os gerontes, vitalícios e escolhidos por acla-

mação na Assembléia, tinham papel decisivo em assuntos de política externa. A Assembléia virou órgão apenas consultivo, pois decidia por aplauso. A Diarquia perdeu parte de seu poder executivo.

O Poder Executivo passou a ser exercido pelos *Éforos*, cinco magistrados escolhidos pelos gerontes e aprovados pela Assembléia. Com mandato de um ano, tinham função de vigiar os reis, cuidar da educação das crianças, fiscalizar a vida pública dos cidadãos e julgar os processos civis.

Era um governo *oligárquico*, pois só uma minoria de cidadãos, os *homoioi* (iguais), participava. O objetivo fundamental desse regime político de Esparta era conservar o *status quo*, isto é, a situação vigente, de privilégios da aristocracia e dominação sobre os escravos.

4. Transformações culturais

Com as mudanças estruturais do século VII a.C., Esparta regrediu culturalmente. O governo passou a estimular o laconismo, a xenofobia e a xenelasia. O *laconismo* consistia em falar tudo em poucas palavras, o que limitou a capacidade de raciocínio e o espírito crítico dos espartanos. A *xenofobia* e a *xenelasia* (aversão e expulsão de estrangeiros) impediam o contato com idéias inovadoras, consideradas subversivas para o sistema.

Esparta organizou um sistema de educação para reforçar ainda mais o *status quo*. Os cidadãos deviam viver para o Estado, guerrear o inimigo e procriar filhos para fortalecer o exército. Isso explica a relativa liberdade sexual; até o empréstimo de esposas era permitido, já que a finalidade era fornecer filhos ao Estado.

Os anciãos examinavam todo recém-nascido. Se não fosse robusto e sem defeitos, era lançado do alto do Monte Taigeto. As crianças ficavam com as mães até os 7 anos. Eram então entregues ao Estado, que lhes dava educação cívica até os 12 anos. Os meninos, nessa idade, iam para o campo, onde deviam sustentar-se por conta própria. Dormiam ao ar livre, em camas de bambu, que colhiam com as mãos, às margens do Rio Eurotas. Comiam o que roubavam. Se fossem apanhados roubando, eram espancados até morrer, não pelo roubo, mas pela demonstração de inabilidade.

Aos 17 anos, os rapazes passavam pela *Kriptia*, ou brincadeira de esconde-esconde, uma prova de habilidade: de dia, espalhavam-se pelo

campo, munidos de punhais, e à noite deviam degolar quantos escravos conseguissem apanhar. Quem passava pela prova, tornava-se maior e recebia um lote de terra. Ia viver como soldado no quartel, tomando apenas uma refeição por dia (*sicítia*) ao cair da tarde.

Os espartíatas não podiam casar até os 30 anos, apenas coabitar. A partir dos 30, podiam participar da Assembléia, casar e deixar o cabelo crescer. Aos 60, aposentavam-se do exército e podiam tomar parte no Conselho de Anciãos.

Essa educação contribuía para eliminar uma parte dos escravos e facilitava o domínio sobre eles, pelo terror. Mas também contribuía para limitar o aumento da população espartíata, pois muitos filhos morriam logo ao nascer, recusados pelos velhos e lançados do Taigeto; ou desapareciam durante a fase militar da educação, de fome, frio, castigos ou na luta contra escravos.

As mulheres só casavam caso se ajustassem perfeitamente com o companheiro. Gozavam de muita liberdade; em geral, possuíam riquezas, recebidas em herança ou conseguidas no comércio, atividade proibida aos homens.

A conclusão é que o Estado espartano adotou um tipo de organização adequado para evitar mudanças radicais, para que a minoria dória pudesse dominar a maioria escrava. Esparta permaneceu nesse sistema até o século IV a.C.

Questões propostas

1. Relate: a fundação, a constituição e a distribuição de poderes em Esparta.
2. Quais as consequências da guerra travada na Messênia?
3. Como ficou dividida a sociedade espartana depois da guerra da Messênia?
4. Quais eram os objetivos de Esparta ao dar mais poder aos anciãos e fazer da Assembléia um órgão meramente consultivo, tornando o regime mais conservador que progressista?
5. Resuma os principais passos da educação espartana. O que foi que o Estado passou a estimular, fazendo os espartanos regredir do ponto de vista cultural?

Capítulo 12

Grécia: o período Arcaico (Atenas)

Atenas surgiu numa planície, a poucos quilômetros do mar e protegida por colinas, na Ática, uma península do Mar Egeu. A situação geográfica a protegeu das invasões, principalmente dos dórios. Os povoadores eram arianos aqueus, jônios e eólios; mas os atenienses se consideram *jônios*.

Como em toda a Grécia, os povoadores da Ática assimilaram os primitivos habitantes, os *pelágios*. Num processo que durou séculos e se completou por volta do século X a.C., as aldeias da Ática aglutinaram-se pacificamente (cinesismo). Atenas tornou-se a capital da nova *polis*. Entre suas colinas, destacava-se uma rocha de 100 metros de altura, sobre a qual os atenienses construíram a Acrópole, ao mesmo tempo santuário e fortaleza.

Segundo a lenda, o fundador de Atenas foi Teseu, o vencedor do Minotauro de Cnossos, que teria percorrido as aldeias da Ática, para convencer os habitantes a reconhecer a supremacia ateniense.

1. A organização primitiva

No século VIII a.C., a economia de Atenas era ainda essencialmente rural. Mas atividades artesanais e comerciais já ultrapassavam os limites da Ática. A camada social dominante era constituída pelos *eupátridas*, grandes proprietários de terras férteis, cultivadas por escravos, rendeiros ou assalariados.

Os *georgoi* (agricultores) possuíam terras pouco férteis junto das montanhas. Ficaram em situação difícil com o desenvolvimento comercial, pois as importações de cereais faziam concorrência com seus produtos. Em épocas de colheitas ruins, tomavam empréstimos aos *eupátridas*, dando a própria terra como penhor. O resultado é que muitos perdiam as propriedades e tornavam-se rendeiros. Se tivessem empenhado o próprio corpo, tornavam-se escravos e podiam ser vendidos ao exterior. Outros iam para as cidades, engrossar a camada dos marginalizados, os *thetas* (aqueles que tinham como riqueza menos de 200 medimnos por ano).

Os artesãos (*demiurgos*) eram trabalhadores livres.

Os *eupátridas* monopolizavam o poder, monárquico e hereditário, encabeçado pelo *Basileus*, o rei: chefe de guerra, juiz e sacerdote. O *Areópago*, Conselho de Aristocratas, limitava o poder do *Basileu*.

Aos poucos, o *Basileu* perdeu poder para o *Arcontado*, que passou a governar com apoio do *Areópago*. Os membros do *Arcontado* eram os *arcontes*, escolhidos inicialmente para um período de dez anos, depois um ano. Cada arconte ou grupo de arcontes cuidava de uma área: exército, religião, assuntos internos, legislação. O regime de governo passou de monárquico a oligárquico.

2. A evolução política

A colonização provocada pela Primeira Diáspora havia ampliado os horizontes do mundo grego. Comerciantes e artesãos tornaram-se cada vez mais numerosos e subiram na escala social. Passaram a fazer oposição à oligarquia dos *eupátridas*, atacada em dois flancos: de um lado, pelos homens enriquecidos no comércio, que queriam participar do governo; de outro, pelos pobres, que reivindicavam a abolição da escravidão por dívida e a repartição das grandes propriedades.

A crise se agravava porque a aristocracia não tinha mais o monopólio do poder militar. Com a introdução de armas baratas, como lanças e escudos de madeira, os pobres passaram a armar-se e a tomar parte nas guerras. Isto lhes dava o direito de exigir participação na vida política.

Os legisladores (621 - 593 a.C.).

Em 623 a.C., um jovem aristocrata ateniense, Cílon, tentou tomar o poder mas foi assassinado por Mégacles e seus seguidores aristocratas. O partido aristocrático foi então obrigado a fazer reformas, para acalmar o partido democrático (popular). Surgiram os legisladores, uma tentativa de solução reformista para a crise política de Atenas.

Em 621 a.C., Drácon foi encarregado de preparar uma legislação. Até então, a legislação era apenas oral. Drácon impôs a pena de morte para a

maioria dos crimes; e a severidade de suas leis era tamanha, que, 27 séculos depois, *draconiano* continua sendo um adjetivo sinônimo de rigoroso, cruel. Sua legislação, porém, teve a importância de passar a administração da justiça das mãos dos eupátridas para o Estado, que se fortaleceu. Só que, no plano político, nada mudou. Os eupátridas mantiveram o monopólio do poder. Antes, estavam apoiados no costume; agora, na lei escrita.

Como a legislação de Drácon não resolveu a crise, em 594 a.C. foi indicado um novo legislador: *Sólon*, aristocrata de nascimento, comerciante de profissão. Suas reformas abrangeram os três aspectos fundamentais da vida ateniense:

1. *Economia* — A nova legislação estimulou o desenvolvimento comercial e industrial; promoveu a vinda de artesãos estrangeiros (*metecos*); dotou Atenas de um padrão monetário fixo; impulsionou a exploração das minas de prata de Laurion; estabeleceu um sistema de pesos e medidas; proibiu a exportação de cereais.
 2. *Sociedade* — Sólon concedeu anistia geral; limitou os excessos da legislação de Drácon; regulamentou a lei de herança, restringindo os direitos dos primogênitos; e, o mais importante, decretou a *seisachteia*: consistia na proibição da escravidão por dívida, na eliminação dos marcos de hipoteca e na devolução das terras aos antigos proprietários.
 3. *Política* — Foi abolido o monopólio do poder pela aristocracia e instituído um sistema de participação baseado na riqueza dos cidadãos, divididos em quatro classes: *pentacosiomedimnos*, os que tinham renda de 500 medimnos por ano; *hipeis*, com mais de 300 medimnos por ano; *zeugitas*, mais de 200 medimnos por ano; e os já mencionados *thetas*, com menos de 200 medimnos por ano, os marginais.
- Os *thetas* podiam participar da Assembléia (*Eclésia*), dos Tribunais (*Heliae*) e da Esquadra (como remeiros), mas não das magistraturas. *Zeugitas* tinham acesso inclusive ao Conselho (*Bulé*), que preparava as leis a serem votadas na Assembléia, composta por 400 membros escolhidos na proporção de 100 por tribo da Ática. No exército, os *zeugitas*

deviam armar-se como *hoplitas*, ou seja, soldados de infantaria, com escudo, capacete, couraça, perneiras, espada e lança.

Hipeis e *pentacosiomedimnos* eram os únicos que podiam participar do Arcontado, com poder executivo; no exército, combatiam a cavalo e deviam arcar com as principais despesas dos barcos de guerra.

A importância da legislação de Sólon está em que promoveu reformas sem ceder ao reacionismo dos eupátridas nem aos propósitos revolucionários das classes inferiores. Seu objetivo principal foi estabelecer uma justiça correta para todos, isto é, uma justiça baseada na igualdade de todos perante a lei (*eunomia*). As reformas de Sólon lançaram os fundamentos do futuro regime democrático de Atenas, implantado por Clístenes em 507 a.C.

As tiranias (560 - 510 a.C.)

As reformas de Sólon não foram inteiramente aplicadas por causa da rivalidade entre os partidos políticos, três nessa época: *pedianos*, dos habitantes da planície, aristocrático-conservador, formado pelos grandes proprietários, os eupátridas, que defendiam seus privilégios e a volta da situação anterior à reforma de Sólon; *paralianos*, habitantes da costa, cujo partido defendia os interesses de comerciantes e artesãos, favorecidos por Sólon mas temerosos de concessões às classes menos favorecidas — eram portanto moderados; e os *diacrianos*, habitantes das montanhas, donos de terras pouco férteis, antigos rendeiros libertados pelas reformas de Sólon e *thetas* em geral, defensores de reformas mais radicais.

As agitações criaram condições para o surgimento de homens que tomaram o poder à força, ou *tiranos* — que não eram necessariamente opressores ou despóticos, como entendemos a palavra hoje em dia. O primeiro foi Psistrato, aristocrata ligado ao partido diacriano. Governou de 560 a 527 a.C. Foi expulso de Atenas duas vezes e ficou catorze anos no exílio, ainda assim manteve-se no poder por dezenove anos. Fez inúmeras reformas: dividiu as propriedades; determinou a participação dos cidadãos na Assembléia e nos Tribunais; estimulou o comércio marítimo; construiu portos, templos, canais, aquedutos, esgotos, bibliotecas.

Beneficiou principalmente os pequenos, em prejuízo dos grandes proprietários.

Depois da morte de Psistrato, o poder passou a seus filhos Hiparco e Hípias. Os dois fizeram um governo moderado até 514 a.C., quando um aristocrata matou Hiparco, por motivos pessoais. Hípias interpretou o crime como contestação política e passou a perseguir os aristocratas, que reagiram e o expulsaram de Atenas em 510 a.C.

Dois anos depois, Iságoras, aristocrata nomeado arconte, começou a restaurar os privilégios da aristocracia. Encontrando forte reação popular, pediu ajuda aos aristocratas de Esparta. Liderados pelo rei Cleômenes, os espartanos intervieram em Atenas, mas foram expulsos por diacrianos e paralianos, sob a liderança de um aristocrata progressista, Clístenes.

A reforma de Clístenes (508 - 507 a.C.)

Os princípios básicos da reforma de Clístenes eram: direitos políticos para todos os cidadãos; participação direta dos cidadãos no governo, por comparecimento à Assembléia ou sorteio, quando se tratava de escolher o ocupante de algum cargo. Os cidadãos eram 40 000, numa população de 400 000: 100 000 metecos (estrangeiros domiciliados em Atenas), 200 000 escravos e 60 000 mulheres e crianças não tinham direitos políticos.

O sucesso da reforma resultou em nova divisão territorial, realizada por Clístenes. Ele dividiu a Ática em três regiões: litoral, cidade e interior. Cada região foi dividida em 10 unidades chamadas *tritties* (ou *demos*). Clístenes organizou então 10 tribos, formando cada tribo com três tritties, uma em cada região. Assim, por exemplo, a primeira tribo era composta por uma trittie do litoral, uma da cidade e uma do interior. Agrupando três a três as 30 tritties existentes, resultaram as 10 tribos.

A tribo era formada, portanto, de elementos de todas as camadas sociais, quebrando o sistema de Sólon, baseado na origem regional e familiar. Todo cidadão devia inscrever-se numa trittie, perdendo com isto o nome de família, substituído pelo nome de sua trittie. Como o *demos* (trittie) era o elemento mais importante da reforma, o novo regime passou a chamar-se democracia, isto é, *governo do demos*, exercido por três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo.

Clístenes organizou o governo com base na

nova divisão territorial, adotando o método decimal para escolher os membros dos diversos organismos: tirou 50 membros de cada tribo para formar o Conselho dos 500 (*Bulé*); escolheu 10 arcontes, um por tribo; criou 10 unidades de infantaria (uma de cada tribo); 10 esquadrões de cavalaria; para comandar esses efetivos, escolheu 10 estrategos (generais).

O Poder Legislativo era constituído pelo Conselho dos 500 (*Bulé*) e pela Assembléia (*Eclésia*). Cada grupo de 50 membros do Conselho governava durante um mês (o calendário administrativo tinha dez meses), com a função de preparar os projetos de lei. A Assembléia se reunia uma vez por mês para discutir os projetos.

O Poder Judiciário estava a cargo de 6 000 cidadãos escolhidos por sorteio, 600 de cada tribo. A alta justiça, encarregada de julgar sobretudo a constitucionalidade dos atos públicos, era exercida pelo *Areópago*, o antigo órgão aristocrático, composto por ex-arcontes.

O Poder Executivo, no início confiado aos arcontes, aos poucos passou a 10 estrategos, escolhidos pela Assembléia para um mandato de um ano. Um deles, o estratego-mor, exercia cargo semelhante ao de presidente da República.

Clístenes instituiu o *ostracismo*, suspensão de direitos políticos de cidadãos considerados nocivos ao Estado. A votação do ostracismo se dava na Assembléia; usavam-se pedaços de cerâmica em forma de ostra (*ostrakon*), nos quais eram escritos os nomes dos culpados. O cidadão que tivesse seu nome escrito mais de 6 000 vezes no ostrakon, era exilado por dez anos, sem confisco de bens.

A reforma de Clístenes trouxe um período de estabilidade a Atenas, o que permitiu a formação de um sistema coeso, capaz de enfrentar com sucesso um longo período de perturbações externas, como as guerras pérsicas, que ajudaram a consolidar as instituições atenienses.

Questões propostas

1. Resuma o surgimento de Atenas, destacando: época; povoadores; aspecto geográfico e suas consequências; o que diz a lenda.
2. Quais eram e como se compunham as três camadas sociais de Atenas no período Arcaico?

3. O desenvolvimento econômico de Atenas provocou a ascensão dos comerciantes e artesãos e agravou a situação dos pequenos proprietários e marginais. Que aspirações passaram a ter essas camadas sociais e quais as consequências políticas acarretadas?
4. Quem foram Drácon e Sólon?
5. Por que surgiram os tiranos? A palavra tem o significado de hoje em dia?
6. Resuma as realizações de Clístenes.

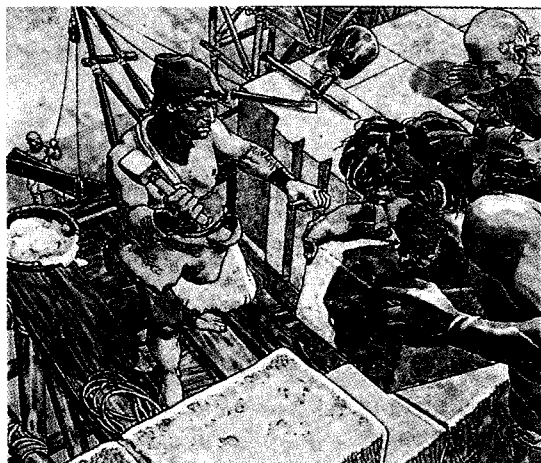
Escravos na Grécia antiga



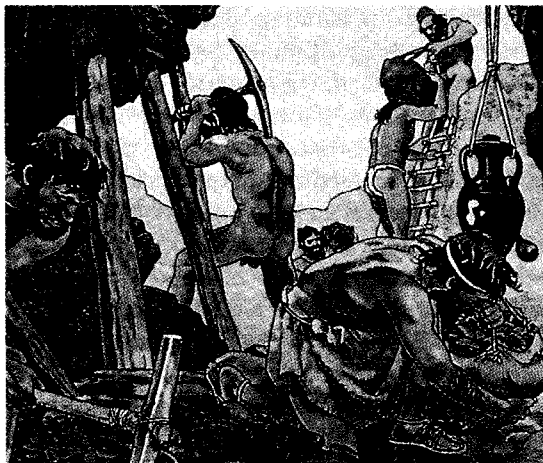
Escravos domésticos.



Escravo serviçal.



Escravos do Estado.



Escravos de mina.

Capítulo 13

Grécia: o período Clássico

O período Clássico foi o período das hegemonias e imperialismos no mundo grego (séculos V e IV a.C.). A primeira potência dominante foi Atenas, seguida por Esparta e Tebas. As guerras médicas, ou pérsicas, projetaram a hegemonia ateniense, que durou até a Guerra do Peloponeso. Depois das hegemonias espartana e tebana, o mundo grego foi anexado por Filipe II ao Reino da Macedônia e, na fase seguinte, ao Império Helênico de Alexandre Magno.

1. Guerras médicas

A causa das guerras médicas, ou pérsicas, foi o conflito entre o mundo grego, em expansão, e o mundo bárbaro persa (os gregos chamavam os povos que não tinham cultura grega de bárbaros, “estrangeiros”).

Depois que Ciro conquistou o Oriente Médio, o Império Persa continuou a crescer com Cambises e aperfeiçoou sua organização com Dario I. O primeiro choque com os gregos começou na Ásia. Ao derrotar Cresos, rei da Lídia, Ciro anexou toda a costa da Ásia, colonizada pelos gregos havia séculos. No início, os persas respeitaram a autonomia das cidades gregas, mas depois passaram a exigir impostos e contribuíram para que tiranos tomassem o poder. A região da Jônia se rebelou, principalmente a cidade de Mileto, com apoio de Atenas. Este foi o motivo imediato para a guerra total entre gregos e persas.

A ofensiva persa (490 - 479 a.C.)

Os persas arrasaram Mileto, deportaram os habitantes para a Mesopotâmia; submeteram a Trácia e a Macedônia. Em 492 a.C., Dario exigiu rendição grega incondicional, mas Atenas e Esparta se recusaram. Comandados por Mardônio, 50 000 persas atravessaram o Mar Egeu, dominaram Naxos, atingiram Eubéia, arrasaram Eretria; e desembarcaram na Planície de Maratona, perto de Atenas.

O comandante grego Milcíades havia convencido os atenienses a atacar os persas no momento do desembarque, aproveitando o declive do terreno. Quando os 11 000 gregos chegaram, parte dos 50 000 persas tinha reembarcado, para atacar Atenas de outro ponto, por sugestão dos seguidores de Hípias, o antigo tirano, que se haviam aliado aos invasores. Os atenienses venceram o primeiro choque e correram para salvar Atenas, conseguindo nova vitória. Os espartanos chegaram depois da batalha: retardaram sua entrada na guerra por motivos religiosos. Com a vitória, cresceu o prestígio de Atenas entre os gregos, pois tinha salvo a Grécia da dominação persa.

Os persas perderam a batalha, mas não a guerra. Xerxes, que sucedeu Dario em 486 a.C., fez acordo com Cartago, no norte africano, pelo qual os cartagineses atacariam os gregos do sul da Itália. Na Grécia, Temístocles reforçava o poderio marítimo de Atenas. Com a prata extraída dos Montes Laurion, gerava recursos para ampliar o Porto do Pireu e construir 180 trirremes. Aristides e outros defendiam o aumento das forças terrestres, mas foram exilados.

Os persas vieram por terra e mar. A infantaria cruzou os 2 quilômetros do Helesponto, hoje Estreito de Dardanelos, entre Ásia e Europa, sobre uma ponte de barcos. Esta força chegaria pelo norte, caminhando perto do litoral, com suprimentos fornecidos pela esquadra, que navegaria junto à costa. Comandados pelo rei Leônidas, 6 000 espartanos tentaram barrar os persas no Desfiladeiro das Termópilas. Mas o inimigo descobriu outra passagem no alto das montanhas. Para permitir a retirada de suas tropas, Leônidas resistiu com 300 homens no desfiladeiro. Foram massacrados. Os persas encontraram Atenas vazia: a esquadra grega havia retirado a população. A cidade foi incendiada.

No mar, os gregos atraíram os persas para o estreito Canal de Salamina. Os pesados barcos persas furavam os cascos nas pedras e os remos se entrelaçavam em grande confusão. Sem apoio da esquadra, Xerxes voltou à Ásia, deixando Mardônio na Tessália sem suprimentos. Este exército numeroso foi vencido em Platéia em 479 a.C., por forças de Atenas e Esparta comandadas por Pausânias e Aristides, que havia voltado do exílio. Os persas também foram derrotados na Ásia, na Batalha de Micalé. Então, os gregos libertaram a costa da Ásia Menor e a estratégica região dos estreitos, entre o Egeu e o Negro.

A ofensiva grega (478 - 448 a.C.)

Os espartanos, considerando afastado o perigo persa, voltaram ao isolamento. Mas outros Estados gregos trataram de se precaver, formando, sob a liderança de Atenas, a Confederação de Delos (nome da sede da liga). O ateniense Aristides, o Justo, organizou a força marítima, em 476 a.C. As cidades das ilhas forneceriam tropas e navios; cidades menores pagariam uma contribuição (*phoros*). A construção de trirremes e a contratação de tripulantes entre os marginais e desempregados dinamizaram a economia de Atenas, que resolveu ao mesmo tempo um problema econômico e outro social.

A ofensiva contra os persas na Ásia começou com expedições que percorriam o Egeu, arrasando as posições inimigas e libertando as colônias gregas. Sob o comando de Címon, filho de Milcíades, os gregos derrotaram os persas definitivamente na foz do Rio Eurimedonte, em 468 a.C. No Tratado de Susa, ou Paz de Kallias, em 448 a.C., os persas reconheceram a hegemonia dos gregos no Egeu e prometeram não atacar mais a Grécia ou suas colônias asiáticas.

2. A hegemonia de Atenas

O sucesso de Atenas lhe valeu a rivalidade de Esparta, Corinto, Megara, Tebas. Entre si, os atenienses não chegavam a um acordo. Címon, afirmando que o perigo eram os persas, queria paz com Esparta. Acabou exilado. O partido democrático empreendeu então uma política de expansão imperialista, que terminou em desastrosa campanha militar no Egito.

Atenas forçou os aliados a permanecer na Confederação de Delos e a continuar pagando os impostos (*syntaxes*). As cidades que se revoltaram, como Naxos e Tasos, foram destruídas. Para zelar por seus interesses, Atenas ainda instalou colonos nos territórios aliados.

Em 450 a.C., o tesouro de Delos foi transferido para Atenas, que passou a decidir até sobre processos mais importantes da antiga sede da liga antipersa. Os aliados foram submetidos à condição de súditos, e a liga marítima assumiu as dimensões de um império, dividido em cinco regiões para fins de arrecadação. Por ano, os súditos forneciam 500 talentos (talento era a moe-

da usada por gregos e romanos). Atenas usou boa parte dos recursos para sua reconstrução.

O auge ateniense ocorreu no governo de Péricles, depois do ostracismo de Címon. Péricles mereceu a confiança dos atenienses por quinze anos, de 444 a 429 a.C. Ele completou as reformas propostas por Efialtes (assassinado por aristocratas), instituindo o pagamento aos membros dos tribunais e da Assembléia e abrindo o Arcontado às camadas inferiores; iniciou a construção de obras, tanto para embelezar a cidade e melhorar a defesa, quanto para empregar os desocupados; e cercou-se dos maiores intelectuais da época, como o escultor Fídias, o poeta Sófocles, o historiador Heródoto e o filósofo Anaxágoras, seu guia. Atenas tornou-se a *Escola da Grécia*.

A Guerra do Peloponeso (431 - 404 a.C.)

Bastou um incidente para transformar a rivalidade das outras cidades-estados em guerra: Atenas apoiou a colônia de Córcira, rebelada contra Corinto. A primeira parte da guerra durou dez anos. Os espartanos invadiram a Península da Ática, enquanto os defensores de Atenas, comandados por Péricles, se abrigavam ao longo dos muros e a frota atacava nas costas do Peloponeso. Os camponeses se refugiaram na cidade, e a falta de higiene e a má alimentação trouxeram a peste, que vitimou o próprio Péricles: ele morreu em 429 a.C. Em 421 a.C., atenienses e espartanos assinaram a Paz de Nícias, estabelecendo que não haveria mais guerra por cinquenta anos.

Em 413 a.C., entretanto, o ambicioso Alcebíades estimulou Atenas a tomar Siracusa, aliada siciliana de Corinto. Como algumas estátuas de deuses apareceram mutiladas, Alcebíades foi acusado de impiedade; mas se recusou a ser julgado e refugiou-se em Esparta. A expedição à Sicília sofreu completa derrota. O comandante Nícias morreu e 40 000 atenienses foram postos a trabalhar como escravos nas pedreiras.

Orientados agora por Alcebíades, os espartanos mantiveram seu exército na Ática e ampliaram sua frota, para libertar as cidades dominadas por Atenas. Em 404 a.C., em Egos-Pótamos, Lisandro derrotou os atenienses definitivamente. Seus muros foram destruídos e sua frota caiu

em mãos dos espartanos. Era o fim do Império de Atenas, que passou à condição de satélite de Esparta.

3. A hegemonia de Esparta

Tal como Atenas, Esparta adotou uma política imperialista, o que a obrigou a sair do imobilismo. Com o desenvolvimento econômico, seus cidadãos se apegaram ao gosto pelo luxo. O número de escravos aumentou perigosamente e os libertos que haviam participado da Guerra do Peloponeso exigiam melhores condições sociais.

A dominação de Esparta sobre os Estados gregos foi mais opressora que a de Atenas. Na Ásia, comandados por Agesilau, os espartanos iniciaram nova ofensiva contra os persas. Mas, não podendo ao mesmo tempo combater no exterior e dominar seus inimigos internos, fizeram a paz com os persas em 387 a.C., pelo Tratado de Antálcidas. O tratado garantia aos persas o domínio da costa da Ásia e, assim, os antigos inimigos passavam a influenciar na política interna da Grécia, pois as cidades gregas não podiam coligar-se.

4. A hegemonia de Tebas

Esparta não conseguiu evitar que Atenas organizasse uma segunda liga marítima e reconstruísse seus muros. Aliando-se a Atenas, Tebas atacou a guarnição local dos espartanos. Em 371 a.C., na batalha de Leuctras, os escravos se revoltaram em Esparta e os espartanos desistiram de sua política imperialista. Tebas venceu

também graças à falange, corpo de infantaria disposto em formação cerrada, organizado por Pelópidas e Epaminondas.

Nessa nova fase imperialista, Tebas ajudou os messênios a se libertar do domínio de Esparta e submeteu a Tessália, a Trácia e a Macedônia. Mas, ao organizar uma marinha de guerra, atraiu a oposição de Atenas. Em 362 a.C., atenienses e espartanos, agora reconciliados, derrotaram os tebanos na Batalha de Mantinéia, em que morreu Epaminondas.

Com o mundo grego enfraquecido pelas guerras, estavam criadas as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia.

Questões propostas

1. O que caracteriza o período Clássico grego?
2. Por que começaram as guerras médicas, ou pérsicas? Resuma a ofensiva dos persas.
3. Resuma a ofensiva grega.
4. O que fez Atenas depois do sucesso contra os persas?
5. Como começou e se desenvolveu a Guerra do Peloponeso?
6. Como agiu Esparta depois de vencer a Guerra do Peloponeso?
7. Resuma: o imperialismo tebano; a consequência final das guerras entre as cidades-estados gregas.

Capítulo 14

Grécia: a cultura

A religião grega não tinha *dogmas*, isto é, os fiéis não se obrigavam a crer em *verdades definitivas*; era *politeísta*: havia grandes deuses, que habitavam o Olimpo, mais de 30 000 seres imortais sobre a Terra e os heróis, homens que praticaram ações extraordinárias e se igualavam aos deuses. Cada cidade tinha sua divindade protetora, como Palas Atenas, em Atenas. No culto aos deuses, os gregos pediam proteção para a família, a tribo ou a cidade, não a salvação da alma. Cada um podia imaginar a vida depois da morte como bem entendesse.

As lendas que contam as aventuras dos deuses e heróis são chamadas *mitos*; o conjunto dos mitos forma a *mitologia*.

Deuses e crenças de várias origens se misturaram por séculos. Os primeiros invasores arianos, os aqueus, trouxeram Zeus; e encontraram a Grande Mãe cretense. Os colonos da Ásia assimilaram deuses locais, como Dioniso.

Outra característica da religião grega era o *antropomorfismo*, isto é, os deuses tinham forma, virtudes e defeitos humanos.

1. O mito da origem dos deuses e homens

O céu, Urano, e a Terra, Gaia, surgiram do nada. De sua união, nasceram os Titãs, os Cíclopes e os Gigantes. O Titã mais jovem, Cronos, destituiu o pai e, para que não fosse ele próprio destituído, passou a devorar os filhos, os deuses. Sua esposa, Rea, para salvar Zeus, o caçula, substituiu-o por uma pedra e escondeu-o numa caverna. Quando cresceu, Zeus obrigou o pai a devolver os filhos comidos. Com ajuda deles, encarcerou Cronos no inferno. A seguir, guerreou contra os gigantes: a *gigantomaquia*.

Prometeu, filho de um Titã, criou os homens e deu-lhes o fogo, que roubou de Zeus. Zeus o acorrentou no alto do Cáucaso, onde um abutre lhe devorava todos os dias o fígado, que renascia de noite. Hércules libertou-o do suplício, matando o abutre. A primeira mulher, Pandora, não resistiu à curiosidade e abriu a caixa de todos os males.

Para castigar os homens, Zeus mandou o dilúvio. Deucalião, filho de Prometeu, e sua mulher Pirra salvaram-se e recriaram a humanidade. Desse modo, deuses e homens eram, em essência, muito semelhantes.

2. A mitologia dos deuses e heróis

Os grandes deuses habitavam o Monte Olimpo, exceto Poseidon (deus dos mares) e Hades (dos infernos). No Olimpo, eles se alimentavam de uma planta de sabor delicado, a ambrosia, manjar dos deuses. Os mais antigos eram filhos de Cronos: além de Hades e Poseidon, Héstita (deusa do lar); Hera (mulher de Zeus); Deméter (deusa da Terra); e Zeus (senhor dos deuses, defensor da justiça). Os mais novos eram filhos de Zeus: Ares (deus da guerra); Afrodite (amor); Apolo (adivinhação, luz e artes); Artêmis (a Lua); Hefáistos (fogo); Atena (razão e paz); Hermes (comunicações). Dioniso (protetor da vindima) foi o último a entrar no Olimpo.

Os heróis mais conhecidos eram: Perseu — matou a Górgone, monstro de dentes afiados e cabeça cheia de serpentes; Jasão — com seus companheiros argonautas conquistou o Tosão de Ouro, pele de carneiro voadora guardada por um dragão; Teseu — matou o Minotauro, monstro que habitava o labirinto de Creta; Édipo — matou a Esfinge, devoradora de viajantes que não respondessem a suas enigmáticas perguntas; e Hércules — o maior de todos os heróis, realizou doze trabalhos para escapar à fúria de Hera (mulher de Zeus).

3. O culto, os santuários e os grandes jogos

O *culto* se realizava no jazigo da família, no túmulo dos heróis ou no templo. Consistia em orações, sacrifícios e libações, isto é, derramamento de óleo, azeite, leite, vinho, como oferenda à divindade.

O pai exercia funções de sacerdote e mantinha sempre aceso o fogo sagrado. Toda a família participava das cerimônias que acompanhavam nascimento, casamento e funerais. Anualmente, em todas as cidades, havia homenagem aos mortos. Todas tinham sua grande festa religiosa.

Em Atenas, celebrava-se Dioniso, apreciado por camponeses. Já as *Grandes Dionistacas* eram as celebrações urbanas, com concursos de autores dramáticos, que deram origem às grandes obras do teatro grego. As *Grandes Panatenéias*, em honra de Atena, celebravam-se de quatro em quatro anos, com concursos de música e canto, corridas de cavalo e outras competições; fechavam com uma procissão que oferecia à deusa um manto luxuoso. Era a festa mais importante de Atenas.

Havia certa unidade religiosa. Multidões de toda a Grécia peregrinavam até os *santuários* mais famosos, como Epidauro, Delos, Olímpia e Delfos. Para saber o futuro, os gregos consultavam os deuses nos *oráculos* (oráculo significa a resposta à consulta, o deus que respondia ou o local onde ele atendia). Em Delfos, Apolo falava pela boca da *pitonisa*, sacerdotisa que entrava em transe depois de aspirar os odores emanados das rochas. Peregrinos vinham até do Egito ouvir suas palavras sem nexos, que os sacerdotes interpretavam.

Os *grandes jogos* homenageavam os deuses dos santuários. Havia quatro jogos pan-helênicos, ou seja, abrangiam todo o mundo helênico: ístmicos, neméios, píticos e olímpicos. Os mais famosos eram os *jogos olímpicos*, realizados em Olímpia em homenagem a Zeus. Depois de 776 a.C., passaram a realizar-se de quatro em quatro anos. Durante os jogos, era sacrilégio atacar os peregrinos; os atletas juravam lealdade e disputavam seis provas: corrida, luta livre, pugilismo, corrida de carros, lançamento de dardo e de disco. Os vencedores recebiam uma coroa de louros e eram cantados pelos poetas, como Simônides e Píndaro.

4. Mistérios, tragédias e comédias

A preocupação com a vida após a morte explica a difusão do *orfismo* e dos *mistérios*. Orfismo vem de Orfeu, poeta que atraía até animais selvagens, segundo a lenda. Ele ensinava que a alma, liberta do corpo com a morte, atingiria a suprema felicidade depois de purificar-se através de reencarnações sucessivas.

Os mistérios eram cerimônias que permitiam entrar em contato com a divindade e conseguir a felicidade eterna. Todos deviam guardar segredo sobre a iniciação recebida. Deméter e sua filha

Coré (ou Perséfone) eram as grandes divindades dos mistérios.

Culturalmente, nenhuma cidade grega superou Atenas. Lá viveram alguns dos maiores pensadores e artistas que a humanidade conheceu. Uma atividade importante era o teatro. No concurso que se realizava durante o culto a Dioniso, cada participante inscrevia três peças (*trilogia*). Elas eram encenadas por atores masculinos, que usavam máscaras e também representavam personagens femininos.

Dentre os grandes poetas *trágicos*, destacaram-se:

Ésquilo (525-456 a.C.) — Exaltou Atenas e os deuses justiceiros. Deixou *Os Persas* (onde canta o orgulho insensato e a punição de Xerxes); *Os Sete Contra Tebas* (narra o destino infeliz de Édipo); e *Oréstia* (narra a sorte da família de Agamenon).

Sófocles (496-405 a.C.) — Suas obras mostram os heróis lutando contra as armadilhas do destino. Em *Antígona*, a heroína põe o irmão numa sepultura proibida pelas leis urbanas; *Édipo Rei* mostra os velhos heróis encontrando a paz e a morte num bosque sagrado.

Eurípedes (485-406 a.C.) — Menos religioso que os anteriores, crítico e pessimista. Em *Alceste* e *Medéia*, mostra sua preocupação com os problemas do homem, suas grandezas, misérias e paixões.

Os atenienses também apreciavam as comédias, ricas em sátiras e alusões aos problemas do momento. O grande autor do gênero foi **Aristófanes**, amigo da vida simples e defensor da tradição. Em *A Paz*, atacou os partidários da guerra; em *As Vespas*, os erros dos juízes; em *Os Novos*, as inovações bruscas.

5. Filósofos, poetas e historiadores

A *filosofia* grega divide-se em antes e depois de Sócrates. Foram pré-socráticos Tales de Mileto (fim do século VII-início do VI a.C.); Pitágoras (582-497 a.C.); Demócrito (460-370 a.C.); Heráclito (535-475 a.C.); e Parmênides (540-? a.C.). No tempo de Sócrates predominava a escola

dos sofistas, que se serviam da reflexão para atingir fins imediatos, ainda que por falsos argumentos. O maior dos sofistas foi Protágoras.

Sócrates (470-399 a.C.) — Fundou a Filosofia Humanista. Criou a *maieutica* (“parto das idéias”), método de reflexão que consistia em multiplicar as perguntas para obter, a partir da indução de casos particulares, um conceito geral do objeto. Para Sócrates, a virtude era uma ciência que se podia aprender. Uma voz interior, *daimon*, indicaria o caminho do bem. Irônico, hábil em confundir o interlocutor, cercado de discípulos extravagantes, como Alcebiades, atraiu muitos inimigos. Acusado de renegar os deuses e corromper a juventude, Sócrates foi condenado a beber cicuta, o que fez com bravura e serenidade.

Platão (427-347 a.C.) — Principal discípulo de Sócrates, fundou a Academia de Atenas. Segundo sua teoria, baseada nas idéias (formas essenciais), o mundo real transcende o mundo das aparências, o qual nadamais é do que uma derivação das idéias matrizes. Em suas obras políticas, destaca como virtudes essenciais a bravura, a serenidade e a justiça. Obras importantes: *Apologia de Sócrates*, *Críton*, *O Banquete*, *Fédon*, *Fedro* e *A República*.

Aristóteles (384-322 a.C.) — Considerado por muitos como o maior filósofo de todos os tempos. Abarcou todos os conhecimentos de seu tempo — Lógica, Física, Metafísica, Moral, Política, Retórica e Poética. Sua obra foi editada pela primeira vez no século I a.C. por Andrônico de Rodes. Partindo de Sócrates e Platão, Aristóteles sistematizou os princípios da Lógica, formando uma ciência que ele chamou de Analítica. Sua Metafísica estuda o “ser enquanto ser” e investiga os “primeiros princípios” e as “causas primeiras do ser”. Em sua Teologia, Aristóteles procura demonstrar racionalmente a existência de Deus, o “primeiro motor imóvel”, o “não-vir-a-ser”, o “ato puro”.

Napoesia, destacou-se **Píndaro** (518-448 a.C.), que, em odes triunfais, exaltava os vencedores dos jogos pan-helênicos. Na *História*, são figuras importantes:

Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.)

— O Pai da História, como o chamou o orador romano Cícero, relatou as guerras persicas. Tinha concepção religiosa, pois em seu tempo os fatos eram vistos como resultado da vontade dos deuses. Mas se preocupava em conhecer os povos cujas histórias contava: visitou o Egito, a Itália e a Ásia Menor.

Tucídides (460-396 a.C.) — Escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*. Considerava que causas políticas determinavam os fatos históricos. Por isso, é tido como criador da história objetiva, que ele apresentava como modelo para a vida prática. Deixou obra rica em reflexões.

Xenofonte (430-354 a.C.) — Escreveu *Anabase*, sobre a campanha de Ciro, o Jovem, e a retirada de 10 000 mercenários que o haviam seguido à Pérsia numa aventura política.

6. Arte, harmonia e simplicidade ✕

A arte grega era religiosa. Os principais monumentos eram templos, e as esculturas, em sua maioria, representavam deuses. Suas marcas eram a harmonia, a simplicidade, o equilíbrio e uma decoração perfeitamente adaptada ao conjunto. Os trabalhos, produzidos em ateliês, tinham caráter coletivo.

O século de Péricles (V a.C.) assinala o apogeu, com os monumentos da Acrópole e as obras-primas de Fídias; com a cerâmica e seus vasos, cobertos de cenas expressivas; com o domínio da técnica de esculpir e de executar a planta dos templos.

Os gregos construíam os templos com blocos de pedra talhada, de tal modo ajustados que dispensavam argamassa. Tinham três partes: vestíbulo, sala do deus (*nau*) e tesouro. As colunas se apresentavam em estilo *dórico*, o mais simples; *jônico*, mais gracioso; e *coríntio*, com capitel (parte superior) ornamentado em forma de folhas.

Os gregos se esmeraram na Acrópole, um de seus monumentos mais belos. Péricles e Fídias reconstruíram os templos, que os persas haviam arrasado. No *Partenon*, Fídias esculpiu em már-

fim e ouro a *Athena Promachos* (combatente) e pôs no escudo duas figuras humanas: ele próprio e seu amigo Péricles. Foi processado por impiedade. Fídias ainda construiu o *Erectéion*, templo que guardava antiga estátua de madeira de Atena, com pórtico das *Cariátides*, estátuas de mulheres, sustentando o teto.

Outro escultor do século V a.C. foi Miron, autor do *Discóbolo* (lançador de disco), mestre do movimento. Também se destacam: Policleto de Argos, que procurou dar as proporções ideais do corpo humano ao seu *Doríforo* (portador de lanças); e Praxíteles, escultor da estátua de Hermes.

Questões propostas

1. O que caracterizava a religião grega quanto a:

prática do culto; teor das orações; e número, tipo e forma das divindades?

2. Narre a origem dos deuses e dos homens de acordo com os mitos de Cronos e de Prometeu.

3. Cite os deuses gregos mais velhos e os mais novos.

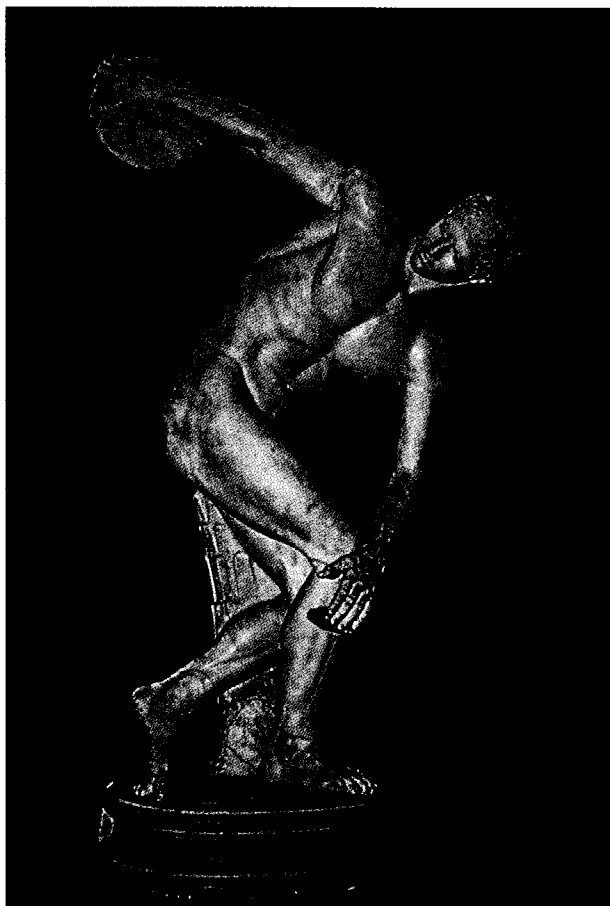
4. Quais foram os grandes heróis?

5. Que cultos e outras cerimônias caracterizavam a religião grega?

6. Cite os destaques culturais da antiga Grécia e os principais nomes da tragédia, comédia, filosofia, poesia, historiografia e escultura.

7. Quando a arte grega atingiu o máximo esplendor e o que a caracterizava?

O *Discóbolo*, do escultor Miron (séc. V a.C.), uma das mais significativas obras de arte da Antiguidade.



Capítulo 15

A conquista macedônica e a civilização helenística

Os macedônios tinham origem ariana, como os gregos, que os consideraram bárbaros por muito tempo. Habitavam ao norte da Grécia e mantinham-se isolados, ameaçados por inimigos de todo lado, como a Ilíria, a Trácia e o Épiro. Nem de saída para o mar dispunham e usavam o porto grego de Olinto para escoar os produtos de sua economia, agrária e atrasada. Sua organização política caracterizava-se pela concentração do poder nas mãos da nobreza da terra.

1. Filipe II organiza a Macedônia

Filipe tinha vivido em Tebas, por conta de uma promessa macedônia de ajuda militar aos tebanos, quando aquela cidade grega viveu seu curto período de hegemonia. Na Grécia, Filipe observou suas cidades-estados, enfraquecidas pelas guerras fratricidas; e familiarizou-se com a organização do exército tebano e com o uso das longas lanças de madeira introduzidas por Epaminondas.

Em 359 a.C., Filipe II tornou-se tutor do sobrinho Amintas, herdeiro do trono macedônio. Três anos depois, Filipe assumiu o poder. Confiscou as terras dos grandes nobres e distribuiu-as aos camponeses, diminuindo o poder daqueles e ganhando o apoio destes, incorporados aos milhares ao exército, armados de escudos e das longas lanças de madeira. Assim, garantiu a defesa das fronteiras. Com o ouro do Monte Pangeu, conseguiu recursos para sua política expansionista, que começou com a anexação de Potidéia, Anfípolis e Pidna, cidades controladas por Atenas. Conquistando a Tessália, região de muitos cavalos, reforçou a cavalaria pesada e ficou preparado para novas investidas.

2. A conquista da Grécia

Filipe II interveio na Grécia depois que os *focídios*, povo da Tessália, invadiram terras do Santuário de Delfos. A pedido dos sacerdotes, que ele subornou, Filipe esmagou os focídios e tomou-

lhes o lugar na Liga Anfictiônica, constituída apenas por Estados gregos. Demóstenes, o grande orador ateniense, passou a alertar os concidadãos sobre as intenções do macedônio, em discursos que ficaram conhecidos como *Filípicas*.

Filipe usava de habilidade diplomática. Procurava instigar nos gregos o ódio aos persas, contando com a colaboração de Isócrates, que pregava uma cruzada contra os antigos inimigos, e de Ésquines, que, pago pelo ouro do macedônio, defendia a união em torno de Filipe e combatia Demóstenes. Quando os gregos acordaram, era tarde.

Em 338 a.C., na Batalha de Queroneia, as forças macedônias derrotaram atenienses e tebanos e, em seguida, Filipe se apoderou da Grécia. Com astúcia política, conhecedor do individualismo das cidades-estados, respeitou-lhes a autonomia. Assim, podia reivindicar o direito de chefiar uma liga contra os persas, a *Liga de Corinto*, da qual foi proclamado *hegemon* (líder).

Sob comando de Parmênion, uma força da Liga já havia estabelecido uma cabeça-de-ponte na Ásia, quando um aristocrata assassinou Filipe II durante a cerimônia de casamento da própria filha. Quem foi o mandante do crime? Os nobres macedônios desapropriados? As cidades gregas que queriam recuperar a independência? Sua mulher Olímpia e seu filho Alexandre, para que este ocupasse o trono? As perguntas estão sem resposta até hoje.

3. Alexandre Magno e suas conquistas

Alexandre Magno, filho de Filipe II, tinha um caráter complexo. Considerava-se descendente de Aquiles por parte de mãe e de Hércules por parte de pai: um deus em potencial. A mãe, Olímpia, tinha ciúme doentio do marido Filipe, por causa de seus casamentos políticos; cultuava Dioniso e dormia enrolada em serpentes. Transmitiu ao filho o ódio por Filipe. Alexandre recebeu poderosa influência de Aristóteles, escolhido por Filipe para seu preceptor. O filósofo lhe incutiu o gosto pela cultura grega, pela *Ilíada* e a *Odisséia*, por Ésquilo e Eurípedes; e aversão pelos persas (Aristóteles os vira torturar um amigo até a morte, na Ásia Menor).

Alexandre assumiu o trono com uma Macedônia organizada e seu exército formado. Restavam dois problemas: a revolta das cidades gregas, após a

morte de Filipe, e os numerosos herdeiros deixados pelo pai. Alexandre usou a violência. Arrasou as cidades gregas, exceto Atenas, mas inclusive Tebas, onde só ficaram de pé os templos e a casa de Píndaro. Convidou os irmãos por parte de pai para um banquete de divisão de herança e, no meio da festa, mandou assassinar todos.

Precedido por Parmênion, que havia partido antes de Filipe morrer, Alexandre rumou para a Ásia com 40 000 homens, 12 000 deles na infantaria, o forte de seu exército. Como líder supremo do helenismo, deveria libertar as cidades da Ásia e levar os gregos à vingança contra os persas. Venceu os sátrapas às margens do Rio Granico em 334 a.C. e avançou para a Frígia, em cuja capital, Górdio, lhe apresentaram um nó inextricável, preso no timão de um carro. Um oráculo havia predito a sorte de conquistador da Ásia a quem o desatasse. Alexandre usou a violência: cortou o *nó górdio* com um golpe de espada.

Na planície de Issos, em 333 a.C., Alexandre pôs em fuga Dario III, que deixou para trás até a mãe, a mulher, as filhas e um grande espólio. Para anular o poderio marítimo dos persas, tomou o porto fenício de Tiro em 332 a.C. Rumou então para o Egito, onde foi recebido como salvador e, no templo de Amon-Rá, como o filho do deus.

Recusando o acordo de paz oferecido por Dario III, derrotou-o em pleno centro do Império Persa em 331 a.C. Uma a uma, caíram as cidades de Babilônia, Susa, Persépolis. Dario acabou assassinado pelo sátrapa Besso, que depois Alexandre liquidou. Proclamado imperador persa, avançou para a Índia, percorreu a região do Rio Indo e só não chegou ao Rio Ganges porque os soldados se recusaram a segui-lo.

De volta a Susa, desposou a filha de Dario e se preparava para nova campanha, provavelmente contra Cartago, no norte da África, quando o acometeu uma febre violenta. Morreu na Babilônia, em 323 a.C., com 33 anos, deixando um dos mais vastos impérios já criados até então.

4. A organização do Império de Alexandre

Alexandre procurou dar a seu Império um caráter universal, de acordo com a concepção divina que tinha de si. Egípcios e persas não se opuseram, pois encaravam mesmo o poder político como

divino. Gregos e macedônios, porém, resistiram, o que explica as revoltas que Alexandre teve de sufocar. Mandou matar Clitos, general que lhe salvara a vida na Batalha do Rio Granico, por repudiar sua concepção de poder, principalmente a exigência da *proscinense*, ato de ajoelhar diante do rei em sinal de submissão. Acusou de traição e condenou à morte os generais Filotas e Parmênion.

Alexandre aproximou-se dos persas. O exército chegou a ter 80 000 deles em suas fileiras; 30 000 persas foram treinados e educados à moda grega: eram os *epígonos*. Alexandre se vestia como persa: toga branca, cinta e diadema.

Para promover a integração cultural do vasto Império, fundou mais de 33 cidades, com instituições semelhantes às das cidades-estados gregas, mas com autonomia aparente, pois dependiam do poder central, muito forte. A política de integração incentivou os casamentos mistos. Quando Alexandre desposou a princesa persa, 10 000 de seus soldados também casaram com moças persas. Alexandre abriu o caminho para a integração cultural do mundo grego com o mundo persa e o egípcio.

O Império desmorona

Alexandre deixou um herdeiro por nascer. Os generais então dividiram o Império entre si. O *Reino da Macedônia*, incluindo a Grécia, ficou com Antígono. O *Reino do Egito*, com Ptolomeu. A *Ásia*, com os selêucidas, descendentes de Seleuco, com duas capitais: Antioquia, na Síria; e Selêucia, na Mesopotâmia. Muito vasto e heterogêneo, este Estado logo se desagregaria. Toda a Ásia Menor se separou, dando origem aos reinos de *Pérgamo*, *Galácia*, *Capadócia*, *Bitínia* e *Ponto Euxino* (Mar Negro). A partir do século III a.C., todo o Planalto Persa constituiu o *Reino dos Partas*; e aos selêucidas restaram apenas a *Síria* e a *Mesopotâmia*.

Entre 197 a.C. e 31 a.C., os reinos helenísticos foram conquistados pelos romanos, verdadeiros herdeiros do Império de Alexandre Magno.

5. A civilização helenística

A civilização helenística resultou da fusão da cultura helênica (grega) com a cultura do Oriente Médio, principalmente persa e egípcia. Seu centro

deslocou-se da Grécia e do Egeu para o Oriente Médio, para os novos pólos irradiadores de cultura: *Alexandria*, *Antioquia*, *Pérgamo*. Na Grécia, Esparta agonizava e Atenas decaía.

Alexandria ganhava fama no Ocidente e no Oriente, com a população numerosa, indústria artesanal, museus, a biblioteca com 400 000 obras. A vida intelectual era intensa; Matemática, Geometria e Medicina se desenvolveram. O pensamento filosófico dividia-se em duas correntes: *estoicismo*, que acentuava a firmeza de espírito, indiferença à dor e submissão à ordem natural das coisas; e *epicurismo*, que aconselhava a busca do prazer. Na literatura, destacou-se o cantor da natureza e da simplicidade da vida no campo, o poeta Teócrito.

A arquitetura projetou templos grandiosos. Surgiram novos deuses, não-gregos, como *Ísis* e *Serápis*; e ganharam força os mais jovens, como *Afrodite*, *Apolo* e o pequeno *Eros*, deus do amor (Cupido). Os artistas retratavam a natureza viva, o movimento dos corpos, a transparência das vestes.

6. Legado cultural da Grécia

A contribuição dos gregos para a humanidade abrange todos os setores da vida humana. Eles fundaram a filosofia. As reflexões de Sócrates sobre a natureza e o homem e os sistemas criados por Platão e Aristóteles tornaram imortal o pensamento grego. Seu teatro chega até nós cheio de vida. Demóstenes, mestre da oratória. O esplendor da arte grega ainda pode ser admirado nas ruínas do Partenon e na Acrópole de Atenas.

Na ciência, a Matemática de Euclides e os teoremas de Tales ou Arquimedes se incorpora-

ram ao patrimônio cultural da humanidade. Hipócrates, o mais ilustre médico da Antiguidade, impulsionou o conhecimento do corpo humano.

O regime democrático de Atenas serviu de exemplo para todos os povos. Os gregos alimentaram também o ideal cívico, o amor à pátria, ao regime político e à família; e nos deixaram ainda o ideal esportivo.

Questões propostas

1. Como começa a modernização da Macedônia?
2. Que recursos usou Filipe para dominar os Estados gregos?
3. Descreva o caráter de Alexandre Magno, filho de Filipe II.
4. Como Alexandre se tornou rei dos persas? Que fim teve?
5. Que tipo de Império Alexandre procurou formar?
6. Depois que Alexandre Magno morreu, o que aconteceu com seu Império?
7. A integração cultural promovida por Alexandre Magno mudou o centro do mundo da Antiguidade para quais cidades? Qual delas foi a mais importante e por quê?
8. Resuma com exemplos a importância da contribuição do mundo grego à humanidade.

Capítulo 16

A evolução de Roma: o período monárquico

A Itália é uma península que penetra no Mar Mediterrâneo, entre duas outras: a Península Balcânica e a Ibérica. Tem a leste o Mar Adriático, a oeste o Tirreno e ao sul o Jônico. O relevo é simples. No norte, os Alpes descem em direção à Planície do Rio Pó; os Apeninos percorrem o corpo central da península até a Sicília, no sul, separando as regiões litorâneas: do Tirreno, com as planícies do Lácio e da Campânia, e do Adriático, onde se destaca a Planície da Apúlia.

O solo fértil permitiu à população, sempre crescente, produzir os alimentos necessários a sua sobrevivência. A falta de bons portos causou certo isolamento da região.

1. O povoamento da Itália primitiva

Os primitivos habitantes da Itália eram povos autóctones, da própria região mediterrânea. Ao norte, os *lígures*; ao sul, os *sículos*. Pelo segundo milênio a.C., chegaram os *arianos*, vindos da Europa central. Foram chamados *italiotas* e dividiam-se em várias tribos: latinos, sabinos, équos, volscos, samnitas e outros. No sul, a partir do século VIII a.C., fixaram-se os *gregos*, dotados de notável desenvolvimento econômico e cultural; ao norte, instalaram-se os *etruscos*, povos de origem provavelmente asiática.

Os povos mais importantes eram os etruscos, distribuídos em doze cidades unidas numa confederação. Seus domínios estendiam-se do Lácio e da Campânia em direção ao norte. Desenvolviavam atividade comercial intensa, fazendo concorrência aos gregos e aos habitantes de Massília, atual cidade francesa de Marselha, na desembocadura do Rio Ródano. Conseguiram tal hegemonia aliados aos fenícios de Cartago. Grande parte de seus conhecimentos seria mais tarde assimilada pelos romanos. Infelizmente, as reduzidas informações sobre o alfabeto dos etruscos impedem um conhecimento mais amplo de sua história.

2. As origens de Roma

Envolvem-se em lendas as origens de Roma. Na *Eneida*, o poeta Virgílio diz que os romanos descendem de Enéas, herói de Tróia que escapou quando os gregos destruíram a cidade, por volta de 1400 a.C. Sob proteção de Vênus e guiado por Júpiter, chegou à Itália e fundou Lavínio. Seu filho Ascânio fundou Alba Longa e os descendentes Rômulo e Remo fundaram Roma em 753 a.C.

Rômulo e Remo seriam filhos gêmeos da princesa albana Rea Sílvia e do deus Marte. Os dois foram atirados ao Rio Tibre por ordem de Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa, pertencente a Númitor, avô dos gêmeos. Amamentados por uma loba e criados por camponeses, os irmãos voltaram a Alba Longa, destronaram Amúlio e repuseram Númitor no lugar. Então, receberam a missão de fundar Roma.

Protegido pelos deuses, Rômulo traçou um sulco no chão com o arado para marcar o local das primeiras construções. Enciumado, Remo saltou sobre o risco, pressagiando que a cidade seria invadida. Rômulo matou o irmão. Desapareceria mais tarde durante uma tempestade e passou a ocupar, com o nome de Quirino, um lugar no Panteon, o templo de todos os deuses.

Historicamente, podemos deduzir que Roma nasceu de um forte erguido pelos habitantes do Lácio (latinos e sabinos), para impedir as incursões etruscas. No local havia sete colinas. Os latinos fixaram-se nos montes Palatino, Esquilino e Célio; os sabinos, no Quirinal e no Viminal. Mas os próprios etruscos, ao ocupar o Lácio e a Campânia no século VII a.C., deram a Roma sua estrutura final. Então, ela se estendia sobre os montes Capitolino e Aventino também.

3. Organização econômica, social e política

Na época, a economia romana baseava-se em atividades agropastoris. A terra era a riqueza fundamental, o que definia o caráter aristocrático da sociedade. Os proprietários, *patrícios*, formavam a camada social dominante. Chamavam-se *as gentes*, porque se agrupavam numa unidade básica, o *gens* ou *clã*, cujos membros se reuniam em torno do mesmo chefe e cultuavam o mesmo

antepassado. Havia também os parentes pobres, os *clientes*, que prestavam serviços e beneficiavam-se da proteção da família. O chefe tinha autoridade sobre todos. Os patrícios agrupavam-se em associações religiosas chamadas *cúrias*.

Quem não pertencesse a um clã, era considerado *plebeu*. Essa camada era em geral formada por estrangeiros, artesãos, comerciantes e donos de pequenos lotes pouco férteis.

Vigorava o regime de governo monárquico. O rei tinha funções de chefe supremo, grande sacerdote e supremo juiz; seu poder era tido como de origem divina. A realeza se apoiava no *Imperium* (comando supremo) e no *Auspicium* (conhecimento da vontade divina). O Conselho de Anciãos, *Senado*, composto pelos chefes das famílias e sacerdotes, assessorava o rei. A *Assembléia Curiata* reunia os patrícios adultos, membros das 30 *cúrias* romanas.

Os cidadãos dividiam-se em três tribos: tities, ramnes e luceres, cada uma dividida em 10 *cúrias*. A tribo contribuía para a defesa do Estado com 100 cavaleiros e 10 centúrias — centúria era a unidade básica do exército romano, composta por 100 soldados armados à sua própria custa. No fim do período monárquico, toda a população foi repartida em distritos administrativos territoriais, com 4 tribos na cidade e 17 (depois 31) no campo. Isto deu origem à *Assembléia Tribal*, quebrando o monopólio patrício da *Assembléia Curiata*. Mas os patrícios ainda detinham a primazia das decisões, pois possuíam 17 tribos rurais, enquanto a plebe se repartia pelas 4 urbanas (cada tribo, um voto).

4. Monarquia: lenda e história

Não há informações historicamente exatas sobre esse período. Os dados foram obtidos a partir de lendas sobre os sete reinados. A lenda do rapto das sabinas dá a entender que ocorreu um processo de integração entre romanos e sabinos, na época de Rômulo, primeiro rei de Roma. Numa Pompílio, sabino de origem, organizou o culto religioso. Túlio Hostílio destruiu Alba Longa, conforme a lenda que narra a luta entre os Irmãos Horácios, campeões de Roma, e os Irmãos

Curiácios, campeões de Alba. O quarto rei, Anco Márcio, fundou o porto de Óstia e construiu a ponte Sublícia sobre o Tibre.

A partir de 640 a.C., Roma passa a ser governada por reis etruscos. Tarquínio, o Antigo, iniciou a construção de grandes obras. Sérvio Túlio fez o primeiro muro, dividiu a cidade em 4 tribos urbanas e repartiu a população em cinco categorias sociais, de acordo com as posses de cada um. Tarquínio, o Soberbo, edificou o templo de Júpiter e a cloaca máxima, o sistema de esgotos. Foi deposto e expulso em 509 a.C. porque, segundo a lenda, seu filho Sexto Tarquínio violentou Lucrecia, filha de um aristocrata influente.

O afastamento do terceiro rei etrusco marca o início do período republicano na história de Roma. Por que a aristocracia teria abolido a monarquia? Uma explicação teria sido a aproximação de Tarquínio com as camadas baixas, provocando reação do patriciado. Mas isto só terá sido possível porque o Império Etrusco estava em decadência, assaltado pelos gauleses e enfraquecido pela derrota para os gregos na Sicília.

De qualquer modo, deve-se destacar que a República surgiu pela ação dos patrícios. Quem deu o golpe foi o Conselho dos Anciãos, que pretendia retomar o poder e o assumiu, de fato, no período republicano.

Questões propostas

1. Distinga as três regiões geográficas que caracterizam a Península Itálica.
2. Como foi a povoação da Itália, antes do surgimento de Roma?
3. Qual é a origem de Roma?
4. O que deduzimos das lendas sobre o período monárquico de Roma?
5. Resuma a organização econômica, social e política de Roma na fase monárquica.

Capítulo 17

A evolução de Roma: a implantação da República

A derrubada da Monarquia foi um ato reacionário dos patrícios, que afastaram a realeza comprometida com as camadas inferiores. Os motivos que levaram à implantação da República iriam transparecer nas instituições republicanas. O monopólio do poder passou ao patriciado e a plebe ficou à margem. Os patrícios evitaram a concentração do poder nas mãos de uma só pessoa.

Com o passar dos séculos, a República romana se democratizou, com uma crescente participação da plebe no poder. No final do período, o regime romano chegou a aproximar-se de uma República democrática, semelhante a Atenas. Resultava da mistura de elementos monárquicos (magistraturas), aristocráticos (Senado) e democráticos (assembléias).

1. Senado

Inicialmente, os chefes das grandes famílias compunham o Senado. Seus membros passaram depois a ser recrutados entre antigos magistrados, com base numa lista preparada pelos censores (*Álbum Senatorial*). Havia 100 senadores no começo, número aumentado para 300 posteriormente. Os cargos eram vitalícios.

Entre outras funções, os senadores deviam: zelar pela tradição e pela religião; supervisionar as finanças públicas; conduzir a política externa; administrar as províncias; dar seu parecer sobre a escolha de um ditador; autorizar ou não a concessão das honras do *triumfo* aos generais vencedores. O magistrado que convocava o Senado (cônsul, pretor ou tribuno) presidia a casa. Falava em primeiro lugar o senador que encabeçava a lista dos censores. Em seguida, o presidente interrogava os outros antigos magistrados.

Após ser consultado, o senador saía da sala pela direita, se votasse *sim*; pela esquerda, se votasse *não*. A decisão dos senadores, *senatus consultus*, com o tempo passou a ter força de lei.

2. Magistraturas

Os magistrados, em geral patrícios, exerciam o Poder Executivo. A *Assembléia Centuriata* os elegia, com exceção do censor, para um mandato de um ano. Os magistrados eram:

1. **Cônsules** — Eram dois magistrados principais, com poder equivalente ao dos antigos reis. Suas funções: comandar o exército, convocar o Senado e presidir os cultos públicos. Em época de calamidade, revolta da plebe, campanha militar desastrosa, o Senado indicava um *ditador*, com poder absoluto e limitado a seis meses. O ditador escolhia o chefe da cavalaria e tinha direito, como os cônsules, a ser precedido pelos litores, oficiais que levavam um feixe de varas envolvendo uma machadinha, símbolo do poder do magistrado.
2. **Pretores** — Ministravam a justiça: o pretor urbano, na cidade; o peregrino, no campo e entre os estrangeiros. Vários foram indicados para o cargo de governadores de províncias.
3. **Censores** — Escolhidos a cada cinco anos, deviam: fazer o censo dos cidadãos com base na sua riqueza; elaborar o *Álbum Senatorial*; orientar trabalhos públicos; vigiar a conduta dos cidadãos.
4. **Questores** — Administravam o tesouro, depositado no templo de Saturno, e davam orientação financeira aos cônsules em campanhas militares.
5. **Tribunos da plebe** — Surgiram por pressão da plebe. Eram 10. Podiam vetar leis contrárias aos interesses da plebe, menos em época de guerra e quando a lei era promulgada por um ditador.
6. **Edis** — Encarregados da conservação pública, o que incluía repartição dos mercados, policiamento, abastecimento, etc. Havia também os *edis da plebe*.

3. Assembléias

Havia três assembléias:

1. **Assembléia Curiata** — Na República, perdeu a força que tinha na Monarquia.

2. **Assembléia Centuriata** — A mais importante da República. Consistia numa reunião do exército no Campo de Marte, convocada pelo cônsul. Os participantes compareciam equipados como se fossem para a guerra.

Os cidadãos se dividiam em cinco classes, conforme sua riqueza; e as classes, em *centúrias*, organizadas conforme o armamento de cada um (cada homem se armava à própria custa). As centúrias mal armadas tinham mais homens, para compensar a deficiência. Assim, nas centúrias dos patrícios, mais bem armadas, havia menos homens. O resultado era que os patrícios formavam mais centúrias, enquanto a plebe era mais numerosa mas se dividia em número menor de centúrias.

Total de centúrias patrícias: 98. Total de centúrias da plebe: máximo de 95. Como cada centúria valia um voto, os patrícios sempre obtinham maioria na Assembléia Centuriata, que elegia os cônsules, pretores e censores, e votava todas as leis.

3. **Assembléia Tribunícia** — Formada pelas 35 tribos: 31 rurais e 4 urbanas. Cada tribo, um voto. A divisão não obedecia a critério de riqueza de cada um, mas essa maior democratização não significava mais voz para os prole-tários, pois se inscreviam nas 4 tribos urbanas, enquanto os poderosos pertenciam às 31 tribos rurais. A Assembléia Tribunícia também votava as leis.

4. Patrícios versus plebeus

Os plebeus sofriam sérias discriminações. Nas guerras, recebiam sempre a menor parte dos espólios, distribuídos em função do equipamento. Na paz, por vezes precisavam contrair empréstimos e não conseguiam pagar os juros. Julgados por magistrados patrícios e com base em leis orais, os devedores acabavam escravizados por dívida.

Os plebeus acabaram se revoltando cinco vezes, entre 494 e 287 a.C.:

1. **Primeira revolta** (494 a.C.) — Trata-se da primeira greve de caráter social da História. Os

plebeus se retiraram para o Monte Sagrado, a poucos quilômetros de Roma. Os patrícios tiveram de conceder a criação dos *tribunos da plebe*, pois precisavam dos revoltosos de volta à cidade, ameaçada por inimigos. A pessoa desse tribuno era considerada sacrossanta e inviolável.

Na Assembléia Centuriata, os tribunos da plebe podiam vetar toda lei contrária aos interesses de sua classe. Mas, para valer, o veto devia partir de todos os dez tribunos da plebe; e eles ainda eram escolhidos pela Assembléia Centuriata, onde os patrícios tinham maioria de votos. Por isso, a ação desses tribunos ficava bastante limitada. Em 471 a.C., os plebeus constituíram a *Assembléia da Plebe*, para eleger seus tribunos. Isso aumentou o poder de veto e de ação dos tribunos da plebe.

2. **Segunda revolta** (450 a.C.) — Em 454 a.C., os patrícios enviaram representantes a Atenas para estudar suas leis, prometendo resolver os problemas da plebe, que os atribuía ao fato de não haver leis escritas. Em 450 a.C., quando a plebe se revoltou e ameaçou retirar-se de novo para o Monte Sagrado, foram nomeados dez juízes para redigir as leis.

Um ano depois, quando lhe apresentaram as 12 tábuas de bronze, a plebe viu que pouca coisa tinha mudado. Eram as mesmas leis, só que escritas. O poder continuava com os patrícios e a escravidão por dívida permanecia. A plebe conseguiu que as leis votadas na sua Assembléia tivessem validade, mas a vitória teve alcance limitado, pois tais leis deviam receber aprovação do cônsul ou do Senado.

3. **Terceira revolta** (445 a.C.) — A Lei das 12 Tábuas manteve a proibição ao casamento entre patrícios e plebeus. Nessa revolta, os plebeus exigiam o fim da proibição, conscientes de que os casamentos mistos quebrariam a tradição patrícia de exercer o poder com exclusividade. A reivindicação foi atendida com a Lei Canuléia, mais uma vez de efeito limitado: em geral, só plebeus com mais posses casavam com gente de família patrícia e, quando isto acontecia, o plebeu procurava se integrar na classe patrícia e desprezava sua origem plebéia.

4. **Quarta revolta** (367-366 a.C.) — A pressão da

plebe obrigou a República a editar leis para resolver questões que se arrastavam, como a escravidão por dívida e a falta de participação política.

A Lei Licinia Sextia determinou que os juros pagos fossem abatidos do montante das dívidas e proibiu que o corpo fosse dado como garantia, praticamente abolindo a escravidão por dívida. Mas a lei não tinha efeito retroativo: os já escravizados permaneciam escravos. A nova lei também limitava a posse de particulares em territórios públicos, conquistados na guerra, a 500 iugeras (14,5 hectares) e 500 cabeças de gado. Assim, sobrava um pouco de terra pública para a plebe.

Na mesma oportunidade, o plebeu passou a ter direito de exercer os cargos de cônsul e tribuno militar (cargo criado em 444 a.C.), o que abria a porta do Senado à plebe. Eles já tinham conseguido o direito de exercer a Ditadura (449 a.C.). Em 337 a.C., conquistaram o direito à Pretura; em 332 a.C., à Censura; em 327 a.C., ao Proconsulado (governador de província); e em 300 a.C., ao Pontificado (um Pontífice Máximo dirigia um colégio sacerdotal).

5. **Quinta revolta** (287-286 a.C.) — Retirando-se mais uma vez para o Monte Sagrado, os ple-

beus conseguiram impor aos patrícios que as leis votadas na Assembléia da Plebe tivessem validade para todo o Estado: era a decisão da plebe, ou *plebiscito*.

As conquistas da plebe foram lentas, mas, na última revolta, notavam-se grandes progressos em relação à primeira, dois séculos antes. Agora, havia até a possibilidade da implantação de uma República democrática em Roma. Bastava a Assembléia da Plebe transformar o Senado em órgão com função de aprovar as leis votadas por ela. Por volta do século III a.C., o regime republicano romano se caracterizava por um equilíbrio de poderes entre as classes em luta. Tal equilíbrio, no fundo, escondia a existência de um Estado patrício e um Estado plebeu.

Questões propostas

1. Quais as principais instituições políticas da República romana? Detalhe cada uma delas.
2. Sintetize as cinco revoltas dos plebeus contra os patrícios, relatando as conquistas conseguidas em cada uma delas.



Representação de uma sessão do Senado romano.

Capítulo 18

A evolução de Roma: a família, o Direito, a religião e a arte

Nos primeiros tempos da República, os romanos levavam vida simples. Trabalhavam no campo e alimentavam-se de legumes, vinho, azeite, pão e queijo; carne, às vezes. Homens vestiam toga, manto trançado em volta do corpo; mulheres usavam pala, um manto longo.

Na *família*, o pai era todo-poderoso. Tinha direitos ilimitados sobre a mulher, filhos, escravos, bens. A severidade lhe dava um ar solene. Os mais velhos serviam de exemplo. Exigiam obediência, pureza de costumes e amor à verdade. Pautavam-se pela modéstia e respeito aos antepassados. As regras da vida familiar eram o fundamento da disciplina militar, do poder político e da grandeza romana.

1. Cidadania e Direito

Coragem, gosto pela glória, respeito aos deuses, lealdade: por esses critérios se julgava um cidadão romano; eram qualidades obrigatórias de quem estivesse a serviço da *res publica* (coisa pública). O Estado estava acima de tudo. Duas instituições regulavam a vida do cidadão: a lei pública e a lei privada. A preocupação com as leis levou os romanos a desenvolver minuciosamente o seu Direito.

Havia o *Direito Civil* (*jus civile*), originário dos costumes e da lei. Com a conquista da Itália, surgiu o *Direito Estrangeiro* (*jus gentium*). Os dois ramos faziam parte do *Direito Público* (*jus publicum*), em oposição ao *Direito Privado*, que regulamentava as relações entre as famílias. Aos poucos, os pretores criaram o *Direito Pretoriano*, formado por seus editos (decretos). Na República, os magistrados encaminhavam às assembleias leis que, aprovadas, incorporavam-se ao Direito Público. Havia ainda leis costumeiras, não-escritas. A aplicação do Direito cabia exclusivamente ao clero.

As primeiras escolas de Direito surgiram no

Império. Os juristas passaram a compilar as respostas que os melhores juízes davam às consultas e as anexavam aos códigos de Direito. O Direito Romano, adotado por outros povos europeus, conserva sua importância até hoje.

2. Religião: em família e pública

O culto aos antepassados baseava-se na crença dos *numina*, divindades da natureza, gênios ou espíritos protetores da família (os *Lares*) que se transmitiam de *pater a pater* (pai a pai). Deuses especiais, os *Penates*, guardavam bens e alimentos. O *pater* os cultuava junto da lareira, onde o fogo sagrado da família ardia sempre. Às refeições, espalhavam perto do fogo migalhas, gotas de vinho e leite, doações aos deuses, para atrair proteção. Com o mesmo fim, punham alimentos para os deuses *Manes* nos túmulos dos mortos.

Nas festas familiares, sacrificavam aos deuses um boi, porco ou carneiro, dividido depois entre todos os membros da família.

Os romanos acreditavam numa multidão de deuses. Tinham uma fé formalista e prática. Desconheciam idéias de piedade, misticismo, amor aos deuses. O culto tinha por objetivo obter o favor dos deuses. Havia uma espécie de contrato: os fiéis ofereciam presentes e esperavam boas colheitas ou vitórias nas guerras.

O *culto público* tinha caráter cívico. O Senado velava pela tradição. Mas a transformação religiosa era contínua, com a inclusão de deuses novos, etruscos, gregos e asiáticos.

Deuses e sacerdotes

Júpiter, Marte e Quirino constituíram a primeira trindade romana. No início da República (509 a.C.), os romanos incorporaram uma nova trindade, de origem etrusca: Júpiter, Juno e Minerva.

Os doze grandes deuses correspondiam aos gregos: Júpiter (Zeus), Juno (Hera), Minerva (Atena), Ceres (Deméter), Marte (Ares), Vênus (Afrodite), Vulcano (Hefáistos), Apolo (Apolo), Diana (Artêmis), Mercúrio (Hermes), Vesta (Héstia) e Netuno (Poseidon). Plutão (Hades) era o deus dos infernos.

Os sacerdotes viviam como qualquer cidadão

e agrupavam-se em *colégios*. Os *pontífices* supervisionavam o culto, fixavam o calendário e anotavam os fatos diários, para interpretar a vontade dos deuses. O *Pontífice Máximo* era o chefe da religião romana. Os *flâmines* cuidavam do culto de cada deus. Os *augures* interpretavam a vontade dos deuses observando a natureza, especialmente o canto e o voo dos pássaros. Os *feciais* pediam sucesso nas relações exteriores; eram os encarregados de declarar guerra e estabelecer a paz.

As *vestais*, escolhidas pelo Pontífice Máximo entre as caçulas das grandes famílias, mantinham aceso o fogo sagrado. Moravam num templo perto do fórum. Serviam por trinta anos e podiam voltar à vida comum.

O calendário estabelecia dias *fastos* (úteis) e *nefastos* (feriados). Regulava-se a vida política e social pela interpretação dos *auspícios*, manifestações dos deuses, como a simples queda de uma folha de árvore. Manifestações excepcionais, como um animal ou criança deformados, eram *prodígios*, maus sinais. Os *arúspices* faziam suas interpretações lendo as entranhas dos animais. Comandantes em guerra orientavam-se observando o apetite dos frangos sagrados de Juno.

Em dúvida sobre o modo de acalmar os deuses, os sacerdotes consultavam os *livros sibílicos*, que Tarquínio, o Antigo, teria recebido de Cumas, sibila (sacerdotisa que previa o futuro) de Apolo.

Havia as festas religiosas: em março, as *matronálias*, homenagem às mães; em maio, a *lamúria*, festa dos mortos; em dezembro, as *saturnais*, em homenagem a Saturno. Em setembro realizavam-se grandes jogos, em homenagem a Júpiter; começavam com procissões e duravam quinze dias.

3. A cultura

Os romanos não se destacaram nas artes. Seu teatro produziu farsas grosseiras. Desprezavam os gregos, que achavam efeminados. Porém, a arte grega foi uma das duas fontes principais da arte romana, ao lado da arte das velhas civilizações itálicas.

A arte grega chegou à Itália através da Magna Grécia e dos etruscos, dos quais os romanos também copiaram a forma orientalizante de representar a natureza. Dos itálicos, assimilaram a *simetria*, harmonia resultante da combinação de formas

regulares; e a *axialidade*, isto é, a obediência a eixos principais. Ao contrário dos gregos, que decoravam os edifícios, os romanos planejaram os templos como um conjunto de formas e superfícies.

A *arquitetura* foi a grande manifestação artística dos romanos. Para os gregos, obras essenciais eram os templos. Os práticos romanos davam destaque aos reservatórios de água, aquedutos, edifícios com patamares, fachadas e pórticos. A fusão de diferentes volumes num só edifício deu origem a todo um sistema arquitetural. Um bom exemplo está nos banhos públicos construídos pelos imperadores, as termas imperiais, com arcos, cúpulas e semicúpulas. Mercados e tribunais, no estilo de basílica, serviram de modelo para as igrejas cristãs, às quais os construtores acrescentaram a cúpula central, ao estilo do Panteon. Os romanos introduziram novos materiais, como cimento e tijolos; e novas técnicas, como o arco e a abóbada.

Os escultores, fugindo ao estilo grego de idealização, copiavam os traços da figura, sobretudo nos bustos, como os dos antepassados, postos no átrio, o pátio interno das casas. Os baixos-relevos históricos louvavam os feitos militares e evoluíram para a construção de arcos de triunfo, como as colunas de Trajano e Marco Aurélio.

Pinturas murais em geral abordavam temas rurais e inspiraram-se na tradição grega, como as encontradas nas ruínas de Pompéia.

Questões propostas

1. Que vida levavam os romanos dos primeiros tempos da República? Quais eram as características de seu espírito?
2. A que levou a preocupação dos romanos com as leis?
3. Comente a religião romana atendendo a: culto familiar, deuses; culto público, festas e jogos.
4. Que achavam os romanos da arte grega e dos gregos? Em que ramo das artes se destacaram os romanos?
5. Compare a escultura romana com a grega e comente.

Capítulo 19

A evolução de Roma: a conquista do Mediterrâneo

O Império Romano levou séculos para se expandir e apresentar um contorno mais ou menos definido. Após dominar a Península Itálica, os romanos iniciaram a conquista do Mediterrâneo. Lutaram mais de cem anos contra Cartago (Guerras Púnicas). A seguir, ocuparam a Espanha, o sul da Gália e, por fim, o Mediterrâneo oriental.

A conquista da Itália levou mais de 230 anos. As cidades latinas aliadas de Roma nas primeiras guerras contra vizinhos, essencialmente defensivas, foram anexadas em 338 a.C. Em 395 a.C., os romanos conquistaram a etrusca Veios e anexaram a Etrúria meridional. Uma invasão de gauleses, povos de origem celta, interrompeu a expansão e foi seguida por revoltas de latinos, que os romanos afinal submeteram em 335 a.C. Após sérias derrotas para os samnitas, tribos dos Apeninos que ameaçavam Cápuia, Roma os venceu em 303 a.C. e ampliou seus domínios a toda a Campânia.

A presença dos romanos alertou as cidades gregas ao sul da Itália. O governo de Tarento chamou o Rei Pirro, do Épiro, que por várias vezes bateu os romanos, com um exército mercenário e elefantes de combate. Mas os romanos se recuperaram, venceram Pirro e ocuparam Tarento em 272 a.C. Com a anexação total da Etrúria em 265 a.C. e a vitória sobre os gauleses da costa adriática, os romanos passaram a controlar a Península Itálica.

1. Organização da Itália e do exército

As colônias romanas mantinham os vencidos na confederação, isto é, estabelecia-se uma ligação entre o Estado romano e a Itália.

A comunidade militar da Itália compunha-se de: a) cidadãos de Roma, dos territórios romanos, das colônias e das tribos latinas com cidadania

romana; b) comunidades com cidadania incompleta (membros sem direito de votar nem ser votados); c) aliados autônomos que assinavam tratados de aliança, os quais fixavam direitos e obrigações e o número de soldados que deviam fornecer ao exército romano.

As estradas construídas por toda a Itália foram um fator decisivo para explicar as futuras conquistas romanas. Mas estas se deviam sobretudo à excelente qualidade do *exército*. Ele não era permanente. Compunha-se de cidadãos e camponeses, patrícios e plebeus, entre 17 e 46 anos de idade, transformados em soldados temporariamente.

As legiões, com 300 cavaleiros romanos e 300 aliados, dividiam-se em manípulos e estes, em centúrias (100 homens), subdivididas em decúrias (10 homens). Tribunais militares comandavam as legiões. O comandante supremo do exército era o cônsul ou o ditador.

Havia armas pesadas para atacar fortalezas e muralhas. Era perfeita a técnica de montar acampamentos e fortificações, com paliçadas e fossos. As forças se dispunham conforme o equipamento e a experiência dos combatentes. Na frente, os *hastati*, mais novos, com armas leves. A seguir, os *príncipes*; por último, os *triarii*, veteranos com armamento pesado, que só lutavam se a situação ficasse difícil.

A disciplina era severa. Havia punições com trabalhos forçados, espancamento ou decapitação. Para os vencedores, prêmios e honrarias. Os generais recebiam a *ovação* em caso de vitória pequena. Ou o *triunfo*, em caso de grande conquista. Então, entrava com o exército na cidade em direção ao Capitólio, precedido de músicos, senadores, os carregadores de espólios e prisioneiros acorrentados; ele próprio vinha num carro puxado por quatro cavalos, vestido de púrpura, coroa na cabeça e cetro de marfim na mão: a imagem viva de Júpiter Capitolino.

A cerimônia acabava com um sacrifício, enquanto os chefes vencidos eram decapitados nas prisões.

2. As Guerras Púnicas

Cartago, fundada pelos fenícios em 814 a.C., dominava o comércio do Mediterrâneo, e seus navios chegavam até a costa ocidental da África

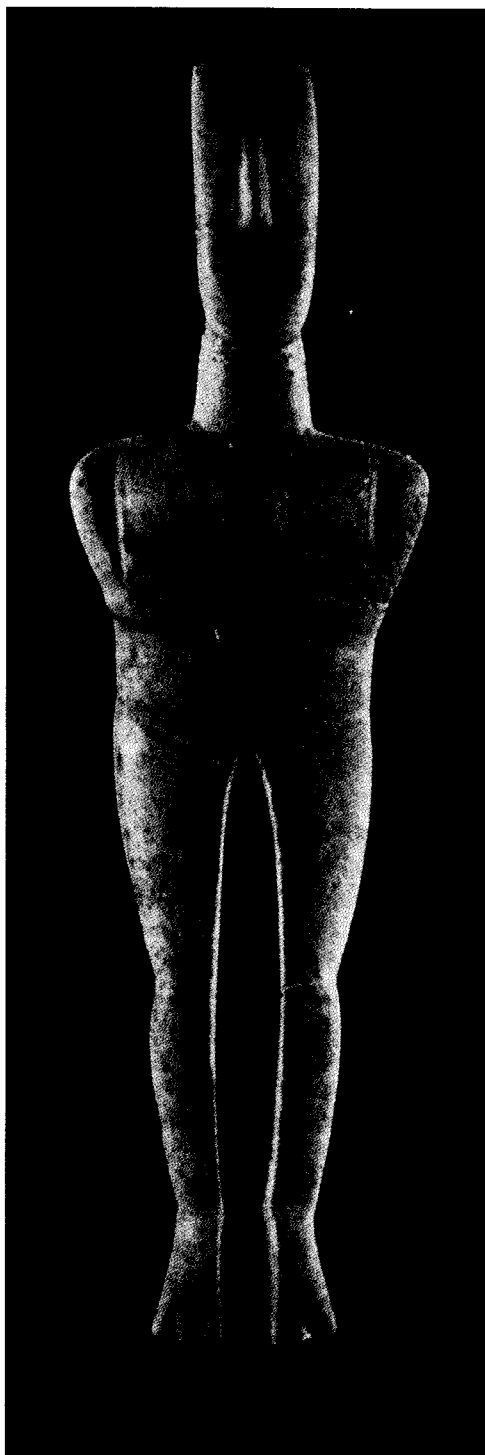
placas de barro para a escrita. Os frígios inventaram a moeda.

No campo da cultura, uma das maiores contribuições foi a invenção da *escrita*, assinalando a passagem da Pré-história para a História. Os fenícios criaram o *alfabeto*. Surgiram o *cálculo matemático*, a *geometria*, as unidades de *peso e medida*, o *calendário* lunar e o solar, os estudos de *Astronomia*, *Medicina* e *Farmácia*. Apareceram as primeiras obras de literatura, como a epopéia de *Gilgamesh*. Os grandes códigos religiosos e morais, como os de Moisés e Hamurabi. As idéias de *organização burocrática* do Estado. Houve notáveis progressos na *arte da guerra*, em que se destacaram os assírios.

No domínio moral e religioso, é preciso destacar a *tolerância religiosa* dos persas e a idéia de um *único deus* dos hebreus.

Questões propostas

1. Qual é a dificuldade que os pesquisadores encontram para reconstituir a história de Creta?
2. Quais são as duas hipóteses mais prováveis para a origem dos cretenses?
3. Resuma o nascimento, a ascensão e a queda da ilha de Creta.
4. O que sabemos da economia e da religião cretenses?
5. Quem foram os fenícios?
6. Que cidade fenícia mais se destacou?
7. Qual era o forte da economia fenícia?
8. Que grande contribuição deixaram os fenícios no campo da cultura?
9. Quem foram os hititas? Que herança original deixaram?
10. Quais as principais contribuições deixadas pelas civilizações do Oriente Médio?



Ídolo de mármore da civilização cretense.

e mesmo à Bretanha e à Noruega. A rival de Roma era um entreposto, onde se encontravam tecidos, perfumes, pedrarias, trigo da Sicília, ouro e marfim da África, estanho da Bretanha, ferro e prata da Espanha. Uma marinha de guerra protegia as rotas dos cartagineses. O exército, mercenário, tinha o reforço da cavalaria nômada e de elefantes.

1. **Primeira Guerra Púnica** (264-241 a.C.) — Cartagineses e gregos (de Siracusa) dividiam o domínio sobre a Sicília. Quando piratas italiotas ocuparam Messina, no estreito entre a ilha e a península, gregos e cartagineses se aliaram. Os piratas pediram ajuda aos romanos. Então, os gregos preferiram ficar com os romanos, temendo que a ilha caísse toda em poder dos cartagineses.

Os romanos começaram vencendo várias batalhas navais, graças à improvisação de Duílio, que adaptou ganchos e pontes aos barcos e, assim, permitiu que os pesados contingentes terrestres abordassem os navios de Cartago. Mas a ofensiva acabou em fracasso, com a prisão do cônsul Régulo. Em 241 a.C., os romanos afinal obrigaram a capitular os cartagineses comandados por Amílcar Barca, pai de Aníbal. Pelo tratado de paz, Cartago pagou pesada indenização de guerra e entregou a Sicília, a Córsega e a Sardenha.

2. **Segunda Guerra Púnica** (218-202 a.C.) — Os cartagineses aumentaram a produção das minas da Espanha, preparando a desforra. Os romanos tentaram convencer os cartagineses a limitar sua influência ao norte da Espanha, mas a missão diplomática enviada a Cartago não teve êxito. Então, Aníbal partiu de Cartagena com elefantes, 50 000 infantess e 10 000 cavaleiros. Tomou Sagunto, avançou para o norte e atravessou os Alpes, onde perdeu muitos homens e animais.

Já na Itália, derrotou os romanos em Trébia (218 a.C.) e ganhou apoio dos gauleses. Cruzando os Apeninos, bateu de novo os romanos no Lago Trasimeno e, em vez de atacar Roma, destruiu-lhe as fontes de abastecimento, na Apúlia. Ali Aníbal impôs a mais pesada derrota aos romanos, que perderam mais de 40 000 homens (Batalha de Canas,

216 a.C.). Macedônios e gregos da Sicília se aliaram a Aníbal.

A situação começou a mudar quando os romanos provocaram a rebelião das cidades gregas contra a Macedônia, privando Aníbal dessa poderosa aliada. Roma então enviou homens para Siracusa e Espanha, ao mesmo tempo em que derrotava o exército auxiliar do irmão de Aníbal, Asdrúbal, na Batalha de Metauro (207 a.C.). Isolado, Aníbal precisou voltar a Cartago, cercada pelas forças de Cipião, o Africano. Aníbal foi vencido em Zama (202 a.C.).

A paz custou caro a Cartago. Entregou a Espanha e a esquadra; e comprometeu-se a pagar indenização pesada em cinquenta anos e a não hostilizar a Numídia, reino ao norte da África que havia ajudado os romanos.

3. **Terceira Guerra Púnica** (150-146 a.C.) — Cartago voltou-se ao cultivo de suas ricas terras e não tardou para que seus produtos passassem a concorrer com os italianos, dentro da própria Itália. O Senado romano, instigado pelos proprietários de terras, procurava um pretexto para destruir Cartago. E encontrou quando os cartagineses reagiram a investidas da Numídia em suas terras, atitude considerada como violação do tratado de paz. Roma enviou um exército de 80 000 homens e exigiu: 300 reféns; todo o trigo, armas e barcos; e a retirada da população para uma faixa distante 15 quilômetros do mar. Cartago preferiu a guerra.

Sitiados por Cipião Emiliano, os cartagineses resistiram quatro anos. A luta chegou a desenrolar-se casa por casa, em meio do incêndio ateado pelos próprios cartagineses. Então, caiu a fortaleza. Os romanos fizeram 40 000 escravos; vendidos no mercado. Os proprietários de Roma ocuparam as terras. Cartago foi reduzida a província romana: a Província da África.

A Espanha foi anexada em 206 a.C. e dividida nas províncias *citeriore* e *ulterior*. *Celtiberos* e *lusitanos* resistiram mais. Em 139 a.C., Viriato, pastor e líder dos lusitanos, foi assassinado. Em 133 a.C., Numância, capital celtibera, foi destruída. Em 120 a.C., a Gália do Sul tornou-se província romana, com o nome de Gália Narbonesa.

3. A conquista do Mediterrâneo oriental

Como Filipe V da Macedônia havia ajudado Aníbal, os romanos aproveitaram para intervir em todo o Oriente Médio.

200 a.C. — Filipe V é derrotado e todas as cidades-estados gregas tornam-se independentes da Macedônia.

190 a.C. — Cipião, o Asiático, derrota Antíoco III, da Síria, que invadira a Grécia instigado por Aníbal. Antíoco retirou-se para seu reino e Aníbal tomou veneno para não cair nas mãos dos romanos.

172 a.C. — Segunda guerra contra a Macedônia, provocada pela revolta de Perseu, filho de Filipe V. Vencido, Perseu foi preso com a família e 200 000 macedônios, todos escravizados.

146 a.C. — A última revolta de macedônios e gregos termina com a criação da Província da Macedônia, com a Grécia inclusa.

133 a.C. — Átalo, rei de Pérgamo, morre sem deixar herdeiros e lega de herança aos romanos todo o seu reino, agora Província da Ásia.

Século I a.C. — Anexação dos reinos do Ponto, Bitínia e Síria como províncias. O Egito é conquistado em 30 a.C. As campanhas de Júlio César, que submeteu totalmente a Gália, completam o quadro das conquistas romanas na fase da República.

4. Organização das províncias

Os romanos costumavam fazer do país conquistado um aliado. Mais tarde, o país passava a protetorado. Finalmente, era anexado como província. Cabia então ao Senado estabelecer sua

organização. Era a *Carta Provincial*. Cada caso recebia tratamento particular.

À frente da província era colocado um *governador*, antigo cônsul (*procônsul*) ou antigo pretor (*propretor*). Tinha poder absoluto. Recebia ajuda de um legado de Roma e um questor tesoureiro. Mas em geral se servia dos amigos que trazia de Roma. Os bens confiscados se tornavam propriedade do povo romano (*ager publicus*). A província pagava um *tributo*: ora um *dízimo*, proporcional às colheitas, ora dinheiro.

O Estado não tinha organização para recolher impostos, tarefa exercida pelos banqueiros, os *publicanos*, que adiantavam uma soma ao tesouro, combinada com os questores, e depois cobravam as províncias. Conseguiram grandes lucros. Era comum os governadores e publicanos fazerem acordos para cobrar ainda mais impostos. Os tribunais romanos às vezes castigavam severamente os publicanos. Mas em geral nada faziam contra os governadores, pois tanto os juízes como os governadores eram escolhidos entre os membros do Senado.

Questões propostas

1. Resuma a primeira etapa das conquistas romanas.
2. Que vínculo mantinham as colônias dos vencidos com Roma?
3. Além de boas estradas, outro fator contribuiu para o êxito da expansão romana. Qual? Detalhe.
4. Resuma as três Guerras Púnicas.
5. Cite as principais campanhas e anexações que os romanos empreenderam em sua conquista do Mediterrâneo oriental.
6. Normalmente, como procediam os romanos com o novo país conquistado?

Capítulo 20

A evolução de Roma: a repercussão das conquistas

Era enorme a diferença entre a cidade nascida às margens do Tibre e a Roma todo-poderosa, agora senhora do Mediterrâneo. Havia transformações profundas. As instituições republicanas eram adequadas às necessidades de uma cidade-estado, mas não a um Estado que abrangia todo o Mediterrâneo.

1. A economia

As conquistas produziram enorme espólio de guerra: jóias, pedrarias, ouro, prata. Sem contar as indenizações, os escravos que enriqueciam os generais, as terras férteis repartidas entre os ricos proprietários. Os magistrados, que administravam as províncias, e os publicanos, que cobravam os impostos, também se beneficiavam. A economia, antes agropastoril, passou a apoiar-se no comércio.

Produtos das províncias convergiam para Roma, principalmente trigo africano, barato, o que liquidou a produção italiana. Os proprietários romanos passaram a produzir vinho, azeite, frutas. A balança comercial da Itália se desequilibrou: as importações superavam as exportações. O comércio de especiarias do Oriente agravava o problema, pois os romanos, não dominando aquelas regiões, não podiam forçar a volta da moeda através da cobrança de impostos. Mas, de modo geral, o balanço de pagamentos (diferença entre entrada e saída de dinheiro) seguia equilibrado, com a entrada de impostos das províncias.

Verificava-se agora profunda transformação na forma de produção. A vila tinha sido o centro da vida dos habitantes do campo e a condição básica para a posse da terra era pertencer à comunidade. Dividiam o solo em duas partes: uma para a comunidade (*ager publicus*); a outra, repartida em parcelas, era distribuída a cada cidadão romano. O indivíduo, assim, era co-possuidor das terras públicas e dono de seu lote. Mas a preservação dessa

estrutura repousava sobre a manutenção da igualdade entre os pequenos proprietários plebeus.

O desenvolvimento do comércio e as conquistas aceleraram a desigualdade entre os homens livres. Alguns perderam a propriedade e o título de cidadão romano. Generalizou-se o uso de escravos, em prejuízo do trabalho livre. A existência de uma propriedade privada do solo passou a constituir a condição mais favorável para explorá-lo. O sistema caminhava para uma nova forma de produção, baseada no trabalho escravo, resultado da dissolução do modo de produção antigo.

2. A sociedade

Surgiu uma nova classe, a dos *homens novos* ou *cavaleiros*, plebeus enriquecidos em atividades como cobrança de impostos (publicanos), fornecimento de víveres aos exércitos, arrendamento de florestas e minas públicas, construção de pontes e estradas.

A *elite patricia* tradicional também lucrou com as conquistas, pelo monopólio dos cargos públicos. Os senadores acumularam fortunas com os subornos dos particulares, aos quais concediam permissão para explorar terras públicas. Eles próprios reservavam para si latifúndios trabalhados por escravos, esperando que, com o tempo, a terra passasse a pertencer-lhes legalmente.

A classe dos *plebeus*, sustentáculo do exército romano, tendia a desaparecer. Muitos morreram nas guerras. Outros, ao voltar, ficavam endividados e nem podiam cultivar suas terras, diante da concorrência de produtos importados das províncias, especialmente o trigo. Olivais exigiam muito capital e investimento em escravos. A alternativa era vender a terra aos grandes proprietários e emigrar para Roma. Trabalho livre praticamente não havia, os escravos dominavam a produção.

A massa urbana de plebeus aumentava. O Estado fornecia pão, vinho e espetáculos no circo romano (política do "pão e circo"), para alienar a multidão, potencialmente revolucionária. Alguns ofereciam seus serviços aos ricos em troca de comida e algumas moedas (*espórtulas*). Acompanhavam seus *patronos* como guardas pessoais. Formavam a camada dos *clientes*.

Os escravos tornaram-se numerosos após as conquistas. Perderam preço e não valiam o que comiam ou vestiam. Se o proprietário não precisas-

se mais deles, achava mais econômico deixá-los morrer. Não eram considerados seres humanos, e os romanos os chamavam de *instrumentos vocais*.

3. A cultura

A sociedade romana sofreu forte influência da cultura helênica e helenística (mistura da helênica com a oriental). As casas foram aumentadas, para receber os convivas. A alimentação, antes frugal, ganhou requintes. Os romanos passaram a comer à grega: recostados, assistindo a lutas e a espetáculos musicais. A roupa ganhou enfeites. O uso de cosméticos difundiu-se entre homens e mulheres.

As conseqüências sobre a moral foram enormes. Os laços familiares se afrouxaram, multiplicaram-se os divórcios. Os ricos evitavam ter muitos filhos, para não dividir a fortuna e perder prestígio.

A influência da religião grega se manifestou na introdução dos mistérios. Os romanos passaram a tolerar as bacanais, em homenagem ao deus Baco, dando origem a orgias clandestinas. Deuses orientais começaram a suplantar os tradicionais. Escravos orientais trouxeram também suas crenças e práticas religiosas. Assim, os cultos tradicionais chegavam a ser ridicularizados.

A influência grega chegou igualmente às artes e à arquitetura. A formação intelectual dos romanos se aperfeiçoou. Escravos conduzidos a Roma eram elevados à condição de mestres (*pedagogos*) dos jovens, ampliando a influência grega.

Em vão se faziam críticas a tais mudanças; as conseqüências das conquistas eram irreversíveis.

4. A política

Os partidos que se formavam e lutavam pelo poder exploravam todos os problemas política-

mente. Os *nobres*, filhos de magistrados, tinham fácil acesso a cargos públicos. Apoiados pela clientela, elegiam-se magistrados, em geral comprando votos ou falsificando o resultado das eleições. Quando julgados, eram beneficiados pelos juízes, da mesma camada social.

Os maiores adversários dos nobres eram os *cavaleiros*, que queriam participar da política para ganhar mais poder econômico. Mas a casta parasitária dos patrícios os impedia de ocupar cargos na magistratura ou no Senado.

A *plebe* ora exigia a distribuição de terras públicas e a limitação do tamanho das propriedades dos ricos, ora se contentava com as esmolas, num comportamento instrumental nas mãos de patrícios ou cavaleiros.

Os *aliados italianos*, sofrendo as mesmas privações da plebe mas sem os mesmos direitos, passaram a exigir igualdade política com os cidadãos romanos.

A República romana estava às portas da guerra civil, que acabaria por desintegrá-la e implantaria o *regime imperial* de governo.

Questões propostas

1. Que panorama se apresentava para os romanos, do ponto de vista econômico, em conseqüência das conquistas que culminaram com o domínio do Mediterrâneo?
2. Resuma as repercussões sociais das conquistas.
3. Cite os principais fatos de ordem religiosa, moral e cultural originados da influência helênica e helenística sobre os romanos.
4. A que ponto chegou a Roma das conquistas, no aspecto político?

Capítulo 21

A evolução de Roma: as guerras civis, dos Graco a Sila

O período que vai de 133 a 27 a.C. é um dos mais conturbados da história romana: é a fase da Guerra Civil, que desintegraria a República e daria origem ao Império Romano. No processo, destacam-se cinco etapas: a tentativa de reforma dos Graco; os governos de Mário e Sila; o Primeiro Triunvirato; a ditadura de César; e o Segundo Triunvirato. Vamos analisar, neste capítulo, as duas primeiras fases.

1. A tentativa de reforma dos Graco

Depois das transformações resultantes da conquista do Mediterrâneo, alguns senadores concluíram que a estrutura do Estado precisava de reformas. Uma das primeiras medidas, a votação secreta nas Assembléias, permitiu a eleição de magistrados bem-intencionados, como os irmãos Tibério e Caio Graco.

De origem nobre, Tibério Graco foi bem educado; seu modelo de conduta era o ateniense Péricles. Eleito tribuno da plebe em 133 a.C., propôs que o limite de posse fosse fixado em 125 hectares, mais 62,5 hectares para cada filho do arrendatário (*hectare* é medida de superfície correspondente a 100 ares, ou 10 000 m²). As terras que excedessem a tais limites voltariam às mãos do Estado, que as redistribuiria aos pobres do campo e da cidade, 7,5 hectares para cada um. Uma comissão faria o recadastramento das terras públicas. Para permitir aos pobres a exploração das terras, o Estado distribuiria a eles o tesouro de Pérgamo, deixado pelo soberano daquele reino como herança ao povo romano.

Essa *reforma agrária* não interessava aos ricos ocupantes de terras públicas: eles subornaram o tribuno Otávio para que vetasse a lei. Tibério conseguiu que a Assembléia da Plebe destituisse Otávio, e a lei passou. Mas, com isso, Tibério cometeu sacrilégio, pois o tribuno era inviolável, não podia ser deposto.

Ao mesmo tempo, Tibério conseguiu da Assembléia novo mandato de tribuno (132 a 131 a.C.), cometendo nova ilegalidade, pois a lei proibía a reeleição. Os inimigos ficaram mais furiosos ainda quando a Assembléia elegeu como tribunos também o irmão de Tibério, Caio Graco, e seu cunhado.

Sem apoio dos camponeses, presos ao trabalho no campo, e sem apoio da plebe urbana, desinteressada de voltar à agricultura, Tibério tornou-se alvo fácil dos adversários, que o acusaram de tirania. Senadores e nobres, com seus clientes e escravos, cercaram Tibério e seus partidários no Capitólio e os massacraram.

Reeleito em 123 a.C., Caio Graco retomou as teses do irmão, cuidando de buscar apoio mais amplo. Já não havia o problema da reeleição, pois uma lei de 125 a.C. a permitia indefinidamente. Caio começou pelos cavaleiros, dando-lhes direito de participar nos tribunais encarregados de julgar a administração do dinheiro público nas províncias. Agradou aos aliados italianos, propondo a concessão da cidadania romana completa aos latinos e a cidadania romana sem direito a voto aos demais povos da confederação itálica.

Com apoio de cavaleiros e latinos, Caio aplicou a lei de reforma agrária em Cápua e Tarento; reduziu o preço do trigo com a *lei frumentária* (de *frumentum*, trigo); e, reeleito em 122 a.C., iniciou a fundação de uma colônia em Cartago. Os adversários o acusaram de sacrilégio, pois as terras cartaginesas eram consideradas malditas.

Os patrícios impediram a concessão de cidadania aos latinos, contando com o egoísmo da plebe, que não queria ver mais gente beneficiada com a política de pão e circo. Perdendo a reeleição, Caio tentou um golpe, gerando conflito social. O Senado decretou estado de sítio e deu plenos poderes aos cônsules, representantes dos interesses da nobreza. Caio e seguidores refugiaram-se no Monte Aventino, onde foram liquidados; Caio ordenou a um escravo que o matasse.

Se bem-sucedida, a primeira tentativa de reforma do Estado romano poderia ter transformado o regime em República democrática do mesmo tipo que a de Atenas, em que os tribunais populares concentravam o maior poder. Os interesses das camadas privilegiadas e a falta de consciência política da plebe fizeram as reformas fracassar.

2. Os governos de Mário e de Sila

Os patrícios não conseguiam resolver a crise, enquanto os generais vitoriosos nas guerras usavam o prestígio para fazer carreira política. Mário era um exemplo. Homem novo, tinha o apoio de Metelo, chefe de tradicional família. Destacara-se ao derrotar Jugurta, soberano da Numídia, reino do norte africano, em 106 a.C.

Nessa época, começava a invasão dos cimbros e teutões, povos de origem germânica, contra os quais pouco podia o exército romano, enfraquecido nas demoradas guerras contra Jugurta. Mário reformou o exército, profissionalizado, com mercenários alistados por 25 anos. Os legionários agora recebiam salário, participação nos espólios e terra para a aposentadoria. A legião passou a compor-se de 6 000 homens, ou dez coortes de 600 soldados; cada corte com três manípulos, subdivididos em duas centúrias cada um. A cavalaria era fornecida pelos aliados.

O exército tornou-se assim um instrumento de ação política nas mãos dos comandantes, que determinavam contingentes, salário, espólio a ser distribuído e tamanho do lote para a aposentadoria.

A guerra contra Jugurta, encerrada definitivamente em 105 a.C., havia dado tanto prestígio a Mário que ele foi eleito cônsul sem estar presente em Roma, o que era proibido. De 105 a 100 a.C., foi reeleito todos os anos, por seis vezes, o que também era proibido, pois deveria haver um intervalo de dez anos entre um consulado e outro. Mário ficou ainda mais popular ao derrotar cimbros e teutões. Mas o Senado o detestava, por ter origem plebéia, e Mário aliou-se ao partido popular, em busca de apoio. Em 99 a.C., ele afastou os líderes daquele partido, por excesso de demagogia, o que descontentou os aliados.

Sila, membro de família patrícia empobrecida, havia dedicado a vida aos prazeres e ingressou tardiamente na política. Subalterno de Mário na África, lá ficou como questor (foi quem capturou Jugurta). As *Guerras Sociais* (91-88 a.C.) o projetaram politicamente. Elas começaram com a revolta dos aliados: haviam combatido com bravura e Roma não lhes dava proteção alguma. Recebiam parte ínfima dos espólios e os magistrados os tratavam com arrogância. Exigiam igualdade com os romanos.

A violência eclodiu em 91 a.C. A Itália central

se levantou em armas. Os povos da região organizaram confederação própria, com Senado, cônsules, moeda e capital, Itálica. Após dois anos de atrocidades de ambos os lados, Sila liderou a vitória dos romanos, obrigados porém a conceder aos aliados a cidadania completa.

Com apoio dos patrícios, Sila elegeu-se cônsul em 88 a.C. Recebeu o comando da Província da Ásia e a incumbência de organizar uma campanha contra o Reino do Ponto, cujo soberano, Mitridates, vinha adotando uma política expansionista. Massacrara 80 000 colonos romanos na Ásia Menor e instigava a Grécia a rebelar-se contra Roma.

Mário, ambicionando esse comando especial, levou a Assembléia Tribúncia a cassar os direitos de Sila, que recrutava tropas no sul da Itália. Sila avançou sobre Roma e, pela primeira vez, um comandante invadiu o recinto sagrado da cidade. Mário refugiou-se na África. Sila pôs os amigos no poder e partiu para a guerra contra Mitridates.

Aproveitando-se da ausência de Sila e apoiando-se em partidários e em Cina, líder popular, Mário fez um terrível expurgo no Senado e se fez eleger cônsul. Morreria em seguida (86 a.C.). Seus partidários mantiveram-se no poder.

3. Sila ditador

Sila tomou Atenas, derrotou o Rei Mitridates e, ao voltar a Roma em 82 a.C., precisou vencer os partidários de Mário. Logo tratou de se livrar dos inimigos. Organizou uma lista de proscritos, que incluía 90 senadores e mais de 2 600 cavaleiros. Seus bens foram confiscados e os descendentes excluídos da vida pública. Os neutros também foram cassados. Os amigos de Sila enriqueceram, os veteranos receberam terras e os escravos dos proscritos foram libertados.

Sila estava com poder quase ilimitado, pois havia recebido do Senado a ditadura. Suas principais medidas:

- a) elevou o número de senadores para 600;
- b) estabeleceu limites de idade para o exercício da questura (29 anos) e do consulado (42), mantendo o intervalo de dez anos entre um e outro mandato;
- c) revogou o direito dos cavaleiros de cobrar impostos na Ásia e vetou-lhes o acesso aos tribunais;
- d) revogou o poder dos tribunos da plebe;

e) combateu o relaxamento moral, a anarquia e a violência.

Os amigos queriam elevar Sila à condição de monarca. Mas ele se retirou da vida pública e morreria um ano depois, em 79 a.C., na Sicília.

A restauração do poder senatorial durou pouco. Na verdade, Mário e Sila demonstraram que os principais instrumentos do poder eram a plebe urbana e o exército. A história de Roma seria, a partir de então, a história de políticos ambiciosos que buscavam o domínio do Estado mediante o controle daqueles dois instrumentos.

no? Resuma: sua proposta; os meios que empregou para manter-se no poder; seu fim.

2. Faça o mesmo resumo acima em relação ao segundo grande reformador romano. Que grau de parentesco tinha com o primeiro? Que proposta tentou realizar? Como terminou seu governo?
3. Que personagens ascenderam em prestígio com o fracasso dos patrícios em resolver a crise política de Roma? Qual foi o primeiro que se destacou?
4. Resuma a ascensão e o fim de Sila.
5. O que mostrou o período em que Mário e Sila governaram? O que seria a história romana depois deles?

Questões propostas

1. Quem foi o primeiro grande reformador roma-



Lúcio Cornélio Sila.

Capítulo 22

A evolução de Roma: as guerras civis de Sila ao Segundo Triunvirato

Os sucessores de Sila enfrentaram muitos problemas. Novos líderes surgiram:

Licínio Crasso — Despontou como chefe do partido popular após receber um comando especial para combater os escravos que, liderados por Espártaco, se rebelaram no sul da Itália em 73 a.C. Licínio venceu Espártaco e 6 000 escravos foram crucificados ao longo da Via Ápia.

Pompeu — Havia ajudado Sila contra Mário. Em 77 a.C., sem ter sido cônsul nem pretor, recebeu um poder proconsular indefinido para combater Sertório, antigo lugar-tenente de Mário rebelado na Espanha com apoio da população. Voltou vitorioso e ajudou a eliminar bandos de escravos remanescentes das tropas de Espártaco.

Pompeu e Crasso, feitos cônsules em 70 a.C., restabeleceram o poder dos tribunos; distribuíram os tribunais entre senadores, plebeus ricos e cavaleiros; o plebiscito voltou a ter força de lei. Em 67 a.C., Pompeu ainda combateu piratas que haviam ocupado a Sicília e, em seguida, combateu em nova guerra contra Mitridates no Oriente.

Júlio César — Sua família dizia-se descendente de Enéias. Sobrinho de Mário, ligou-se ao partido popular e, sem recursos, contraiu dívidas para fazer carreira. César queria ser rei. Daí a aliança com o partido popular, que mais se prestava a seus objetivos.

Cícero — Homem novo, advogado em Roma, ficou famoso num processo contra Verres, governador que havia espoliado os cidadãos da Sicília. Seus ideais políticos o tornavam um enérgico defensor do regime republicano e da Constituição. Em 63 a.C., elegeu-se cônsul pelo partido aristocrático, batendo Crasso e

César, que tinham apoio de Lúcio Sérgio Catilina.

Catilina — Derrotado em novas eleições, preparou uma conspiração, que incluía assassinar Cícero e incendiar Roma. No caos, ele pretendia tomar o poder. Descoberto o plano, Catilina foi desmascarado no Senado por Cícero, que fez um discurso célebre. Com provas escritas, Cícero mais tarde fez aprisionar os partidários de Catilina, executados em Roma. Uns 3 000 escaparam, mas foram liquidados na Etrúria, inclusive Catilina.

1. O Primeiro Triunvirato

Júlio César subiu depressa: Pontífice Máximo, pretor, propretor na Espanha e cônsul. Pompeu havia voltado do Oriente; o Senado desaprovava seu trabalho de reorganizar as províncias orientais. O ambicioso Crasso fez uma aliança secreta com César e Pompeu, a fim de tomar o poder do Senado: nascia o *Primeiro Triunvirato* em 60 a.C.

César conseguiu para si o comando de um exército que, em 58 a.C., partiu para a conquista descrita em sua obra *De Bello Galico* (A Guerra da Gália). Gauleses liderados por *Vercingétorix* resistiram bravamente. Derrotados na Batalha de Alésia, foram vendidos como escravos, e o líder gaulês ficou prisioneiro em Roma por seis anos. Foi assassinado depois do triunfo final de César, que organizou um exército poderoso com os impostos cobrados aos gauleses.

Em 55 a.C., o triunvirato se reorganizou. Pompeu ficou com a Espanha; Crasso, com a Síria; César, com a Gália. Em 53 a.C., Crasso morreu combatendo os partas, povo que reconstruiu o Império Persa. Uma crise sobreveio, agravada pela ação de bandos armados que espalhavam o terror em Roma. O Senado nomeou Pompeu cônsul único, com a missão de restabelecer a ordem. Em 49 a.C., o Senado confiou a Pompeu a defesa da República contra as ambições de César.

César tinha tropas fiéis na Gália. Com apoio delas, invadiu a Itália, em 49 a.C. Ao atravessar o Rubicão, rio que separava a Itália da Gália Cisalpina, pronunciou a famosa frase *Alea jacta est* ("A sorte está lançada"). César queria dizer que, passado o limite das terras sobre as quais

exercia sua soberania, não pretendia mais voltar atrás. Pompeu e parte do Senado refugiaram-se na Grécia. César os perseguiu e venceu. Pompeu conseguiu chegar ao Egito, onde ministros do faraó Ptolomeu o assassinaram. César desembarcou em Alexandria, derrubou Ptolomeu e pôs Cleópatra no poder.

Restavam as províncias governadas por aliados de Pompeu. César dominou a Ásia em 47 a.C. e, ao vencer Farnaces II, rei do Ponto, disse outra frase célebre: *Veni, vidi, vinci* ("Vim, vi, venci"). Na África, César venceu os seguidores de Pompeu na Batalha de Tapsus. Recebido triunfalmente em Roma, tornou-se ditador por dez anos. Em 45 a.C., bateu os últimos seguidores de Pompeu na Batalha de Munda, Espanha.

2. A ditadura de César

César, que já era Pontífice Máximo, passou a acumular títulos, como os seguintes, concedidos pelo Senado: *Ditador Perpétuo*, que lhe permitia reformar a Constituição; *Censor Vitalício*, que lhe dava direito de fazer a lista de senadores; *Cônsul Vitalício*, pelo qual podia exercer o *Imperium*, o comando do exército, dentro de Roma e nas províncias.

Com tais poderes, César tinha privilégios especiais: usar sempre as vestes triunfais, aquelas que o general só usava durante o desfile de triunfo; sua estátua podia ser posta nos templos; e ele podia ser honrado como um deus, com o nome de Júpiter Julius.

César usou tais poderes para iniciar numerosas reformas. Acabou com a guerra civil. Começou a construção de obras públicas e pôs as finanças em ordem. Proibiu o abuso do luxo e diminuiu para 150 000 o número de cidadãos com direito a trigo gratuito. Obrigou os proprietários a empregar homens livres e promoveu a fundação de colônias. Reformou o calendário, dando seu nome ao sétimo mês (julho) e introduzindo um ano bissexto a cada quatro anos.

César procurou também unificar o mundo romano. Chegou a colocar gauleses no Senado. Nomeava pessoalmente os governadores e os mantinha sob controle, para evitar que espoliassem as províncias.

Para tornar-se rei, título que era sinônimo de traição depois que o Senado havia abolido a

Monarquia, César procurou ajuda de um amigo, o general Marco Antônio. Este instigou a plebe contra o Senado. Em 44 a.C., Antônio ofereceu a César um diadema de rei, em público. Os murmúrios foram tão intensos, que César recusou o presente. Os defensores da República uniram-se sob a liderança de Cássio e Bruto. Em 15 de março de 44 a.C., César foi chamado ao Senado. Ao chegar, um grupo de senadores o matou a punhaladas.

3. O Segundo Triunvirato

Os assassinos de César não tomariam o poder. Marco Antônio sublevou o povo contra eles, usando um argumento poderoso: leu em público o testamento de César, que deixava sua fortuna ao povo de Roma. Cássio fugiu para a Síria; Bruto, para a Macedônia; Bruto Albino, para a Gália Cisalpina, onde Marco Antônio o cercou, em Módena.

A conselho de Cícero, o Senado entregou o poder ao sobrinho de César e seu herdeiro, Caio Otávio, que parecia não ter ambições políticas. Os senadores pensavam que seria um instrumento em suas mãos. Otávio atacou Antônio em Módena, mas depois fez aliança com o próprio Antônio e com Lépido, banqueiro que havia fornecido dinheiro para a guerra contra os assassinos de César. Estava formado o *Segundo Triunvirato*, que duraria cinco anos.

Otávio ficou com as províncias da Sicília e África; Antônio, com a Gália Cisalpina; Lépido, com a Gália Narbonesa e a Espanha. Cerca de 130 senadores e 2 000 cavaleiros foram cassados. Inclusive Cícero: suas mãos, que haviam escrito contra Antônio, foram cortadas; acabou assassinado. Antônio derrotou Cássio e Bruto, que se haviam refugiado na Macedônia. Em 40 a.C., os triúmviros redividiram o Império, com o Acordo de Brindisi. Antônio ficou com o Oriente; Lépido, com a África; e Otávio, com o Ocidente. A Itália foi considerada neutra.

No ano seguinte, Sexto Pompeu recebeu Sicília, Córsega e Sardenha, em troca de fornecimento de trigo a Roma (Sexto dominava o comércio de trigo africano). Mas, dois anos depois, Antônio e Otávio fizeram novo acordo e se livraram de Sexto, que perdeu o comércio de trigo para Lépido, nomeado Pontífice Máximo.

Otávio tinha arranjado o casamento da irmã, Otávia, com Antônio, para garantir a fidelidade dele. Antônio, porém, separou-se de Otávia em 36 a.C. para casar com Cleópatra. Depois, fez algumas expedições contra os partas, sem sucesso. Tinha deixado seu testamento em Roma, guardado pelas vestais. Otávio se apoderou do testamento. Ali, Antônio deixava sua herança a Cleópatra, nomeada também regente do filho dela com César, Cesarion, a quem Antônio considerava igualmente herdeiro.

Revoltado, Otávio partiu para combater Antônio. Em Ácio, perto da Grécia, Antônio foi derrotado e fugiu com Cleópatra para o Egito. Otávio os seguiu; quando suas tropas tomavam Alexandria, Antônio e Cleópatra se suicidaram.

Otávio considerou o Egito sua conquista pessoal. Apoderou-se do tesouro dos faraós, acumulado durante milênios, e com a fortuna organizou 70 legiões. Agora tinha um poder indestrutível. Os celeiros egípcios passaram a alimentar a plebe

romana. Otávio voltou a Roma em triunfo, recebido como um deus.

Mas, ao atribuir tanto poder a Otávio, a República romana estava a um passo de se transformar em Império.

Questões propostas

1. Quais os cinco políticos que se destacaram depois da morte de Sila? Aponte alguns fatos ou características pessoais associados a cada um.
2. Resuma a formação e a evolução do Primeiro Triunvirato.
3. Como se desenrolou a ditadura de César?
4. Resuma o desenrolar do Segundo Triunvirato.



Gravura do século XVIII representando o assassinato de Júlio César

Capítulo 23

A evolução de Roma: o Alto Império Romano

A conquista do Egito deu a Otávio o controle das duas maiores fontes de poder: o exército e a plebe romana. Surgia nova forma de governo, exercido pelo comandante do exército, o *imperator*. Mas Otávio procurou disfarçar tanto poder. Manteve a aparência republicana. Em Roma, governava como cidadão da República; nas províncias, como comandante. O Senado acumulou-o de títulos e poderes:

- *Poder Tribunício*, tornava o imperador sacrossanto e inviolável.
- *Império Proconsular*, dava-lhe o comando absoluto do exército em todas as províncias.
- *Pontífice Máximo*, conferia-lhe a chefia da religião romana.
- *Princeps Senatus*, dava-lhe o privilégio de primeiro cidadão do Estado e o direito de governar o Senado.
- *Imperator*, título reservado a generais vencedores e conferido a Otávio pelos soldados.

Em 27 a.C., Otávio recebeu o título de *Augusto* (escolhido dos deuses). Só os deuses mereciam tal título até então. O fato marca o fim da República e o início do principado; e inaugura o culto ao imperador, normal entre povos do Oriente, mas excepcional em Roma. Além dos antepassados da família (lares), os romanos passaram a cultuar em casa a pessoa do imperador. Quando Otávio morreu, em 14 d.C., recebeu a *apoteose*, isto é, o direito de ter um lugar entre os deuses.

1. O governo de Augusto (27 a.C.-14 d.C.)

As numerosas reformas de Augusto mudaram totalmente a antiga organização republicana.

1. *Administração* — Os magistrados passaram a ter funções puramente civis. O poder do Senado se reduziu ao controle administrativo da Itália e do *aerium* (tesouro público) e à emissão de moedas de cobre. Só o imperador podia

emitir moedas de ouro e prata e controlava o *fiscus* (tesouro imperial).

Foi criado o *Conselho do Imperador*, composto por amigos dele e mais importante que o próprio Senado. Augusto criou outros cargos: Prefeito da *Cidade*; Prefeito do *Pretório* (comandava as tropas que defendiam Roma); Prefeito das *Vigílias* (encarregado da polícia noturna e da luta contra incêndios); Prefeito da *Anona* (abastecimento).

2. *Províncias* — Foram divididas em civis e militares. As civis eram governadas pelo Senado e também pelo imperador, que tinha o título de *Princeps Senatus*; gozavam de paz e dispensavam tropas de ocupação. As militares ou imperiais eram governadas pelo imperador, que nomeava os governadores, *legati Augusti* (legados de Augusto).

Augusto controlava as províncias. Os governadores deviam passar em Roma e apresentar relatórios. Ele mesmo fez diversas viagens de inspeção. O Estado passou a recolher os impostos, antes cobrados pelos publicanos, agentes particulares. A arrecadação aumentou e diminuiu a exploração dos habitantes das províncias. Augusto criou também novos impostos: 5% sobre heranças e 1% sobre vendas.

Augusto aperfeiçoou a justiça e criou um correio, que lhe permitia um controle mais eficiente da administração.

3. *Sociedade* — Para hierarquizar a sociedade, Augusto trocou o critério de nascimento pelo econômico, isto é, os cidadãos teriam direitos proporcionais aos seus bens. Surgiram assim três ordens sociais: Senatorial, Equestre e Inferior.

A ordem *Senatorial* era composta de cidadãos com fortuna de mais de 1 milhão de sestércios (sestércio era uma moeda romana de prata). Estes tinham privilégios políticos e direito de usar a tarja de púrpura na toga. Cidadãos da ordem *Equestre*, com fortuna superior a 400 000 sestércios, tinham direito a alguns cargos públicos e usavam cor azul. Quem possuía menos de 400 000 sestércios não tinha direito algum, era da ordem *Inferior*.

4. *Cultura* — Augusto tomou medidas contra o relaxamento de costumes. Encorajou famílias numerosas e a volta ao campo. Mandou punir as adúlteras. As medidas o tornaram impopular. Ele também estimulou o culto aos deuses

tradicionais e combateu a introdução de deuses estrangeiros.

A paz trouxe grande desenvolvimento cultural. O imperador promovia a cultura junto com seu amigo *Mecenas*, que sustentava escritores e poetas sem recursos. **Virgílio** escreveu as *Bucólicas* e as *Geórgicas*, elogios da vida no campo, e a *Eneida*, em que cantou a fundação de Roma por Enéias, herói de Tróia. **Tito Lívio** narrou a história de Roma. **Horácio** publicou as *Odes*, que tratam da amizade e contêm conselhos e reflexões filosóficas.

5. **Política exterior** — O exército, permanente, passou a compor-se de soldados profissionais, não de mercenários, e de homens recrutados também nas províncias. Ao fim de 25 anos de serviço, recebiam um dote em terra ou dinheiro. As legiões, com um total de 300 000 legionários, se distribuíam ao longo das fronteiras do Império, para garanti-las contra os bárbaros.

Pode-se dizer que Augusto parou com as conquistas. Procurou apenas definir bem as fronteiras. Para proteger a Gália, invadiu a Germânia. Depois de algumas vitórias, a expedição de Varo contra Armínio acabou em desastre, com três legiões massacradas. Então, Augusto desistiu da Germânia e fixou as fronteiras no Rio Reno. Ao norte do Império, o Rio Danúbio delimitava a fronteira. No Oriente, Augusto anexou a Galácia e a Judéia; estabeleceu a soberania sobre a Armênia; os limites nessa parte da Ásia iam até o Rio Eufrates, além do qual viviam os partas.

2. A Dinastia Júlio-Claudiana (14-68)

Não querendo instituir o princípio da hereditariedade, Augusto escolheu o critério da adoção, para preparar seu sucessor.

Tibério (14-37) — Filho adotivo de Augusto, foi aprovado sucessor pelo Senado. Bom administrador, executou os planos deixados por Augusto. O povo e o Senado se voltaram contra ele quando foi acusado da morte do general Germanicus. Desencadeou perseguições, chefiadas por seu ministro Sejano.

Calígula (37-41) — Filho de Germanicus. Parou com as perseguições iniciadas por

Tibério. Dando sinais de desequilíbrio mental, passou a perseguir senadores ricos. Queria transformar-se em monarca no estilo oriental, vestindo-se como Apolo ou Júpiter. Oficiais da guarda pretoriana o mataram.

Cláudio (41-54) — Tio de Calígula, posto no poder pela guarda pretoriana, fiel à família de Augusto. Cláudio então deu presentes à guarda. Estava instaurada a intervenção dos militares na sucessão. Cláudio conquistou a Bretanha e a Mauritânia, aperfeiçoou a administração e realizou obras públicas. Seu círculo pessoal era formado por libertos a quem concedeu riquezas, o que irritava muita gente. Mandou executar sua mulher Messalina, mãe de Britannicus, por causa de seu comportamento imoral. Casou então com Agripina, que já tinha um filho, Nero, indicado sucessor em prejuízo de Britannicus. Acabou envenenado pela própria mulher Agripina.

Nero (54-68) — Fez bom governo durante cinco anos, ajudado pelo filósofo Sêneca e pelo general Burro. Depois, revelou-se um tirano perverso. Mandou matar o irmão Britannicus, a mãe Agripina, a primeira e a segunda mulheres, seus mestres Sêneca e Burro. Os desmandos provocaram revolta no exército e no Senado. Foi obrigado a suicidar-se.

3. A Dinastia dos Flávios (69-96)

Em 68, ainda no governo de Nero, começou na Gália uma crise militar. Motivo: a indicação dos imperadores. Cada exército queria agora se manifestar e cada um tinha seu candidato: Galba, comandante do exército da Espanha; Otão, protegido pela guarda pretoriana; Vitélio, proposto pela Gália e Germânia; e Vespasiano, do exército do Oriente.

Vespasiano (69-79) — Pertencia à família dos Flávios, oriundos dos cavaleiros e não da aristocracia. Restaurou a paz, depois da guerra civil causada pela sucessão. Confiou ao filho Tito a tarefa de sufocar uma revolta dos judeus. Tito destruiu Jerusalém e dispersou seus habitantes. Através de impostos e limitação de gastos públicos, Vespasiano restaurou as finanças do Império.

Tito (79-81) — Pacífico, ótimo governante. Em seu governo, o Vesúvio soterrou as cidades de Pompéia e Herculano.

Domiciano (81-96) — Pretendeu governar como soberano absoluto. Foi duro com senadores e filósofos, cristãos e judeus. Defendeu as fronteiras do Danúbio, do Reno e da Bretanha. Foi assassinado durante uma conspiração palaciana.

4. A Dinastia dos Antoninos (96-192)

O século dos Antoninos marcou o apogeu do Império. Provincianos, eram originários da Gália e da Espanha. O senador Nerva iniciou a dinastia; governou de 96 a 98 e adotou Trajano, que o sucedeu.

Trajano (98-117) — Ótimo administrador, respeitou as instituições. Introduziu o crédito agrícola, a juros baixos, com benefícios para os pobres. Empreendeu conquistas militares, anexando a Dácia. Guerreou o Império Parta e anexou a Armênia e a Alta Mesopotâmia.

Adriano (117-138) — Homem pacífico. Viajou muito pelas províncias. Suspendeu as campanhas militares além do Rio Eufrates. Em 137, sufocou nova revolta dos judeus, desta vez expulsos da Palestina. Construiu na Bretanha a Muralha de Adriano, com mais de 100 quilômetros, para proteger as terras conquistadas contra os habitantes das terras altas (atuais Escócia e País de Gales).

Antonino Pio (138-161) — Foi quem deu nome à dinastia. Imperador de comportamento exemplar, religioso, daí o cognome de Pio (piedoso). Procurou fortalecer os cultos tradicionais.

Marco Aurélio (161-180) — Filósofo, tinha ideais de justiça e bondade. Protegeu os órfãos e os pobres, mas perseguiu os cristãos. Enfrentou os bárbaros que tentavam invadir a fronteira do Danúbio. Morreu em campanha.

Cômodo (180-192) — Filho de Marco Aurélio, destacou-se pelo mau comportamento. Di-

vertia-se combatendo gladiadores na arena. Desprezou o Senado e eliminou muitos de seus membros. Acabou assassinado numa das muitas conspirações que enfrentou.

5. A Dinastia dos Severos (193-235)

No lugar de Cômodo, as legiões do Danúbio puseram Septímio Severo, seu comandante. O novo imperador recompensou regamente suas tropas. Severo também desprezou o Senado e governou com apoio do exército.

Seu filho e sucessor Caracala concedeu a cidadania romana a todos os habitantes do Império em 212. Morreu assassinado. O mesmo fim do sucessor Severo Alexandre, bem-intencionado mas sem apoio político e militar.

Na época dos Severos, o imperador era um soberano do tipo oriental, apoiado na burocracia e no exército. O Senado reduziu-se a conselho municipal de Roma. Grandes dificuldades econômicas se avizinhavam. As camadas urbanas fugiam da tributação, indo para o campo. A falta de dinheiro obrigava o governo a emitir, causando inflação. A pressão dos bárbaros nas fronteiras aquecia a crise, que aumentaria a partir do século III.

Questões propostas

1. O que marcou o Império? Como o Senado tratou Otávio?
2. Em que consistiu a reorganização administrativa promovida por Otávio quanto a: funções do Senado; governo da cidade de Roma; Conselho do Imperador; províncias; impostos; hierarquia social; política externa?
3. No plano cultural, que influência Augusto exerceu?
4. Resuma a Dinastia Júlio-Claudiana.
5. Resuma a Dinastia dos Flávios.
6. Resuma a Dinastia dos Antoninos.
7. Resuma a Dinastia dos Severos.

Capítulo 24

A evolução de Roma: o cristianismo

O cristianismo surgiu na Palestina, região conquistada pelos romanos e anexada em 40 a.C. ao Reino da Judéia, governada por Herodes, o Grande. Com sua morte, o reino foi dividido entre os filhos; Herodes Antipas ficou com a Galiléia, onde viveu Jesus.

Os judeus eram apegados às tradições religiosas. Numerosas seitas os dividiam: *saduceus*, classe aristocrática de onde saíam os membros do Sinédrio, o tribunal; *fariseus*, nacionalistas, anti-estrangeiros, de vida regulada nos mínimos detalhes; *zelotas*, defensores de um Estado teocrático, praticantes de atentados; *essênios*, comunidade celibatária e ascética; *batistas*, penitentes do deserto à espera do Messias.

De modo geral, todos esperavam o Messias, ou Cristo, anunciado pelos profetas como aquele que daria ao povo judeu o domínio sobre a Terra. Seria o Reino de Jeová e dos Justos.

1. Vida e lições de Jesus

Segundo os Evangelhos, Jesus nasceu em Belém e foi morar em Nazaré, na Galiléia. Com 30 anos, iniciou suas pregações e recrutou um grupo de seguidores, os apóstolos (enviados). Jesus se dizia o Messias, Filho de Deus, e anunciava que seu reino era no Céu, não na Terra. Era difícil para o povo da época separar o poder político da religião. Para os romanos, o imperador era um deus. Assim, Jesus tornava-se suspeito às autoridades. Condenado pelo Sinédrio e sob autorização do procurador romano Pôncio Pilatos, Jesus foi crucificado no Monte Calvário. Segundo os Evangelhos, ressuscitou no terceiro dia e quarenta dias depois subiu ao Céu.

A doutrina de Jesus era universal. Insistia no desapego dos bens materiais, perdão às ofensas e amor ao próximo. Jesus encarregou seus doze apóstolos de ensinar que o Filho de Deus se tornou homem e foi crucificado para salvar a Humanidade.

O cristianismo se irradia

Os apóstolos passaram a reunir-se, provocando a perseguição dos saduceus. Para organizar a nova Igreja, os apóstolos escolheram fiéis mais dedicados, os *diáconos*. Um deles, Estêvão, acusou os sacerdotes do Templo de ter condenado o Messias à morte. As perseguições aumentaram e a comunidade cristã se dispersou.

Os apóstolos se disseminaram entre os pagãos, para pregar o Evangelho (do grego *euangelos*, a Boa Nova: cada um dos quatro livros do Novo Testamento, em que estão expostas a vida e a doutrina de Jesus). Destacou-se o trabalho de Paulo, convertido após ter sido um perseguidor dos cristãos. De volta a Jerusalém, depois de viajar pela Ásia Menor, Chipre, Atenas e Corinto, foi denunciado pelo Sinédrio e preso. Paulo apelou para seu direito de cidadão romano e foi enviado a Roma. Lá, foi decapitado. Seu trabalho foi importante para o cristianismo. Escreveu as *epístolas* (cartas), aos gálatas, aos coríntios, aos romanos. Desenvolveu a teoria do universalismo, demonstrando que o dom de Deus não era privilégio de uma raça eleita.

Importante também foi o trabalho do pescador Pedro, encarregado por Jesus de construir sua Igreja. Pedro foi a Roma, converter os pobres, os escravos. Foi preso e crucificado.

Num espaço de 249 anos, os cristãos sofreram uma dezena de grandes perseguições, a primeira delas durante o governo de Nero, em 64.

2. Fatores das perseguições

A principal razão é que o cristianismo se opunha ao paganismo. Os cristãos se recusavam a adorar os deuses protetores de Roma e a aceitar a origem divina do poder do imperador.

Uma razão particular foi a prática do culto secreto, reservado aos *iniciados*, isto é, aos catequizados e batizados. Isto levantava suspeitas, pois a maioria dos cristãos era formada de pobres e escravos.

As revoltas de escravos eram temidas. Havia o exemplo de Espártaco. O culto cristão ganhou um caráter subversivo. Os pagãos acusavam os cristãos de adorar a cabeça de um asno, de assassinar crianças em cerimônias orgíacas. Tornou-se comum martirizar cristãos nos circos,

diante da plebe. Quando Roma ardeu em mais um incêndio, durante o governo de Nero, a massa revoltada exigiu a punição dos culpados. E Nero mandou queimar cristãos vivos, untados com óleo de peixe.

Os cristãos resistiam ao sofrimento sem o menor gemido. Entregavam-se a Deus, na certeza da salvação. Os piores martírios eram o azorrague, chicote que fazia sangrar até a morte; a exposição às feras; o ferro em brasa nas partes mais sensíveis do corpo; a cadeira de ferro incandescente em que eram obrigados a se sentar.

Os pagãos foram mudando de opinião. A resistência ao sofrimento foi considerada como reflexo do poder de Deus. Em resultado, quanto mais intensas eram as perseguições, mais aumentava o número de convertidos.

Em geral, as perseguições coincidiam com as crises econômicas, que aumentavam as pressões sociais e políticas. Serviam como válvula de escape para essas pressões. Depois de Nero em 64, outros imperadores que mandaram martirizar cristãos foram: Domiciano, Trajano, Marco Aurélio, Septímio Severo, Maximino da Trácia, Décio, Aureliano, Valeriano e Diocleciano. Este último, entre 303 e 305, destruiu igrejas, assassinou milhares de cristãos e obrigou-os a oferecer sacrifícios aos deuses.

Em 313, Constantino publicou o Edito de Milão legalizando o cristianismo. Diz a lenda que o imperador viu no céu uma cruz com a inscrição *Com este símbolo vencerás*, durante a Batalha da Ponte Mílvia, em que venceu o inimigo na disputa do trono. Então, converteu-se. O progresso do cristianismo se acelerou. O imperador Teodósio fez-se batizar em 380 e em 391 aboliu definitivamente o paganismo.

3. A hierarquia da Igreja

A Igreja organizou-se lentamente. No início, havia apenas *padres* ou *presbíteros*, encarregados da parte espiritual; e *diáconos*, encarregados da parte material. Depois surgiram os *bispos* (vigilantes). Os fiéis escolhiam padres e diáconos, que escolhiam os bispos. Já no fim do século I, notava-se uma separação entre clero e fiéis. Isto não impedia que fiéis atribuissem a si mesmos dons sobrenaturais e pregassem o Evangelho livremente.

A Igreja adotou o modelo de organização do Império Romano. A unidade era a província, onde mandava o bispo. No século II, foram criadas escolas para formar padres e diáconos.

O bispo da capital da província passou a chamar-se *metropolitano*; o das grandes cidades, *patriarca*; e o de Roma, sucessor de São Pedro, passou a ter primazia sobre os demais: era o *papa*, chefe da Igreja. Os diáconos, padres, bispos e o papa formam o *clero secular*.

O clero regular

Nos primeiros séculos, o clero era formado por homens comuns, mas se dava preferência aos não-casados que praticassem a castidade. O culto era simples, em geral uma Ceia do Senhor. Perseguidos, os cristãos se reuniam em lugares escondidos, como as *catacumbas*, abrigos subterrâneos nos arredores de Roma, ou na casa de algum fiel.

Com a legalização do cristianismo, o culto tornou-se público. Bispos e padres passaram a usar roupas especiais, os paramentos. Introduziram-se os sinos, o incenso, os coros. O culto ficou mais complicado, porém mais bonito. Tais medidas atraíram os pagãos e repeliram os fiéis apegados ao culto primitivo; estes se retiraram para os desertos, dando origem ao *monasticismo*.

Esses místicos eremitas, chamados ascetas ou monges, procuravam afastar de si tudo o que significasse materialismo. Comiam frutos, raízes, insetos; usavam roupas grosseiras; condenavam o banho como forma de prazer material. Cansavam o corpo em trabalhos sem sentido, como cavar a terra sem plantar; martirizavam-se. São Simeão passou anos em cima de uma torre de pedra, para se aproximar de Deus. São Pacômio dormia sobre um muro. São Hilarião enrolava o corpo numa lixa grossa, feita de pano, cola e areia; e se movia até ficar em carne viva.

São Basílio, bispo de Cesaréia, reuniu os monges num lugar, o cenóbio. Surgiu daí o *cenobitismo*. Todos os monges deviam praticar os votos de castidade, pobreza e caridade. Quando receberam um chefe, o abade, acrescentaram o voto de obediência. Foi assim que apareceu o *clero regular*.

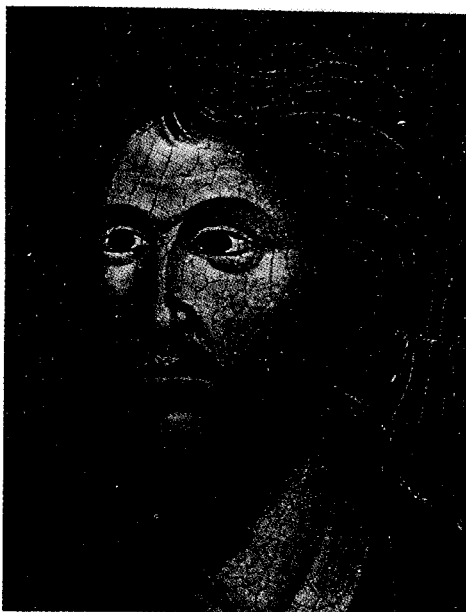
Questões propostas

1. Onde surgiu o cristianismo? Que tipo de religião se praticava nesse lugar? Cite as duas principais seitas.
2. Quem foi Jesus e o que pregava sua doutrina?
3. Quem foram Paulo e Pedro?
4. Resuma: das perseguições ao reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Estado.
5. Como se organizou a Igreja?
6. O que são o clero secular e o clero regular?



Monumento mostrando mártires cristãos crucificados.

São Paulo foi o principal propagador do cristianismo nas províncias do Império Romano.



Capítulo 25

A crise do Império Romano

O sistema econômico, social e político do Império Romano funcionou bem nos dois primeiros séculos da Era Cristã. A partir do século III, começou uma crise que levou o sistema à desintegração no século V.

1. O escravismo

O sistema econômico na época de Augusto baseava-se no trabalho escravo. Toda produção vinha das grandes propriedades, os latifúndios. Proprietários de terras e comerciantes tinham muito lucro. O governo arrecadava, exceto na Itália, onde não havia impostos, os recursos com que pagava a administração pública. Os legionários exerciam papel importante: suas expedições abasteciam o Império de escravos.

A causa da crise iniciada no século III foi a diminuição da produção nos latifúndios, devido à falta de escravos, explicada por três fatores:

1. *Fator militar* — Para garantir boa produção, era preciso haver escravos baratos e abundantes. Mas as guerras ofensivas diminuíram a partir do início do Império. O número de escravos caiu e o preço subiu. O trabalho escravo chegava a dar prejuízo.
2. *Fator religioso* — Os cristãos, já numerosos no século III, consideravam a liberdade um dom natural e a libertação de escravos um ato piedoso, que contribuía para a salvação da alma.
3. *Fator econômico* — No século III, os latifúndios começavam a ser divididos em pequenas propriedades. Manter muitos escravos às vezes custava toda a produção do latifúndio. As invasões bárbaras facilitavam as fugas.

2. O colonato e a ruralização

Os proprietários escolheram o *arrendamento*

como saída. Os camponeses se sustentavam trabalhando um pedaço de terra arrendado. Em troca, trabalhavam alguns dias por semana na terra do proprietário. Os escravos foram diminuindo e alguns chegavam a comprar seu lote, tornando-se homens livres. Assim, o escravo se elevou à condição de *colono*. Mas também muitos homens livres foram rebaixados à condição de colonos. De fato, o colono não era livre, mas preso à terra, e para sempre.

Outras pessoas se transformaram em colonos, como os *plebeus urbanos*, escapando à crise; os *bárbaros*, fugidos das guerras no mundo germânico; e os *pequenos proprietários livres*, que punham suas terras sob proteção de um grande proprietário para escapar aos cobradores de impostos.

Ocorreu uma ruralização. A unidade de produção (o latifúndio com seus colonos) tornou-se quase auto-suficiente. O campo era mais seguro que a cidade. O centro da produção passou a ser a *vila*, protegida por muros e fossos. Na vila, morava o senhor e, em volta, os dependentes dele.

Com a queda de produção, baixou o lucro de proprietários e comerciantes. As vilas começaram a produzir de tudo. As cidades entraram em crise. A cobrança de impostos ficava cada vez mais difícil. Sem recursos, o Estado aumentou os impostos e encarregou os grandes proprietários de cobrá-los. A máquina administrativa descentralizou-se.

Isso não resolveu os problemas. Os legionários, exigidos por toda parte por causa das invasões bárbaras, queriam sempre melhores salários. As despesas militares aumentavam. Não conseguindo dinheiro com os impostos, o Estado passou a emití-lo. Agora havia dinheiro, mas não produtos suficientes. Quem tinha produtos, aumentava os preços. E os preços subiam mais do que os salários. Era a inflação, um fenômeno bem antigo, como se vê.

Sem condições de arrecadar mais, a máquina estatal enfraqueceu-se. O governo reduziu despesas, deixando de sustentar a plebe, limitando o luxo, dispensando funcionários e reduzindo os contingentes militares. Adotou então novas formas de segurança. Nas fronteiras, fixou os *aliados* (federados), bárbaros que recebiam terra com a condição de defendê-la contra a invasão de outros povos. Nas legiões, lutavam agora quase só bárbaros.

Esse processo de ruralização econômica e descentralização política e administrativa preparava o surgimento do sistema feudal.

3. Reformas políticas, sociais e econômicas

A partir de 235, o Império começou a ser governado pelos imperadores-soldados, comandantes das fronteiras cujo principal objetivo era combater as invasões. Em 284, subiu ao trono Diocleciano, excelente governante. Para evitar as brigas durante a sucessão, introduziu o sistema da *Tetrarquia*, isto é, governo de quatro imperadores.

Diocleciano ficou com o Oriente, capital Nicomédia. Confiou a Maximiano o Ocidente, capital Milão. Os dois imperadores intitularam-se *Augustos*. Cada um era ajudado por um imperador subalterno, o *César*. Os Césares deviam substituir os imperadores depois de vinte anos e nomear dois novos Césares.

O imperador tinha poder absoluto. Para alguém ficar em sua presença, havia cerimônias minuciosas. O exército era comandado por um *mestre da cavalaria* e um *mestre da infantaria*. Os generais recebiam o título de *duques*.

Os cidadãos classificavam-se de acordo com o nascimento. Havia os *claríssimos*, donos de vilas e propriedades; *perfeitíssimos*, funcionários privilegiados; *curiais*, ricos arruinados, responsáveis pela cobrança de impostos; e *humilitores*, camadas inferiores, de artesãos agrupados em corporações (*collegia*) e colonos das vilas.

Com o Editto do Máximo, em 301, Diocleciano fixou o máximo que se podia cobrar e pagar pelos produtos; e estabeleceu o valor dos salários. Procurava, com essa medida, diminuir a inflação.

Após a morte de Diocleciano, os imperadores entraram em guerra. Saiu vencedor Constantino, que governou de 313 a 337. Deu ao Império o caráter de uma monarquia oriental. Legalizou o cristianismo, fundou Constantinopla (hoje Istambul) e para lá transferiu a sede do governo.

4. As invasões bárbaras

No século V, o Império Romano do Ocidente chegava ao fim, com as invasões bárbaras, facilitadas pela pressão dos *hunos*, guerreiros mon-

góis que montavam pequenos cavalos e usavam enormes arcos, com os quais atiravam flechas infalíveis.

Com medo dos hunos, os *visigodos* pediram abrigo. O imperador Valente alojou-os na Macedônia. O ataque dos hunos não ocorreu, e os visigodos passaram a expandir-se. Valente tentou expulsá-los, mas morreu na Batalha de Andrinopla, em 378. Para acalmar os visigodos, o novo imperador, Teodósio, concedeu-lhes terras.

Antes de morrer, em 395, Teodósio dividiu o Império em duas partes: *Império Romano do Ocidente*, capital Milão, entregue a seu filho Honório; e *Império Romano do Oriente*, capital Constantinopla, entregue a outro filho, Arcádio. Dois chefes bárbaros ajudariam os novos imperadores: Rufino, no Oriente; e Estilício, no Ocidente.

Em 402, o rei visigodo Alarico tentou invadir a Itália, no entanto Estilício o derrotou. Com a morte de Estilício, Alarico voltou a atacar e recebeu um resgate para não tomar Roma. Mas, em 410, os visigodos saquearam a cidade. O imperador fugiu e Alarico capturou sua irmã Placídia.

Depois da morte de Alarico, seu cunhado Ataúlfo, agora casado com Placídia, ocupou a Península Ibérica e o sul da Gália. Os visigodos consideravam-se aliados dos romanos e fixaram sua capital em Toulouse, sob a chefia de Wallia, irmão de Ataúlfo. Nascia o *Reino Visigótico* dentro das fronteiras do Império Romano do Ocidente.

O avanço final dos bárbaros

Em 406, *vândalos*, *suevos*, *alanos* e *quados* invadiram o Império. Os vândalos cruzaram a Gália, ocuparam a Espanha e atingiram a África, onde formaram o *Reino dos Vândalos*, sob a chefia de Genserico, com capital em Cartago. Dali, chegaram a saquear Roma em 455.

Os *burgúndios* fundaram seu reino, com capital em Worms, no vale do Rio Ródano em 443. *Anglos*, *saxões* e *jutos* estabeleceram-se na Bretanha. *Francos*, na Gália do norte. Átila, rei dos hunos, chegou às portas de Roma. Recebeu um resgate do papa Leão I para não saquear a cidade e, voltando à Panônia, morreu e os hunos se dispersaram. Os romanos só controlavam a Itália; no resto do Império ocidental, mandavam os bárbaros, reconhecidos como aliados.

Em 476, o Império ruiu de vez. Um antigo lugar-tenente de Átila, Orestes, sagrou o filho Rômulo Augústulo imperador, após assassinar o imperador Júlio Nepos. No mesmo ano, Odoacro, rei dos *hérulos*, derrubou Rômulo e declarou-se rei da Itália, aliado de Zenão, imperador em Constantinopla.

Em 488, Zenão fez acordo com Teodorico, rei dos *ostrogodos*, e concedeu-lhe a Itália. Teodorico lutou diversos anos para expulsar os hérulos. Fundou o *Reino Ostrogótico*.

5. O legado cultural de Roma

Os romanos transmitiram a cultura grega e oriental aos bárbaros, que a transmitiram ao mundo moderno e contemporâneo. Não deixaram nenhuma invenção significativa. Em compensação, deixaram notáveis ensinamentos no campo militar, na administração, Arquitetura e, acima de tudo, no campo do Direito e da prática política. O Direito Romano é a base da ciência do Direito de todos os povos contemporâneos.

Sua língua, o latim, deu origem a numerosas outras: português, espanhol, francês, italiano. O sistema de administração municipal, as termas,

teatros, aquedutos, a organização da Igreja Católica, o ideal de liberdade dos homens que viveram na República de Roma foram outras contribuições importantes da civilização romana aos homens de hoje.

Questões propostas

1. Como era o sistema econômico do Império Romano no século III e por que entrou em crise?
2. Quais as principais consequências da ruralização econômica do Império Romano?
3. Quais as medidas que Diocleciano tomou para enfrentar a crise, nos planos político, social e econômico?
4. Que fatos marcam o governo de Constantino?
5. Resuma as invasões bárbaras do século V.
6. Quais as principais contribuições romanas para o mundo moderno?



Guerreiro visigodo
(miniatura de 109).



Estilício, general vândalo
a serviço de Roma.